



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LUCI KOT

**DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DA
CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU: UMA ANÁLISE DOS ANOS 2000 e 2010.**

LARANJEIRAS DO SUL

2016

LUCI KOT

**DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DA
CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU: UMA ANÁLISE DOS ANOS 2000 e 2010.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul como pré-requisito para aprovação no componente curricular de Monografia II.

Orientadora: Prof^ª. Janete Stoffel

LARANJEIRAS DO SUL

2016

KOT, LUCI

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DA
CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU: UMA ANÁLISE DOS ANOS 2000 e
2010./ LUCI KOT. -- 2016.

99 f.

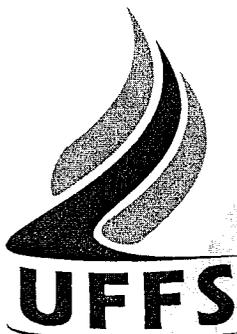
Orientador: JANETE STOFFEL.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de CIÊNCIAS
ECONÔMICAS , Laranjeiras do Sul, PR, 2016.

1. . I. STOFFEL, JANETE, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.



Serviço Público Federal
 Universidade Federal da Fronteira Sul
 Curso de graduação em Ciências Econômicas



Ministério da Educação
 Universidade Federal da
 Fronteira Sul

Reitoria
 Avenida Getúlio Vargas, 609
 Edifício Engemed, 2º Andar.
 Chapecó - Santa Catarina
 Brasil - CEP 89.812-000
 (49)2049-1400

www.uffs.edu.br
contato@uffs.edu.br

Campus Laranjeiras do Sul
 Rua Oscar Pereira Guedes, 01
 Vila Alberti - Laranjeiras do Sul
 - Paraná - CEP 85303-820
 (42) 3635-8650

ATA DE DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 5 dias do mês de DEZEMBRO de 2016, às 17:30 horas, em sessão pública na sala AUDITÓRIO BUCO A do Campus Laranjeiras do Sul da UFFS, na presença da Banca Examinadora presidida pelo(a) Professor(a) Orientador(a):

SANCET STOFFEL

e composta pelos Professores(as) Examinadores(as):

1. MARCO MORAES RUSKOSKI e
2. GEISE ADRIANA BOA SEHIGI

o(a) aluno(a) LUCI KOT

apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS MUNICÍPIOS DO SERVIDORIO DA CIDADE DE CHAPECÓ: UMA ANÁLISE DOS ANOS 2000-2010

como requisito curricular indispensável para a integralização do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas. Após reunião em sessão reservada, a Banca Examinadora deliberou e decidiu pela aprovação do referido trabalho, divulgando o resultado formalmente ao aluno e demais presentes e eu, na qualidade de Presidente da Banca, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais examinadores e pelo aluno.

[Assinatura]
 Presidente da Banca Examinadora e Professor(a) Orientador(a)

[Assinatura]
 Examinador(a) 01

[Assinatura]
 Examinador(a) 02

[Assinatura]
 Aluno(a)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me proporcionar saúde, força e coragem para superar as dificuldades nessa caminhada. Agradeço a meu esposo Roseval, que me apoiou e incentivou durante a elaboração do trabalho. Agradeço também, a minha mãe, pelo amor, por todas as vezes que me incentivou e pelo apoio em todos os momentos. De nada me serve o conhecimento se a minha vida não tivesse sido abençoada com todos vocês. Obrigado!

Agradeço a minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Janete Stoffel, por seu total auxílio no desenvolvimento desse trabalho. Obrigado por me mostrar que uma orientadora não deve ter só conhecimento e competência, mas também compreensão, paciência e bom senso. Obrigado por desde o início partilhar comigo o que era broto daquilo que veio a ser esse trabalho, nossas conversas e suas orientações foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Obrigado, a todos os professores, pelo conhecimento e pelas orientações compartilhadas dentro e fora da sala de aula. Obrigado também por me darem todo conhecimento necessário para que esse trabalho fosse escrito.

Agradeço também à Prof^a. Deise Bourscheidt e ao Prof^o. Marcio Moraes Rutkoski por participarem da banca de avaliação. Finalmente, agradeço a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

RESUMO

Este trabalho busca analisar a distribuição de renda nos municípios que pertencem ao Território da Cidadania Cantuquiriguaçu nos anos de 2000 e 2010. O objetivo é analisar dados, para então responder a seguinte questão: De que forma se comportou a distribuição de renda nos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu nos anos de 2000 e 2010? Este Território está localizado nas mesorregiões Centro-Sul e Centro-Oeste do Estado do Paraná. Para alcançar os objetivos procura-se saber como se comportaram as desigualdades em termos de renda e o desenvolvimento nos municípios nos respectivos anos. A análise leva em conta o fato de que quanto melhor distribuída a renda, menor é a desigualdade e mais desenvolvido tende a ser o município. Quanto ao período analisado, a motivação se deu por esse ser o mais recente cujos dados estão disponíveis para todos os municípios de forma igualitária. Considerou-se para tal, o fato de que alguns municípios do território obtiveram a emancipação política em 1997. A metodologia utilizada consiste em uma pesquisa descritiva e bibliográfica, sendo também utilizada a pesquisa documental com a obtenção de dados secundários. O instrumento utilizado para verificar a distribuição de renda foi a curva de Lorenz e os dados secundários de renda foram obtidos através do censo demográfico realizado nos anos de 2000 e 2010 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Foram construídas e analisadas as Curvas de Lorenz para os municípios que compõe o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu e para o território como um todo, através das Curvas de Lorenz foi possível identificar os cinco municípios com as piores e as melhores distribuições de renda no ano de 2000 e 2010, além de apresentar a Curva de Lorenz para o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com as curvas dos dois anos tornando assim possível a sua comparação. Foram também calculados os índices de Gini através da Curva de Lorenz para todos os municípios que compõe o Território e para o Território como um todo.

Palavras-chave: Desigualdade. Curva de Lorenz. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This work search to analyze the incoming distribution on countys belonging Territory Cantuquiriguaçu Citizenship on 2000 and 2010 years. The goal is to analyze dates, for answer next question: On wich way had behave incoming distribution on countys of Territory Cantuquiriguaçu Citizenship on 2000 and 2010 years? This Territory is located in Central-South and Midwest mesoregion of the State of Paraná. To achieve goals it looks to know how to behave the unequalities in terms of income and development in municipalities in their respective years. The review takes in counting the fact that the best income is allotted, less is inequality and more developed tends to be county. As for the reporting period, the motivation was for this being most recently wich datas are available to all countys on an egalitarian way. It was considered for this, the fact that some municipalities of the Territory obtained the political emancipation in 1997. The used methodology concerns on a descriptive and bibliographic researchs, using also documentary research with secondary data obtention. The used tool to verify incoming distribution was the Lorenz curve and the secondary incomes data were obtained through demographic cense made in 2000 and 2010 years by IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics). Were build and analyzed The Lorenz Curve for components of Territories of Cantuquiriguaçu Citizenship and to Territory as a whole, through Lorenz curves was possible to identify the five worsts and better incomings distribution on 2000 and 2010 years, besides showing the Lorenz curve to Territory Cantuquiriguaçu Citizenship with curves of those two years making possible it coparison. The Gini indices were also calculated through the Lorenz curve for all the municipalities that make up the Territory and for the Territory as a whole.

Keywords: Unequality. Lorenz Curve. Development

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1 – Curva de Lorenz.....	33
Mapa 1 - Localização do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu no Brasil, no Estado do Paraná e os municípios que formam o território.....	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Municípios que compõe o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu e os seus respectivos anos de emancipação.....37

Quadro 2- Faixas salariais apresentadas pelo IBGE nos censos demográficos de 2000 e 2010 e percentuais utilizados nesta pesquisa para elaborar Curvas de Lorenz e Índice de Gini.....45

Quadro 3- Lista comparativa dos cinco municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com as melhores distribuições de renda em 2000 e em 2010.....87

Quadro 4- Lista comparativa dos cinco municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com as piores distribuições de renda em 2000 e em 2010.....88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População total, rural e urbana de todos os municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu nos anos de 2000 e 2010.....	38
Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM – Cantuquiriguaçu – 2000 e 2010...40	
Tabela 3 - Expectativa de vida média da população dos municípios que compõe o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu nos anos de 2000 e 2010.....	43
Tabela 4- Percentual de domicílios com renda média de até 1(um) salário mínimo nos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, nos anos de 2000 e 2010.....	51
Tabela 5 – Número de domicílios sem rendimento nos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu nos anos de 2000 e 2010.....	52
Tabela 6- Renda média (em valores nominais e em salários mínimos) nos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu nos anos de 2000 e 2010	54
Tabela 7- Evolução das taxas de inflação e do valor do salário mínimo (em valores absolutos e relativos) entre 2000 e 2010 no Brasil.....	59
Tabela 8- Índice de GINI para todos os municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.....	61
Tabela 9- Informações sobre renda e população a partir das quais foram identificados os cinco municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com as piores distribuições de renda no ano 2000.....	63
Tabela 10- Informações sobre renda e população a partir das quais foram identificados os cinco municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com as melhores distribuições de renda no ano 2000.....	69
Tabela 11- Informações sobre renda e população a partir das quais foram identificados os cinco municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com as piores distribuições de renda no ano de 2010.....	75
Tabela 12- Informações sobre renda e população a partir das quais foram identificados os cinco municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com as melhores distribuições de renda no ano de 2010.....	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Mostra o índice de desenvolvimento humano da Cantuquiriguaçu – 2000 e 2010...	40
Gráfico 2 - Mostra a razão 10% mais ricos / 40% mais pobres para os anos de 2000 e 2010...	41
Gráfico 3 - Apresenta o IDHM Renda per capita para os anos de 2000 e 2010.....	42
Gráfico 4 – Apresenta a longevidade para os anos de 2000 e 2010.....	43
Gráfico 5 – Mostra os domicílios sem rendimento nos anos de 2000 e 2010.....	53
Gráfico 6- Curva de Lorenz da distribuição de renda para o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu no ano de 2000.....	56
Gráfico 7- Curva de Lorenz da distribuição de renda para o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu no ano de 2010.....	58
Gráfico 8 - Curva de Lorenz da distribuição de renda para o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu no ano de 2000 e 2010.....	60
Gráfico 9- Curva de Lorenz para os cinco municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com as piores distribuições de renda no ano 2000.....	64
Gráfico 10- Curva de Lorenz para os cinco municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com as melhores distribuições de renda no ano 2000.....	70
Gráfico 11- Curva de Lorenz para os cinco municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com as piores distribuições de renda no ano de 2010.....	76
Gráfico 12- Curva de Lorenz para os cinco municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com as melhores distribuições de renda no ano de 2010.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Tema.....	15
1.2 Problema	15
1.3 Objetivo geral.....	15
1.3.1 Objetivos específicos	15
1.4 Justificativa	16
2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	18
2.1 DESENVOLVIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	18
2.2 EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL.....	25
2.3 INSTRUMENTOS DE AFERIÇÃO DE DESIGUALDADE DE RENDA	32
2.3.1 Curva de Lorenz.....	32
2.3.2 Índice de Gini.....	34
2.4 CARACTERIZAÇÃO PRELIMINAR DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU	35
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	45
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	47
3.2 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS.....	48
3.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	49
3.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	49
4 A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU NOS ANOS DE 2000 E 2010	50
5 CONCLUSÃO.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
APÊNDICES.....	99

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar a distribuição de renda nos municípios que pertencem ao Território da Cidadania Cantuquiriguaçu nos anos de 2000 e 2010. Este estudo será útil para analisar condições de desigualdade e para o conhecimento geral dos dados referentes a esses indicadores buscando incentivar novas produções acadêmicas acerca do tema. O objetivo é analisar os dados referentes aos anos de 2000 e 2010, para então responder a seguinte questão: De que forma se comportou a distribuição de renda nos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu nos anos de 2000 e 2010?

A sociedade brasileira durante toda a sua história foi marcada por diferentes contrastes sociais e distribuição de renda desigual, a preocupação com o problema da distribuição de renda tem crescido nos últimos anos, pequena parte da população ou bem poucos detêm a maioria da renda empurrando grande parcela da população para níveis de renda mais baixo. Os temas desenvolvimento, desigualdade e pobreza mostram o Brasil real e se apresentam como desafios para compreender a fragilidade da população. O quadro das desigualdades de renda no Brasil não apenas, percorre as relações sociais e econômicas neste país ou está presente em artigos acadêmicos ou estatísticas oficiais, como também faz parte da carga de informações frequentemente elaboradas e recebidas pelos brasileiros.

Neste sentido o foco deste trabalho é analisar a distribuição de renda no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu localizado nas mesorregiões Centro-Sul e Centro-Oeste do Estado do Paraná. Desta forma busca-se saber como se comportaram as desigualdades e o desenvolvimento nos municípios nos anos mencionados, visto que quanto melhor distribuída a renda menor é a desigualdade e mais desenvolvido tende a ser o município. Para que o objetivo desse trabalho seja alcançado procuramos compreender teoricamente a relação entre desenvolvimento e distribuição de renda, procurando ainda caracterizar a evolução desta no Brasil.

Para Barbosa A. (2012, p. 17) “antes das medições realizadas pelos economistas durante o século XX, a pobreza, a desigualdade e o desenvolvimento [...] já figuravam nas preocupações dos filósofos e pensadores ocidentais”. As diversas formas de desigualdade sempre foram gritantes e geraram diversos debates. Estas vêm de anos atrás e já foram sufocadoras para as classes da população com menor renda, demandaram um olhar mais focado e foram alvos de muita atenção, nos anos mais recentes esse cuidado precisa ser ainda maior. Quando alguns detêm poder e outros ficam excluídos, toda a sociedade sofre.

A metodologia desta pesquisa consiste em uma pesquisa descritiva, pois descreve a unidade de estudo e bibliográfica pelo fato de ser realizada através de livros, revistas e artigos científicos. Utilizou-se também uma pesquisa documental com a obtenção de dados secundários. A unidade de estudo é o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.

O instrumento utilizado para verificar a distribuição de renda é a curva de Lorenz, este instrumental analítico nos permitirá descrever e analisar, como se comportou a distribuição da renda na região e nos municípios. Os dados secundários de renda per capita foram obtidos através do censo demográfico realizado nos anos de 2000 e 2010 pelo IBGE.

1.1 Tema

O tema deste trabalho consiste em: Distribuição de renda nos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, uma análise dos anos 2000 e 2010.

1.2 Problema

A problemática deste estudo consiste em: De que forma se comportou a distribuição de renda nos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu nos anos de 2000 e 2010?

1.3 Objetivo geral

Com a finalidade de responder ao problema de pesquisa apresentado, foi determinado o seguinte objetivo: Analisar a distribuição de renda nos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu nos anos 2000 e 2010.

1.3.1 Objetivos específicos

E os seguintes objetivos específicos norteiam o trabalho:

- Abordar teoricamente a relação entre desenvolvimento e distribuição de renda, caracterizando a evolução desta no Brasil;
- Caracterizar o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, destacando aspectos sociais e econômicos;
- Verificar e analisar a distribuição de renda nos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, para os anos 2000 e 2010, utilizando a Curva de Lorenz.

1.4 Justificativa

A preocupação com a distribuição de renda tem crescido nos últimos anos. Esse é um grave problema que afeta todas as populações sejam elas mais ricas ou mais pobres. Em todos os lugares e em todas as épocas a renda tende a ficar mais concentrada com uma parte menor da população, onerando aqueles que detêm a menor parte desta. Mas de fato o que sabemos sobre a evolução da distribuição de renda ao longo do tempo nos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu?

O Território da Cidadania Cantuquiriguaçu possui poucos estudos sobre a distribuição de renda nos municípios, este estudo abre um caminho para compreender o desenvolvimento e a real fragilidade desta. Apesar da escassez dos dados relativos ao grau de concentração de renda e apesar de todas as limitações dos dados existentes, o padrão de distribuição de renda é um dos fatores mais importantes para determinar um ou outro modelo de desenvolvimento.

No censo de 2000 foram identificados índices de desenvolvimento preocupantes. O total de famílias pobres no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, era de 26.159, o que representava 41,9% do total de famílias, comparado à média paranaense, de 20,9% percebe-se que esse indicador é bastante elevado (IPARDES, 2016). No geral, todos os municípios apresentavam taxas de pobreza extremamente altas, chegando até mesmo a ultrapassar o dobro da média estadual, além de um considerável esvaziamento populacional principalmente de jovens saindo em busca de trabalho e renda. Os municípios de Pinhão, Laranjeiras do Sul e Quedas do Iguaçu detinham o maior número de famílias pobres do território (IPARDES, 2016).

Segundo o IPARDES (2016, p. 28) nos anos 2000 “a variação entre o patamar máximo e mínimo do IDHM, expressa a desigualdade social neste território. Enquanto Laranjeiras do Sul ocupava a 152ª posição no ranking dos 399 municípios, outros ocupam posições bastante desfavoráveis”. Os que se destacaram nas piores posições foram os municípios de Goioxim na 368ª posição, Rio Bonito do Iguaçu na 383ª posição e Diamante do Sul na 393ª posição, estes apresentaram índices próximos do limite extremo desse ranking. A maioria dos municípios não ultrapassava a média de renda domiciliar per capita de um terço do salário mínimo.

Em termos acadêmicos este trabalho busca servir de incentivo e procura possibilitar outras produções científicas sobre as condições da região, que atualmente não se encontram disponíveis.

Quanto ao período analisado, a motivação se deu por esse ser o mais recente cujos dados estão disponíveis para todos os municípios de forma igualitária tendo mais proximidade com a realidade atual. Além de que alguns municípios do território como Espigão Alto do Iguaçu, Foz

do Jordão, Goioxim, Marquinho, Porto Barreiro e Reserva do Iguaçu obtiveram a emancipação política em 1997, o que impossibilita a utilização dos dados do censo anterior, de 1990.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A relação entre desenvolvimento econômico e distribuição de renda é objeto de debates teóricos e tratado por economistas do passado e da atualidade. Cada um deles desenvolveu uma tese diferente principalmente na relação existente entre os dois temas. Há economistas que concordam e que dão continuidade a algumas dessas teses o que torna possível afirmar que existe uma diversidade de estudos sobre estes. No entendimento de Ricardo (1996) o objeto da economia era a distribuição de renda. Marx (1994) o associou a acumulação do capital, já para Stuart Mill (1996) não se poderia entender as desigualdades como consequência da acumulação de capital, para ele maior produtividade caminha para maior excedente e assim para maior elevação no padrão de vida. Sen (2010) destaca que a renda é apenas uma das condições fundamentais para que haja desenvolvimento, mas deve-se também considerar as condições sociais nas quais as pessoas se encontram. A primeira parte deste estudo abre caminho para o entendimento sobre desenvolvimento econômico e distribuição de renda, para tanto buscou amparo em diferentes autores e obras.

Para que o objetivo deste capítulo seja alcançado recorreu-se a diferentes autores e obras que abordam o tema sob diferentes perspectivas. Não só sob o ponto de vista de desenvolvimento econômico que considera apenas a renda como fundamental para que haja desenvolvimento, mas também sob a perspectiva do desenvolvimento humano que pondera a renda como apenas um dos fatores fundamentais para que o desenvolvimento ocorra. Nessa perspectiva considera-se também como as pessoas vivem e o acesso destas a serviços como saúde, educação, água encanada, luz entre outros. Para esses autores o desenvolvimento significa total distribuição de renda, da riqueza e do poder.

2.1 DESENVOLVIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A relação entre desenvolvimento econômico e distribuição de renda surgiu com a ciência econômica sendo um dos temas mais debatidos da teoria econômica. Sua análise foi se desdobrando com o tempo em diversos critérios e várias dimensões. A distribuição de renda tem sido um tema básico das ciências sociais, inclusive da Economia. Para que haja um melhor entendimento entre a relação dos dois temas faz-se importante retomar como alguns dos mais renomados economistas do passado e do presente trataram e tratam o tema. Segundo Furtado (1983), os economistas da primeira metade do século XIX, não estudaram a acumulação do

capital para explicar o desenvolvimento e sim visando justificar a forma como se repartia a renda social.

Ao considerarmos Ricardo (1996) devemos lembrar que para ele o objeto da economia era a distribuição de renda entre as classes sociais e que esta seguia algumas leis tidas como independentes da vontade humana, objetivas e universais. O que determinava a renda diferencial da terra era a escassez de terras férteis, os salários eram de subsistência e o que sobrava era o lucro. Para ele toda vez que se utilizavam terras de qualidade inferior significava um aumento na renda e sempre que o salário de subsistência aumentasse a população tendia a crescer, ou seja, salários altos significavam utilização de terras de qualidade inferior e crescimento rápido da população.

Em relação à distribuição de renda surge em Smith (1996), Say (1986), Malthus (1996), e Ricardo (1996), a teoria dos salários de subsistência juntamente com a tese de que o crescimento populacional era função do próprio nível de salários reais o que levou a chamada “lei férrea dos salários”. Para esta ao crescerem os salários também crescia a população o que resultaria em um nível de salário per capita menor. Agora se os salários caíssem além de um nível mínimo de subsistência também diminuiria o crescimento populacional o que faria com que os salários voltassem ao seu nível natural. No longo prazo a “lei férrea” acaba se impondo e resultando na inutilidade de políticas de distribuição de renda. O que se deduz dessas teorias é que a distribuição era função do próprio desenvolvimento. Para esses autores sem produtividade dificilmente haveria distribuição.

Marx em “Salário, Preço e Lucro”, de 1865, pretendeu claramente defender que melhor distribuição de renda e elevação dos salários eram possíveis recusando a existência de qualquer “lei férrea” natural e que a miserabilidade da classe trabalhadora poderia ser revertida através de leis, instituições e sindicatos.

Mill (1996) não considerava a distribuição de renda existente nem como natural nem como consequência de outras leis inerentes do capitalismo. Sua tese também rejeitava o voluntarismo e a falta de vontade política. A necessidade de maior produção e de melhoramentos na produtividade não era excluída na possibilidade de melhor distribuição de renda. Para ele sem trabalho não há produção, lei natural de ganhar o pão com o próprio esforço. Diferente de Marx (1994) não entendia as desigualdades como decorrência da acumulação de capital, pois havendo maior produtividade, possivelmente haveria maior excedente o que elevaria o padrão de vida, a ação humana seria capaz de alterar a distribuição de renda.

Souza (2012, p. 5), por sua vez, buscando uma definição de desenvolvimento, diz que

Não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente.

Deve-se saber que desenvolvimento econômico e crescimento econômico são conceitos diferentes e não devem ser confundidos. Para uma primeira corrente de economistas associados ao crescimento surgem os modelos que dão ênfase apenas a acumulação de capital, solução simplificadora da realidade. A ideia é de que o crescimento econômico, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários de fatores de produção, projeta automaticamente a melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento econômico. Para Souza (2012 p. 5), “a experiência tem demonstrado que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população”. Juntamente com o crescimento econômico podem estar ocorrendo outros efeitos como a concentração de renda e riqueza por exemplo. Para a segunda corrente o crescimento econômico é uma simples variação quantitativa do produto, já o desenvolvimento se caracteriza pela transformação de uma economia antiga em uma moderna associado a melhoria do nível da qualidade de vida de toda a população.

O crescimento econômico foi amplamente discutido na década de 1970, refletindo na economia e também nos recursos ambientais. O crescimento econômico se refere à variação do produto interno bruto do país, esta representa o crescimento da renda e do produto interno bruto – PIB, não acarretando uma mudança estrutural mais profunda. Relacionadas ao processo histórico de crescimento e desenvolvimento de um país estão as grandes desigualdades sociais.

Segundo Bresser-Pereira (2006) para que haja desenvolvimento é fundamental que ocorra um processo de crescimento do produto agregado por habitante, da produtividade ou da renda por habitante. Não há crescimento sem que a renda média e a produção cresçam. O desenvolvimento provoca mudanças estruturais na economia e na sociedade que a renda por habitante não capta. Segundo o autor, é indispensável admitir que a renda por habitante continua sendo a melhor medida que se tem disponível de desenvolvimento. “O desenvolvimento econômico promove a melhoria dos padrões de vida, mas não resolve todos os problemas de uma sociedade” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 22). Por isso ao lado da segurança, da liberdade, da justiça social, e da proteção do ambiente ele é apenas um dos cinco grandes objetivos políticos que as sociedades nacionais modernas apoiam.

Segundo Souza (2012, p. 9), “um dos principais indicadores de desenvolvimento é o número de pessoas pobres, com renda insuficiente para o atendimento das necessidades

básicas”. Se o número de pessoas que não possui renda suficiente para atender as necessidades básicas for alto, este mostra que não está havendo desenvolvimento, mas à medida que esse número diminui pode-se dizer que está acontecendo o desenvolvimento. Já Sen (2010), destaca que não é só a questão da renda, esta é apenas uma das manifestações de desigualdade. Devem-se considerar também as condições sociais nas quais as pessoas se encontram, todos precisam de saúde, educação, segurança, justiça social e cidadania, serviços voltados para o bem-estar e lazer. Para ele a pobreza não se caracteriza apenas pela renda, visto que seria impossível haver desenvolvimento em uma sociedade onde a desigualdade se amplia, não apenas pela renda, mas também pela falta de acesso a bens e direitos. A renda não é a única condição fundamental para que as pessoas tenham bem-estar, é apenas uma dessas condições.

Souza (2012, p. 13), ainda destaca que “além da renda per capita¹, devem-se considerar indicadores que possam refletir melhorias sociais e econômicas, como alimentação, atendimento médico e odontológico, educação, segurança e qualidade do meio ambiente”. Ações voltadas para a redução da pobreza podem ser indispensáveis quando for alto o número de pessoas carentes. A distribuição direta de renda através de programas de saúde, educação e alimentação da população mais pobre é um exemplo dessas ações indispensáveis para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento.

Ao pensarmos em desenvolvimento não podemos ficar restritos somente no desenvolvimento econômico envolvendo apenas a renda, mas devemos observar uma outra perspectiva de desenvolvimento na qual a liberdade das pessoas é fundamental para que este ocorra. Nesta perspectiva a renda é um fator fundamental para que as pessoas tenham liberdade de escolha e a distribuição desta é que irá contribuir na determinação se uma região é ou não desenvolvida.

Nesta perspectiva, Vasconcellos (2011, p. 196) afirma que;

O fato de o país estar aumentando sua renda real per capita não necessariamente significa que está tendo uma melhoria no seu padrão de vida [...]. Um país está realmente melhorando seu nível de desenvolvimento econômico e social se, juntamente com o aumento da renda per capita, estiver também melhorando os indicadores sociais (pobreza, desemprego, meio ambiente, moradia etc.).

Celso Furtado (2002) afirma que o processo do desenvolvimento viria de transformações estruturais, o qual distribuindo a riqueza podia permitir a sociedade ser

¹ A renda per capita de cada indivíduo é definida como a razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos (PNUD, 2016).

responsável pela sua própria história, visando à construção de uma sociedade totalmente humanizada. “É a partir do conceito de desenvolvimento econômico que se pode afirmar que o homem é um elemento de transformação, agindo tanto sobre o contexto social e ecológico como sobre si mesmo” (FURTADO, 2002, p.77). Para ele a construção do desenvolvimento significa total distribuição de renda, do poder e da riqueza.

Celso Furtado (1964 apud D’AGUIAR, 2013, p. 22) diz que “o desenvolvimento é a síntese do programa da construção nacional, do ponto de vista dos interesses democráticos e populares”. A visão de Celso Furtado é de desenvolvimento econômico como processo de modificação estrutural mirando a edificação da sociedade inteiramente humanizada. Em 1983 este autor afirmava que o futuro da civilização depende que seja superada a dominação do acúmulo de capital. Os responsáveis pelo processo do desenvolvimento são as classes que lutam contra todas as formas de opressão, pela liberdade e igualdade e ainda pela distribuição da renda. Também afirma que todas as sociedades enfrentam problemas específicos e que para estes há um único modelo ou política. Para Celso Furtado (2002, p. 21) “o desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada” e considerava que o maior obstáculo para o desenvolvimento de um país era a concentração de renda.

Sen (2010, p. 16), afirma que “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes da falta de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”. Para ele o mundo atual nega liberdades simples a um número grande e significativo de pessoas ou até mesmo a maioria delas. Essa ausência de liberdade está relacionada diretamente com a pobreza econômica, que tira dos indivíduos a liberdade de saciar a fome, de ter acesso à nutrição ou remédios, a chance de ter acesso à água tratada e encanada ou saneamento básico e também se vestir ou morar de forma adequada. A privação da liberdade também pode relacionar-se em outros casos à carência de serviços públicos e assistência social, além de proceder de forma negativa diretamente na participação da vida social, política e econômica da sociedade.

A desigualdade econômica evidenciada pelas estruturas de distribuição de renda, sempre se manifestou em todas as sociedades e em todas as épocas, mesmo ocorrendo em graus diferenciados. Nenhuma economia nacional foi capaz de apresentar padrões de distribuição de renda e riqueza que possam ser caracterizadas como igualdade absoluta, esta situação é irreal mas há locais em que há maior e outros menor desigualdade de renda e riqueza resultando assim em pior ou melhor distribuição. A desigualdade social principalmente se apresenta pela má distribuição de renda. Para Sen (2010) a desigualdade mostra o modelo de convivência em

sociedade, no conceito de que está negativamente relacionada com a confiança nas instituições e positivamente com a violência, além de impactar nos indicadores sociais. Em todas as nações estruturas de distribuição de renda e de riqueza permanecem mesmo que em diferentes formas e graus de desigualdade, há pobres e ricos independente do estágio de desenvolvimento atingido em todas as economias nacionais.

Para Sen (2010, p. 127), “tentativas de erradicar a desigualdade podem, em muitas circunstâncias, acarretar perda para a maioria – às vezes, até mesmo para todos. Esse tipo de conflito pode emergir em forma branda ou severa dependendo das circunstâncias exatas”. Alguns tipos de desigualdade podem dificultar uma ação que seja eficaz na tentativa de acabar com elas. Conforme o autor a diminuição da desigualdade pode manifestar-se de várias formas: a renda dos mais ricos pode cair até mais que a dos mais pobres; a dos mais ricos pode cair e a dos mais pobres continuar igual; ou então a renda dos mais pobres pode crescer acima do que a dos mais ricos.

A distribuição de renda diz respeito a um dos aspectos mais complexos da vida econômica e refere-se ao jeito como a renda de um país, região ou município é distribuída entre sua população. Há aqueles que consideram normal a distribuição desigual de riqueza, poder e autoridade. Os limites e os padrões de desigualdade não importam, estes têm resultados de valorização definidos e admitidos pela própria sociedade. Mas há aqueles que consideram as desigualdades, principalmente quando muito marcantes como um dos mais cruéis efeitos da ordem historicamente estabelecida.

Segundo Piketty (2013, p. 12);

Para alguns, a desigualdade é sempre crescente e o mundo sempre mais injusto, por definição. Outros acreditam que a desigualdade é naturalmente decrescente ou que a harmonia se dá de maneira automática e que, em todo caso, não se deve fazer nada que arrisque perturbar tal equilíbrio feliz.

A distribuição de renda pode ser vista sob vários aspectos, de um lado temos a distribuição setorial da renda, ou seja, a participação de cada setor da economia do produto. Outra maneira de ver a distribuição de renda é através da divisão regional da renda que procura mostrar qual a participação das regiões na renda global do país. Para a distribuição de renda entre a população em geral, um indicador que frequentemente é utilizado para determinar os níveis de renda, é a renda per capita. Esta é obtida através da divisão da renda nacional pela quantidade de habitantes de um país, mas se o interesse é saber a renda per capita municipal utiliza-se a renda do município e divide-se pela quantidade de habitantes deste local (PASSOS e NOGAMI, 2012). Este cálculo evidencia a proporção entre a riqueza e o número de pessoas.

A renda per capita possui algumas limitações, a principal delas é que não oferece uma noção correta de distribuição de renda, mas por ser simplesmente um quociente entre o PIB e o número de habitantes é mais fácil de ser calculada. Outra limitação é o fato de apresentar médias nas quais está escondendo a real distribuição de renda que existe entre quem tem rendimentos maiores e menores (ou inclusive não tem rendimento).

A análise da distribuição de renda pode ser feita em dois aspectos principais: a distribuição funcional da renda e a distribuição pessoal da renda. A primeira é utilizada quando o foco for a inserção no processo produtivo. Segundo Neto e Saboia (2014) a análise da distribuição funcional da renda procura estudar a repartição da renda global entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores assalariados. Esta dá uma ideia aproximada da forma como o produto social é repartido entre o rendimento do trabalho e o rendimento do capital como lucros, juros e aluguéis. Na economia brasileira a principal fonte para a verificação da distribuição funcional de renda são as tabelas das contas nacionais calculadas pelo IBGE. A distribuição pessoal da renda está concentrada na verificação dos rendimentos que pessoas e famílias recebem. Neste sentido, quanto à distribuição pessoal da renda a preocupação central é com a renda que as pessoas físicas recebem, independente destas serem originárias do trabalho ou do capital (AZZONI, 1997).

É a má distribuição de renda que permite que grande parte da população se encontre em situação ruim e com dificuldade de acesso a bens e serviços básicos e que possam levar ao crescimento pessoal em meio à sociedade. A desigualdade na distribuição de renda é uma das características mais acentuadas da economia brasileira.

No decorrer da história do Brasil o país esteve entre aqueles com os mais altos índices de concentração de renda do mundo. Pelos dados disponíveis pode-se notar que a partir dos anos 2000 a renda vem sendo melhor distribuída diminuindo a concentração de renda que vinha ocorrendo até então, devido principalmente a programas de transferência de renda, política de elevação real do poder aquisitivo do salário mínimo e ao crescimento econômico aliado a estes (HOFFMANN, 2001). Por esse motivo o tema desigualdade de renda no Brasil torna-se interessante para esse e outros estudos e principalmente para a sociedade brasileira, pois a distribuição de renda reflete o Brasil real muito além dos indicadores.

2.2 EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

O Brasil está entre as sociedades que apresentam a maior desigualdade de renda do mundo, sendo uma das características mais marcantes da economia brasileira a má distribuição de renda. Durante toda sua história, o Brasil frequentemente esteve entre os países com os índices de concentração de renda mais altos do mundo (BARBOSA A, 2012). Reduzir desigualdades e distribuir a renda deveria estar presente nas prioridades do governo seja ele qual for.

Para Rossetti (2011, p. 257), “a estrutura de repartição de renda no país é de alta concentração. Qualquer que seja o ângulo de leitura dos dados, eles revelam a alta discrepância entre as parcelas de renda agregada apropriada pelos mais pobres e mais ricos”. Com uma população numerosa o Brasil enfrenta grandes desafios de desenvolvimento e precisa avançar em vários setores para oferecer uma vida digna aos seus cidadãos no acesso aos bens, serviços e cultura.

As análises e verificações da distribuição de renda mostrando uma realidade mais clara no Brasil tornaram-se possíveis somente a partir de 1960 com a realização de censo demográfico (HOFFMANN, 2006). Anteriormente as informações sobre distribuição de renda eram obtidas através das fontes da divisão do imposto de renda o que não permitia analisar os dados com clareza, sendo que de alguma maneira os ocultava.

Para Barbosa L. (2012, p. 40), “percebe-se que desde 1960 a economia brasileira apresenta uma elevada concentração de renda com um índice de Gini² de 0,50 e com a renda média dos 10% mais ricos sendo quase 14 vezes maior que a renda dos 40% mais pobres da população”. A partir de década de 1960 essa concentração se agrava ainda mais. O índice de Gini, uma das medidas mais difundidas e comumente utilizadas para analisar a distribuição de renda, em 1970 sobe para 0,57 e a razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres sobe para 18,6 %. Isso mostra que o crescimento pelo qual o país passou ocorreu de forma desigual.

Langoni (1973) juntamente com os representantes do governo da época apoiavam a tese na qual a concentração de renda que houve nesse período era obra natural do desenvolvimento econômico brasileiro, neste a mudança do setor rural para o setor urbano acabava levando a uma maior desigualdade de renda. Para ele quando há crescimento acelerado no processo de desenvolvimento econômico, aumenta a desigualdade da distribuição de renda o que acarreta

² O Índice de Gini é um instrumento utilizado para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Varia de zero a um, sendo que 0 (zero) representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda e 1 (um) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza (PNUD, 2016).

uma concentração de renda. Esse aumento na desigualdade é auto corrigível no longo prazo, conforme o nível de renda per capita se eleva a taxa de crescimento alcança valor mais estável.

Fishlow (1972), Bacha (1978) e Teylor (1978) contrários às conclusões de Langoni (1973) acreditam que o aumento na desigualdade de renda na década de 1960 se deu pelos efeitos da política de estabilização adotada no período. A década de 1960 possui diversos períodos de crescimento econômico, nos primeiros anos ainda envolvidos com a consolidação dos investimentos realizados no plano de metas e nos últimos anos caracterizados como o início do “milagre econômico³” brasileiro. Para esses autores a distribuição de renda, nesse período, parece ter sido impactada principalmente pela desvalorização do salário mínimo, já que os trabalhadores urbanos desqualificados que esperam receber o salário mínimo foram os que tiveram menor crescimento em suas rendas.

Para Vasconcellos (2011, p. 195), “no Brasil os críticos do chamado “milagre econômico” argumentam que piorou a concentração de renda no país nos anos 67/73 devido a uma política deliberada do governo (a chamada “teoria do bolo”): primeiro crescer, para depois pensar em repartição de renda”. Naquele período ocorreu maior concentração de renda, mesmo assim a renda média de todas as classes aumentou o que é importante de se observar. O que ocorre é que, embora os menos qualificados tenham melhorado o seu padrão de vida, os mais qualificados melhoraram relativamente mais. No geral aumentou o padrão de vida sendo que todos melhoraram, mas os mais especializados melhoraram ainda mais.

Na década de 1970 a concentração de renda continua grave, para Barbosa L. (2012, p. 44), “neste período a economia brasileira registrou as maiores taxas de crescimento da sua história, de modo que a renda média cresceu 97% entre 1970 e 1980, o que representa uma média anual de 7%”. O que se observa nesse período é que a renda continuou a ser distribuída desigualmente com o progresso econômico. Nos estudos de Barbosa L. (2012) pode-se verificar que o índice de Gini se elevou para 0,59 e a razão entre a renda média dos 10% mais ricos ficou 20 vezes maior que a renda média dos 40% mais pobres. Os únicos que tiveram aumento em sua parcela de renda foram os mais ricos, já os demais ou mantiveram sua parcela de renda ou ainda diminuíram. A distribuição de renda se tornou mais concentrada nos anos 1970 mesmo que o aumento da desigualdade tenha sido maior no anos 1960.

³ O período 1968-1973 é conhecido como “milagre econômico brasileiro”, devido às extraordinárias taxas de crescimento do produto interno bruto (PIB), taxa média acima de 10% a. a. Segundo Veloso; Villela e Giambiagi (2008, p. 3), “uma característica notável do ‘milagre’ é que, simultaneamente às taxas muito elevadas de crescimento econômico, o período 1968-1973 caracterizou-se por taxas de inflação declinantes e relativamente baixas para os padrões brasileiros e por superávits no balanço de pagamentos”.

Segundo Hoffmann (1995, p. 278) “durante a década de 70 a desigualdade cresce quando se considera a distribuição da renda entre pessoas economicamente ativas, mas permanece praticamente inalterada quando se considera a distribuição da renda entre famílias”. Isso deve-se essencialmente ao crescimento do número de pessoas ativas na família, devido a crescente participação da mulher no mercado de trabalho. Apesar de a economia brasileira ter crescido bastante entre o fim dos anos 60 e a maior parte da década de 70, pode-se observar um aumento da desigualdade entre as classes de renda onde poucos detinham a maior parte da renda média e a maior parte da população ficava com a menor parte da renda média, ou seja, no período os mais ricos acumularam mais renda que os mais pobres.

Ao longo da década de 1980 a distribuição de renda continua piorando, ocorreu uma diminuição na apropriação da renda dos mais pobres, ou seja, uma piora real da renda para essas pessoas. Barbosa A. (2012, p. 33) afirma que;

Quando chegam os anos 1980, o país afasta-se do crescimento econômico e os filhos dos migrantes pobres tornam-se adultos. É o momento de início da crise. [...] A segunda geração e as seguintes já não encontram emprego ou oportunidades de inserção social, a pobreza impera, o consumo transforma-se em grande aspiração e os valores da família perdem importância. Nesse ambiente a desigualdade social gritante dos grandes centros descamba para a violência.

Ainda segundo Barbosa A. (2012) por causa da crise interna, o Brasil paralisou-se visto que o Estado ficou endividadíssimo e viu-se obrigado a pagar juros altíssimos aos países mais ricos do mundo e seus bancos. Além de que um ambiente inflacionário criado pelos problemas cambiais, a queda da utilização da capacidade instalada e a alta do preço do petróleo rapidamente se elevaram.

Em seu estudo Barbosa L. (2012, p. 48), aponta que “o índice de Gini se elevou de 0,58 para 0,62 e a razão entre a renda dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres aumentou de 21,5 para 26,7, ambos os indicadores entre 1981 e 1990”. Portanto ocorreu uma piora real da renda média para os mais pobres. Nessa década o Brasil encarou graves problemas econômicos, como a crise da dívida e a aceleração inflacionária. A pobreza só aumentou e a desigualdade ficou ainda mais forte, foi uma década na qual a distribuição de renda piorou, houve quase que uma estagnação econômica.

Para Barbosa L. (2012, p. 49), “o baixo crescimento econômico registrado nesta década, com uma média de taxa de crescimento econômico de 1,7% ao ano entre 1981 e 1989, ajuda a explicar a piora na desigualdade”. Já que dele provém um desgaste do mercado de trabalho, uma estagnação e um atraso dos rendimentos reais. De 1960 a 1990 a desigualdade aumentou, mas o crescimento da renda média foi tão grande que todos os grupos econômicos

experimentaram melhorias em seus níveis absolutos de renda. Como consequência, o bem-estar cresceu e a pobreza diminuiu, a despeito de um gigantesco aumento na desigualdade.

Segundo Hoffmann (1995, p. 281) “de 1987 a 1989 todos os indicadores mostram um intenso crescimento da desigualdade, que parece estar associado à aceleração da inflação. Nos meses de setembro de 1985, 1986, 1987, 1988 e 1989 o crescimento do INPC (índice nacional de preços ao consumidor) foi, respectivamente, 10,1%; 1,2%; 7,2%; 26,9% e 36,3%”. Com inflação elevada, há consideráveis mudanças no valor nominal das remunerações de um mês para o outro.

A inflação elevada resulta em efeito pior para os mais pobres. Nesse sentido, para Arbix (2007, p. 137) “a inflação brasileira saltou de 80% ao ano em 1980 para mais de 1.500% ao ano em 1990, deixando poucas dúvidas sobre os impactos negativos que altas taxas de inflação produzem sobre a distribuição de renda de uma sociedade” e quando esta fica sob controle resulta em um aumento do salário mínimo real. “Não por acaso, no período declinante da desigualdade (1993-2006), o Brasil conseguiu manter uma inflação baixa, potencializando o impacto de um conjunto de políticas sociais implementadas pelos mais diferentes níveis de governo, do federal ao municipal” (ARBIX, 2007, p. 137).

A distorção mais séria provocada pela inflação está relacionada com a redução relativa do poder aquisitivo de quem depende de rendimentos fixos, os quais têm prazos legais de reajuste. Para Pinho e Vasconcellos (2006, p. 306) “a classe trabalhadora é, sem dúvida, a que mais perde com o aumento das taxas de inflação, principalmente os trabalhadores de baixa renda”. Os assalariados com o passar do tempo ficam com o orçamento cada vez mais reduzido, até o novo reajuste chegar.

Na década de 1990 finalmente se pode observar uma melhora na distribuição de renda brasileira mesmo que essa seja ainda pequena, o crescimento da renda média foi distribuído de modo que favoreceu mais igualmente os mais pobres reduzindo a desigualdade de renda no país. Para Hoffmann (2001) é possível que o principal causador dessa melhora da distribuição no Brasil, nessa década, tenha sido a estabilização dos preços promovida pelo Plano Real em 1994.

Em relação ao tema, Ferreira (2000, p. 03) afirma que;

A década de 1990 foi caracterizada por uma queda na desigualdade, com uma redução idiossincrática em 1992, e uma mais permanente após a estabilização da economia com o Plano Real de 1994. Não obstante, o coeficiente de Gini para 1996 no país foi de 0,58: um nível semelhante ao do começo da década anterior.

No decorrer da primeira década dos anos 2000, o Brasil presenciou uma evolução de seus indicadores de distribuição de renda, tanto em termos pessoais quanto em funcionais, em uma dimensão nunca antes presenciada desde quando a mensuração da desigualdade se tornou possível. Ao longo dessa década a população presenciou uma redução da concentração de renda no Brasil. Para Barbosa A. (2012) foi essa redução da desigualdade de renda juntamente com um crescimento econômico voltado para o mercado interno que gerou uma nova classe média, esta que representou pouco mais da metade da população. Neri (2008, p. 21) diz que existem pelo menos duas maneiras para se conceituar classe média. “Uma é pela análise das atitudes e perspectivas das pessoas [...] a segunda maneira de se definir as classes sociais⁴ é pelo potencial de consumo tal como no chamado Critério Brasil”. Nesta perspectiva, a classe média é aquela chamada de Classe C.

Em relação a classe média segundo Neri (2008, p. 30);

O grupo atingia 44,19% da população no começo da série em abril de 2002 passa para 51,89% em abril de 2008 [...] configurando um aumento de 17,03% da importância da classe média. Se fixarmos o período inicial para depois da instabilidade de 2002 e da recessão de 2003, a classe média atingia 42,85% da população em abril de 2004 e sobe cerca de 18,72% até abril de 2008.

Uma das fortes características da classe média é a volta do emprego com carteira assinada, sendo este um dos elementos mais representativo do surgimento de uma nova classe média brasileira. Além disso a classe C, pode adquirir computador, carro, celular, casa financiada, crédito em geral, contribuição previdenciária e ainda diploma universitário, plano de saúde e muito mais. Ainda segundo Neri (2008, p. 41), com 309 mil novos empregos em apenas 1 (um) mês, atingimos o recorde da série histórica em 2008, somando 1,881 milhões de novos postos de trabalhos formais em 12 meses.

Segundo Barbosa L. (2012, p.53), “o índice de Gini apresentou uma queda de 5 pontos, passando de 0,59 em 2002 para 0,54 em 2009. Os 10% mais ricos passaram a ter uma renda média cerca de 17 vezes maior do que os 40% mais pobres”. Sendo essa a menor taxa desde 1970, visto que em 1960 os 10% mais ricos ganhavam 14% mais do que os 40% mais pobres. Já em 1970 os 10% mais ricos ganhavam 18,6% mais do que os 40% mais pobres, nos anos 1990 os 10% mais ricos ganhavam 20% a mais que os 40% mais pobres e em 1980 os 10% mais ricos ganhavam 21% a mais que os 40% mais pobres. Essa diminuição nos índices de desigualdade de renda nas últimas décadas deve-se principalmente ao crescimento econômico juntamente com políticas públicas específicas, como programas de transferência de renda e política de elevação real do salário mínimo.

⁴ As classes sociais, segundo o Critério Brasil, são divididas em E, D, C, B2, B1, A2 e A1.

Ainda segundo Barbosa L. (2012) depois de três décadas de distribuição de renda ruim entre seus habitantes e uma década com uma melhora tímida, nos anos 2000 indiscutivelmente o Brasil conseguiu deixar o país mais coerente distributivamente. De fato, as medidas de renda per capita confirmam uma queda da concentração de renda mais intensiva e acentuada a partir de 2001, permanecendo nos próximos anos até 2005 sendo que nesse ano a desigualdade chegou ao seu menor nível nas últimas três décadas. Aqui vale a pena ressaltar uma soma de fatores: taxas inflacionárias menores, aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores, políticas de transferência de renda que passaram a ser adotadas, crescimento econômico, Estado atuando via políticas públicas em saúde, educação e assistência social. Como afirma Arbix (2007, p. 135);

O período 2001-2005, portanto, foi marcado por duas transformações desejáveis na economia e na sociedade, com impactos positivos na distribuição de renda brasileira: a) houve crescimento econômico, ainda que modesto; b) a desigualdade diminuiu significativamente. Essas duas transformações foram responsáveis também pela queda na pobreza e na extrema pobreza. A porcentagem de pobres e também a de extremamente pobres caíram cerca de 4,5 pontos percentuais, respectivamente.

Quanto aos aspectos sociais o Brasil ainda tem pessoas vivendo em situações de vida precárias e para que isso não continue ocorrendo o processo da diminuição da desigualdade social deve continuar, temos uma parte pequena da população vivendo com riquezas, e muitos cidadãos vivendo na extrema pobreza. O país nos dias atuais ainda sofre com uma taxa de crescimento urbana alta sem planejamento em infraestrutura, índices de desenvolvimento humano baixo e o analfabetismo ainda possui altas taxas. Concentração de renda é algo que deve ser combatido não apenas pelo sofrimento que causa aos mais desfavorecidos, mas também pelas muitas, prejudiciais e graves consequências que tem na vida nacional. Programas de transferência de renda, como é o caso do bolsa família são um exemplo de como combater a desigualdade na distribuição de renda.

Os programas de transferência de renda são considerados políticas públicas importantes para a diminuição da pobreza no Brasil. Nos últimos anos no Brasil o governo vem adotando tais programas e destinando renda para os mais pobres com o intuito de diminuir a pobreza. Esses alcançam prioritariamente as famílias na qual os membros se encontram em idade economicamente ativa e estão ou querem estar no mercado de trabalho (IPEA, 2010).

As políticas de transferências de renda ganharam força com o governo Lula (2003-2010), sendo consolidado em 2004 o programa unificado de transferência de renda bolsa família. Este tem como objetivo retirar as famílias das condições de extrema pobreza concedendo benefícios a famílias com renda familiar per capita inferior a determinada taxa (em 2010 a faixa era de até R\$ 140,00, por pessoas consideradas pobres e de até R\$ 70,00 per capita,

em extrema pobreza) desde que as famílias atendam às condicionalidades. Os benefícios variavam nesse ano de R\$ 22,00 a R\$ 200,00 dependendo da renda e do tamanho da família (IPEA, 2010).

O programa bolsa família⁵, programa de transferência de renda que concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias pobres e extremamente pobres, unificou todos os benefícios sociais como bolsa escola, bolsa alimentação, cartão alimentação e auxílio gás do governo federal em um único programa. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome (MDS), as condicionalidades que precisam ser cumpridas pelas famílias para acessar esse programa vão além da renda mensal per capita.

No que tange às condicionalidades, na área da educação crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar matriculadas e manter frequência mensal mínima de 85%. Os jovens de 16 e 17 anos devem estar matriculados e manter frequência mensal mínima de 75% (MDS, 2016). Na área da saúde crianças menores de 7 anos devem ter acompanhamento do calendário vacinal, do crescimento e do desenvolvimento das crianças. As gestantes precisam fazer o pré-natal e as nutrizes devem ter acompanhamento. Na área da assistência social crianças com até 15 anos tem direito a serviços sócio educativos e de convivência, para tanto são coletados vários dados e informações no cadastro único⁶. Os benefícios variam de acordo com a renda per capita da família e de como são compostos os domicílios.

Utilizando os dados das PNADs, Hoffman (2006) observou que esses programas de transferência colaboraram com 28% na redução da desigualdade no país de 1998 a 2004. No caso específico da região Nordeste este aumento é de aproximadamente 66%, embora esses programas não sejam o motivo principal da diminuição de desigualdade de renda no Brasil. Já no período de 2003 a 2004 ocorreu uma pequena baixa da pobreza no país, mas observando que a pobreza haveria aumentado se não tivesse acontecido a expansão das transferências do governo. Quanto à repercussão no longo prazo dos programas de transferência de renda, Lavinias e Varsano (1997) chegaram à conclusão que se não forem instituídas políticas complementares de educação e de geração autônoma de renda, a possibilidade de uma família que seja contemplada por esses programas retornarem à condição de pobreza quando esta terminar é muito alta.

⁵ A origem destes programas foi o Programa Fome Zero, implantado ainda durante o governo FHC. O Fome Zero era bem mais modesto em suas propostas. Ruth Cardoso foi quem implantou a primeira semente dessas ideias que depois foram ampliadas pelo governo Lula.

⁶ O cadastro único é um instrumento de coleta de dados e informações que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda dentre eles: Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e Tarifa Social de Energia Elétrica.

Segundo o IparDES (2016), no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu mais de 98% dos benefícios repassados correspondem ao Bolsa Família. Portanto tais programas podem ter contribuído para tirar a região do último lugar no quesito concentração de renda, mas ainda nos deixaram entre os mais desiguais e injustos do mundo.

Após o conhecimento de dados sobre a distribuição de renda no Brasil é interessante que se conheça instrumentos de verificação das desigualdades de renda principalmente a curva de Lorenz a qual será utilizada para realizar as análises e mostrar como se comportou a distribuição de renda no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu para os anos de 2000 e 2010.

2.3 INSTRUMENTOS DE AFERIÇÃO DE DESIGUALDADE DE RENDA

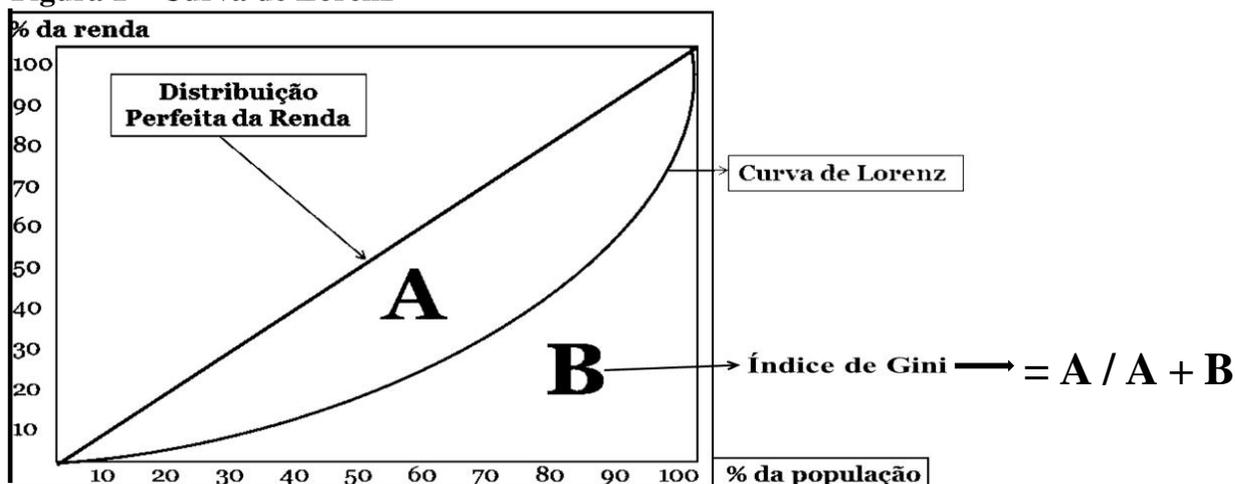
Nem sempre os dados sobre estruturas de distribuição de renda da forma como são apresentados convencionalmente dão a medida exata das diferenças observadas. Isto só é possível com a utilização de instrumentos de verificação, estes geralmente reduzem os graus de concentração das estruturas de distribuição a um único coeficiente (ROSSETTI, 2011). Normalmente as duas medidas mais utilizadas, que são exemplos desse tipo e que utilizam variáveis parecidas nos seus cálculos para medir as desigualdades são o índice de Gini e a curva de Lorenz. Através destes podemos verificar o comportamento da distribuição de renda em determinado país, região ou município.

2.3.1 Curva de Lorenz

Foi proposto por volta de 1905 por Lorenz, um estatístico norte americano. É o instrumento analítico mais utilizado que nos permite descrever e analisar a distribuição de renda, essa permite também que ordenemos distribuição de renda sob um ponto de vista de bem-estar. Segundo Hoffmann (2011) entre a reta de perfeita igualdade e a curva de Lorenz se define a área de desigualdade, quanto menor essa área menor é a concentração da distribuição de renda e quanto maior também maior será a concentração de distribuição de renda. A curva de Lorenz expressa a relação entre a dimensão de pessoas com renda mais elevada do que determinado valor e a proporção de renda recebida por essas pessoas.

Na Figura nº 1 no eixo horizontal localiza-se a porcentagem da população total e no eixo vertical localiza-se a porcentagem da renda per capita, ao centro se localiza a reta de perfeita igualdade e a curva formada abaixo desta é a curva de Lorenz.

Figura 1 – Curva de Lorenz



Fonte: HOFFMANN, 1998.

Para que a curva de Lorenz seja obtida seguem-se os seguintes passos:

- a) Ordena-se a população por renda domiciliar per capita;
- b) Acumula-se no eixo horizontal a porcentagem da população de 0% a 100%;
- c) Acumula-se no eixo vertical a porcentagem da renda detida por essa mesma população também de 0% a 100%.

Ainda segundo Hoffmann (2011) a curva de Lorenz começa no ponto (0,0) visto que ainda não se contou ninguém, então não há nenhuma renda e termina no ponto (100,100), visto que quando todos foram contados toda essa renda foi acumulada. A curva é sempre crescente e convexa, já que cada pessoa nova traz uma renda nova que é a sua própria renda, por menor que seja.

Na existência de pessoas com renda zero, a curva é plana até a primeira pessoa que obtém renda. A reta da igualdade perfeita é a linha reta diagonal que liga os pontos (0,0) e (100,100) e esta representa uma situação hipotética na qual todos têm o mesmo rendimento. Essa reta serve de linha referencial em relação a ela definindo-se os traçados correspondentes às estruturas de distribuição se estabelecem diferentes afastamentos, quanto mais próxima a curva estiver da linha de perfeita igualdade, mais igualitária é a distribuição de renda. As áreas de concentração são resultado desses distanciamentos.

Para Rossetti (2011) uma das características mais importantes desta curva é que se a curva que representa uma situação A se encontra mais próxima da reta de igualdade perfeita que a curva que representa uma situação B, pode-se afirmar então sem nenhuma dúvida, que a

primeira distribuição de renda é mais igual que a segunda. Qualquer medida de desigualdade que decresça com uma transferência de renda de uma pessoa que possui mais para outra que possui menos, armazenará um valor inferior para a primeira.

2.3.2 Índice de Gini

Conforme Rossetti (2011) a partir da curva de Lorenz podemos calcular uma das medidas de desigualdade mais usada: o coeficiente de Gini. Este que varia de 0 a 1, sendo 0 igualdade perfeita e 1 desigualdade total, definido a partir da área que resulta entre a curva de desigualdade e a reta de perfeita igualdade. Calcula-se a partir da divisão da área de desigualdade e a de plena desigualdade. No caso da Figura 1 é formado pela reta de perfeita igualdade e os dois eixos do diagrama, ou seja, $A / A + B = \text{Índice de Gini}$.

Este índice foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini, normalmente compara os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Brasil este é calculado pelo IBGE com base na Pnad⁷. O índice de Gini possui muitas limitações mesmo com toda sua utilidade e é por isso que se utilizam outras formas de estudar e medir as desigualdades. Este índice mostra apenas a realidade de uma parte da sociedade, ainda assim é sempre melhor ter um Gini menor, pois esse demonstra menos desigualdade.

Segundo Barbosa A. (2012, p.54), “o coeficiente ou índice de Gini é uma das medidas mais comuns e difundidas para a abordagem das desigualdades sociais. Seu propósito é comparar a distribuição da renda socialmente disponível com a distribuição da população”.

O índice de Gini é um instrumento que permite fazer a avaliação da distribuição de renda de um país. Através da análise do mesmo é possível detectar posições desconfortáveis de um país ou município em relação a distribuição de renda, visto que o índice de Gini aponta a diferença entre o rendimento dos mais pobres e dos mais ricos. É preciso considerar que um baixo índice de Gini não é garantia de qualidade de vida, muito menos de riqueza, uma sociedade muito rica normalmente é mais desigual do que uma sociedade pobre, na qual a renda é mais bem distribuída.

É importante caracterizar o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu tanto nos aspectos econômicos quanto sociais para que mais adiante, neste trabalho, a distribuição de renda nos municípios possa ser analisada de forma a mostrar os resultados com a maior clareza possível.

⁷ A medida de renda utilizada para calcular o Índice de Gini é a renda de todos os trabalhos.

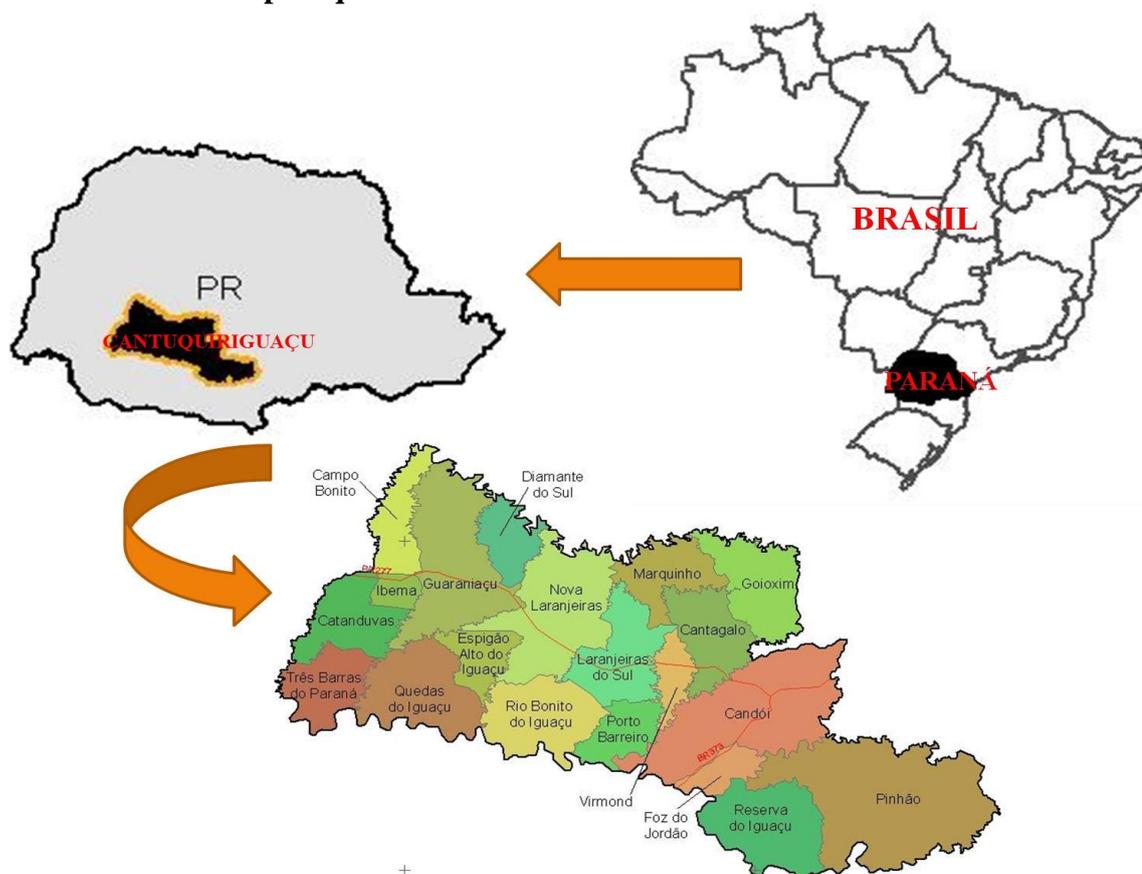
2.4 CARACTERIZAÇÃO PRELIMINAR DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU

Até o final dos anos 1970, o conjunto do território Cantuquiriguaçu estava dividido em apenas cinco extensos municípios, havendo, a partir da década de 1980, sucessivos desmembramentos de novas municipalidades (IPARDES, 2007).

Em agosto de 1984, o então prefeito Valmir Gomes da Rocha Loures, de Laranjeiras do Sul, e João Ceccura, do município de Palmital fundaram a associação dos municípios da Cantuquiriguaçu. A associação iniciou com sua sede em Curitiba e era formada, além de Laranjeiras do Sul e Palmital, por Altamira do Paraná, Guaraniaçu, Catanduvas, Ibema, Cantagalo, Turvo, Pinhão, Pitanga, Nova Tebas e Campo Bonito. Com o passar dos anos, os territórios foram se ajustando, novos municípios surgiram e o grupo mudou sua formação.

O Território da Cidadania Cantuquiriguaçu – PR foi criado em julho de 2008, abrange uma área de 13.986,40 Km² e é composto por 20 municípios: Porto Barreiro, Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Virmond e Diamante do Sul (IPARDES, 2007). A localização dos municípios que integram o Território pode ser visualizada no Mapa 1.

Mapa 1 - Localização do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu no Brasil, no Estado do Paraná e os municípios que formam o território.



Fonte: Elaborado pela autora com base no SIT (sistema de informações territoriais), 2016.

O nome Cantuquiriguaçu é uma referência aos rios que delimitam o Território: ao Norte, o Rio Piquiri; ao Sul, o Rio Iguaçu; e ao Oeste, o Rio Cantu, os quais comportam sete usinas hidrelétricas. Localiza-se no Terceiro Planalto Paranaense nas mesorregiões Centro-Sul e Centro-Oeste do Estado, está na rota de comunicação entre Foz do Iguaçu a Paranaguá, através da rodovia federal BR - 277, que cruza toda a extensão longitudinal do território.

Dentre os municípios que integram o Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu, os mais antigos são Laranjeiras do Sul (1946) e Guaraniaçu (1952), já aqueles com implantação mais recente são: Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Marquinho, Porto Barreiro e Reserva do Iguaçu (1997). No Quadro 1 está apresentada a lista dos municípios compõem o Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu, bem como seus respectivos anos de emancipação, indicando o quão é recente a ocupação de parcela da região na condição de municípios.

Quadro 1 - municípios que compõem o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu e os seus respectivos anos de emancipação.

Município	Ano de emancipação
Campo Bonito - PR	1989
Candói - PR	1993
Cantagalo - PR	1982
Catanduvas - PR	1960
Diamante do Sul - PR	1993
Espigão Alto do Iguaçu - PR	1997
Foz do Jordão - PR	1997
Goioxim - PR	1997
Guaraniaçu - PR	1952
Ibema - PR	1990
Laranjeiras do Sul - PR	1946
Marquinho - PR	1997
Nova Laranjeiras - PR	1993
Pinhão - PR	1964
Porto Barreiro - PR	1997
Quedas do Iguaçu - PR	1967
Reserva do Iguaçu - PR	1997
Rio Bonito do Iguaçu - PR	1993
Três Barras do Paraná - PR	1980
Virmond - PR	1993

Fonte: Atlas Brasil, 2016.

Segundo o Atlas Brasil (2016) a população total do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu em 2010 era de 232.519 habitantes, dos quais 107.459 viviam na área rural; possuía 4.264 mil famílias assentadas e 21.184 mil estabelecimentos da agricultura familiar, nesse mesmo ano o IDH era 0,72.

Segundo Knorek (2015), convém ressaltar que alguns municípios do Cantuquiriguaçu se particularizaram, nos anos 1990, por sediarem assentamentos populacionais em geral ligados ao movimento dos trabalhadores sem-terra formados por expressivos volumes de famílias assentadas. Dentre eles, destacam-se Rio Bonito do Iguaçu, Goioxim e Pinhão, sendo que, principalmente em função desse fator, Rio Bonito do Iguaçu registrou, na década de 1990, uma taxa de crescimento da população superior a 11% ao ano.

Internamente ao Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, entre os municípios mais antigos, Laranjeiras do Sul, Catanduvas, Pinhão, Quedas do Iguaçu, Cantagalo, Campo Bonito e Ibema demonstram ritmos oscilantes entre aumentos e reduções de evolução populacional. Guaraniaçu e Três Barras do Paraná vêm sentindo sucessivas perdas populacionais, ainda que as taxas negativas estejam pouco a pouco declinando (KNOREK, 2015). Entre os municípios

mais novos do território, Candói, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Virmond e Diamante do Sul, no período 2000-2007 ocorreram taxas positivas de crescimento populacional. Com exceção de Candói, todos os outros municípios tiveram crescimento populacional abaixo de 1% ao ano. Todos os demais municípios instalados a partir dos anos 1990 registraram, no mesmo período, perdas absolutas de população devido ao fluxo migratório do campo para a cidade.

Na tabela 1 é possível visualizar a evolução da população total, rural e urbana de todos os municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu para os anos de 2000 e 2010.

Tabela 1 – População total, rural e urbana de todos os municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu nos anos de 2000 e 2010.

Lugar	População total (2000)	População rural (2000)	População urbana (2000)	População total (2010)	População rural (2010)	População urbana (2010)
Campo Bonito (PR)	5.128	2.868	2.260	4.407	1.827	2.580
Candói (PR)	14.185	9.027	5.158	14.983	7.957	7.026
Cantagalo (PR)	12.810	5.498	7.312	12.952	4.443	8.509
Catanduvas (PR)	10.421	5.477	4.944	10.202	4.860	5.342
Diamante do Sul (PR)	3.659	2.544	1.115	3.510	2.105	1.405
Espigão Alto do Iguaçu (PR)	5.388	3.816	1.572	4.677	3.031	1.646
Foz do Jordão (PR)	6.378	2.066	4.312	5.420	1.493	3.927
Goioxim (PR)	8.086	6.254	1.832	7.503	5.747	1.756
Guaraniaçu (PR)	17.201	9.075	8.126	14.582	6.778	7.804
Ibema (PR)	5.872	1.434	4.438	6.066	1.125	4.941
Laranjeiras do Sul (PR)	30.025	6.463	23.562	30.777	5.746	25.031
Marquinho (PR)	5.659	5.091	568	4.981	4.457	524
Nova Laranjeiras (PR)	11.699	9.886	1.813	11.241	8.869	2.372
Pinhão (PR)	28.408	14.674	13.734	30.208	14.891	15.317
Porto Barreiro (PR)	4.206	3.794	412	3.663	2.972	691
Quedas do Iguaçu (PR)	27.364	7.738	19.626	30.605	9.618	20.987
Reserva do Iguaçu (PR)	6.678	3.338	3.340	7.307	3.402	3.905
Rio Bonito do Iguaçu (PR)	13.791	11.913	1.878	13.661	10.339	3.322

Três Barras do Paraná (PR)	11.822	6.891	4.931	11.824	5.729	6.095
Virmond (PR)	3.949	2.550	1.399	3.950	2.070	1.880
Total de todos os municípios	232.729	120.397	112.332	232.519	107.459	125.060

Fonte: ATLAS BRASIL, 2016.

Na tabela 1 pode-se observar que o total da população rural apresenta uma diminuição em 2010, já o total da população urbana teve um aumento significativo. Chama atenção o fato de que apesar da população rural do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu ter diminuído e a população urbana ter aumentado de 2000 para 2010, a população total apresentou uma queda pouco considerável, diminuindo apenas 210 pessoas. Diante destes dados, é possível que a população que saiu do rural pode ter mudado de um município para outro dentro do próprio território.

Quedas do Iguaçu se destaca pelo aumento significativo na sua população rural, resultado dos acampamentos e assentamentos. Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu e Marquinho apresentam uma diminuição tanto na população rural quanto urbana. Reserva do Iguaçu teve aumento tanto na população rural quanto urbana.

De forma complementar na caracterização do Território, na sequência são apresentadas informações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM dos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu nos anos de 2000 e 2010. Também será analisado o indicador de renda e desigualdade dos 10% mais ricos / 40% mais pobres, o indicador de renda per capita para os anos de 2000 e 2010 e a longevidade para os períodos em questão. Estas informações auxiliarão para que mais adiante seja verificado o comportamento da distribuição de renda com a utilização da curva de Lorenz e do índice de Gini.

Na tabela 2 são apresentados os valores comparativos do IDHM⁸ do Brasil, Estado do Paraná e Território da Cidadania Cantuquiriguaçu para os anos de 2000 e 2010.

⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O relatório anual de IDH é elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão da ONU. O IDH de um país é obtido através da média aritmética de três índices, estes classificam o país em termos de: (A) número de óbitos por habitantes, do percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza e da participação infantil na força de trabalho; (B) mortalidade infantil, da participação feminina na força de trabalho e do coeficiente de Gini; (C) mortalidade infantil, do tempo de escolaridade e do Produto Interno Bruto; (D) expectativa de vida ao nascer, do percentual de população urbana e do nível de instrução; (E) expectativa de vida ao nascer, do tempo de escolaridade e da renda per capita (ATLAS BRASIL, 2016)

Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM – Cantuquiriguaçu – 2000 e 2010.

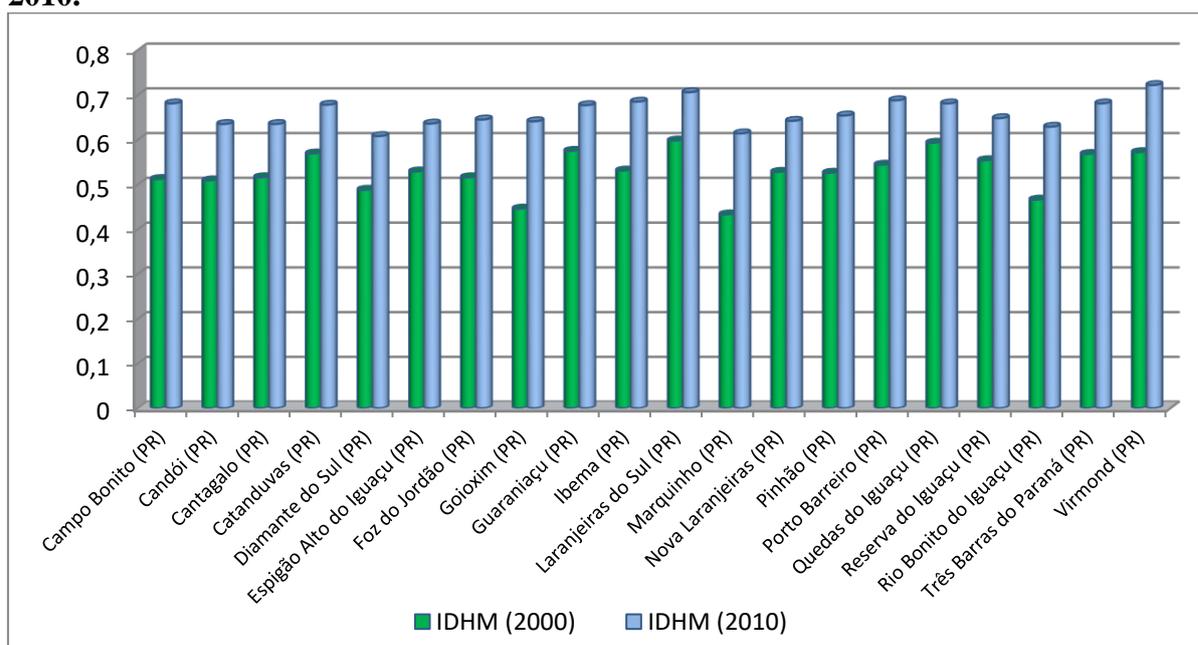
	IDHM (2000)	IDHM (2010)	IDHM renda (2000)	IDHM renda (2010)
Brasil	0,612	0,727	0,692	0,739
Paraná	0,650	0,749	0,704	0,757
Território da Cidadania Cantuquiriguaçu	0,529	0,659	0,598	0,660

Fonte: Atlas Brasil, 2016.

Na tabela 2 pode-se observar que o indicador IDHM apresentou melhoras para os três locais. No Brasil houve um progresso de 0,115 o que representa 18,79% de crescimento entre 2000 e 2010. Para o Estado do Paraná, o IDHM, em média mostra-se superior ao do Brasil, a diferença de 2000 para 2010, foi de 0,099, representando 15,23% de crescimento. No Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu, o IDHM era, em 2000, 0,529 passando para 0,659 em 2010, representando aumento de 0,130 ou 24,57. Em relação à renda também apresenta melhora e essa é mais expressiva do que a do Brasil e a do Paraná.

Quanto à evolução de cada um dos municípios que compõe o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, pode-se observar no gráfico 1 a apresentação dos valores do IDHM, para cada um dos municípios nos anos de 2000 e 2010.

Gráfico 1 – Mostra o índice de desenvolvimento humano da Cantuquiriguaçu – 2000 e 2010.



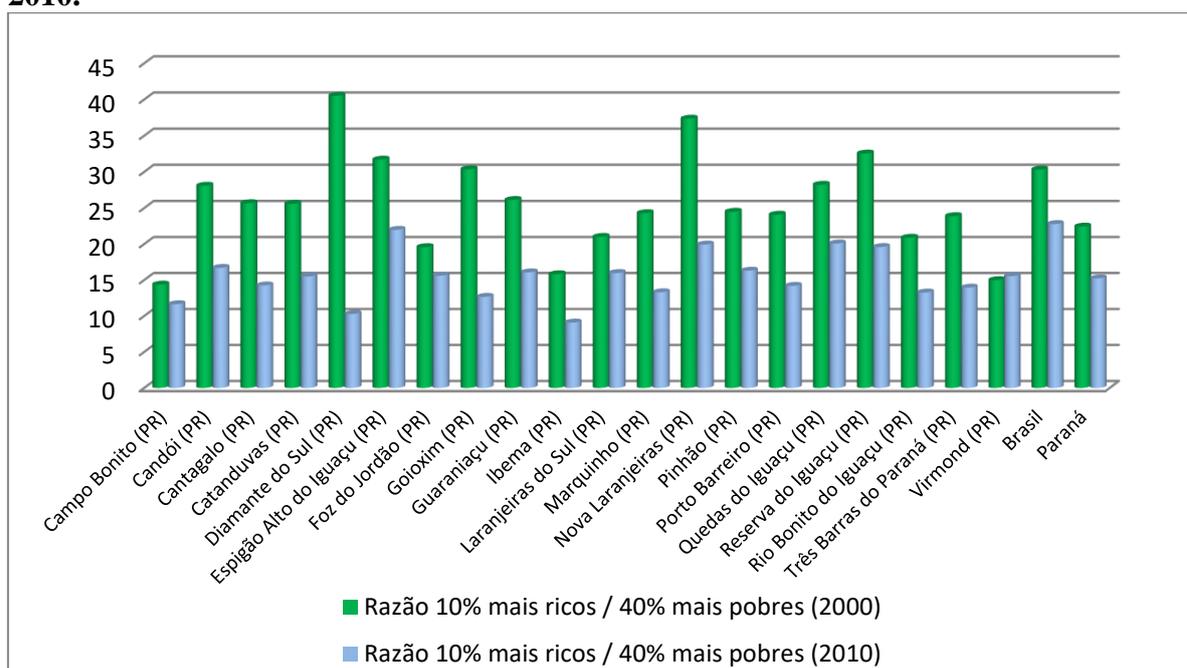
Fonte: Atlas Brasil, 2016.

A partir do Gráfico 1 pode-se observar que todos os municípios apresentam melhoras expressivas em seus indicadores. Goioxim e Marquinho tiveram as maiores melhorias em seus indicadores que foram de 43,72% e 41,80% simultaneamente comparando os resultados de 2000 e 2010

Em 2010 os municípios com indicadores mais altos são Virmond com 0,722 e Laranjeiras do Sul com 0,706. O município do Marquinho é um dos que possui menor indicador médio 0,614, mesmo apresentando uma das maiores evoluções se comparado aos demais. Virmond e Laranjeiras do Sul são os que possuem indicadores mais altos já Diamante do Sul e Marquinho são os que possuem indicadores menores.

Quanto aos indicadores de renda e desigualdade no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu para os períodos de 2000 e 2010 o gráfico 2 mostra a razão 10% mais ricos / 40% mais pobres.

Gráfico 2 - Mostra a razão 10% mais ricos / 40% mais pobres para os anos de 2000 e 2010.



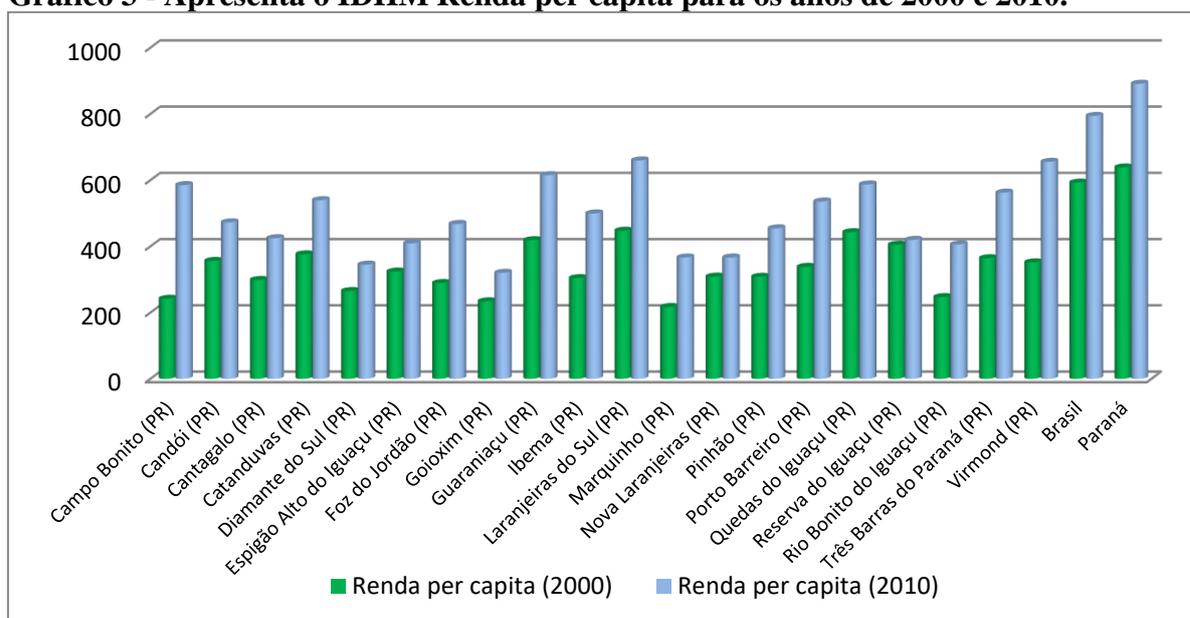
Fonte: Atlas Brasil, 2016.

No gráfico 2 pode-se ver a evolução dos municípios na razão 10% mais ricos / 40% mais pobres. Esse índice mostra que Virmond foi o único município que a renda média dos 10% mais ricos aumentou em relação aos 40% mais pobres, em todos os outros municípios a renda média dos 10% mais ricos diminuiu em relação aos 40% mais pobres. Os 10% mais ricos passaram a ter uma renda média menor no ano de 2010 na comparação com o ano 2000 em relação aos 40% mais pobres, esses dados indicam que houve uma queda na concentração de

renda. Os municípios que mais melhoraram foram Diamante do Sul e Nova Laranjeiras. Em comparação com o Brasil e o Paraná os municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu tiveram uma redução maior na renda média dos 10% mais ricos em relação aos 40% mais pobres, com exceção do município do Virmond.

Especificamente para o IDHM Renda per capita para os anos de 2000 e 2010 vê-se no gráfico 3 a evolução para cada um dos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.

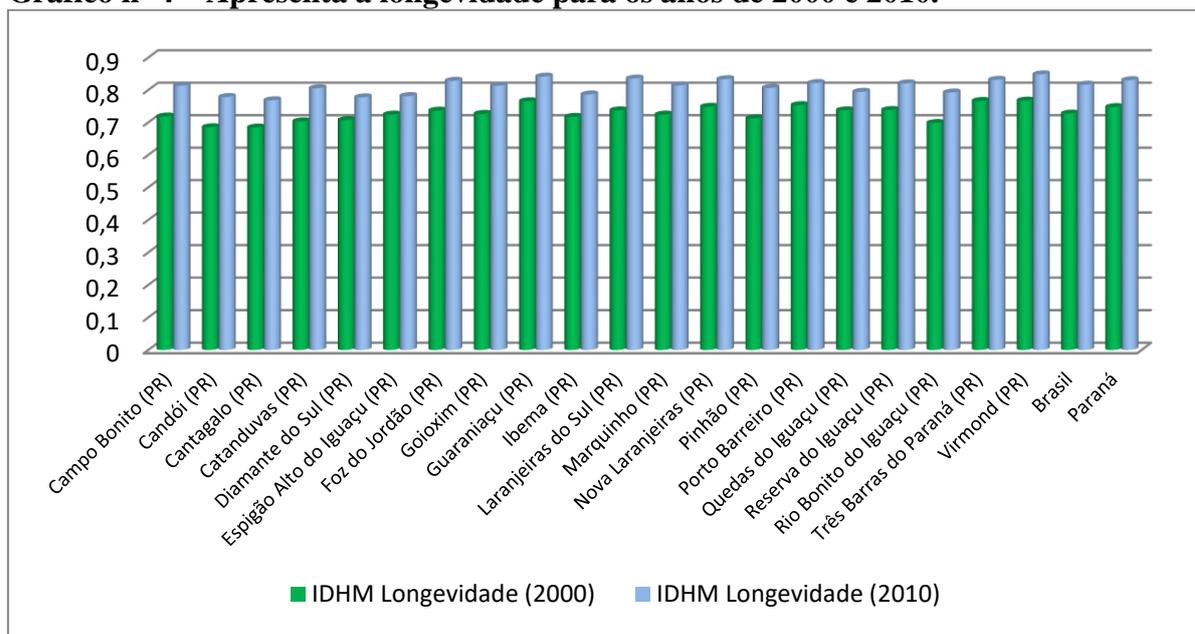
Gráfico 3 - Apresenta o IDHM Renda per capita para os anos de 2000 e 2010.



Fonte: Atlas Brasil, 2016.

Através do gráfico 3 podemos observar que todos os 20 municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu apresentam progresso quando considerado o IDHM renda no período de 2000 e 2010. Os que mais se aproximam dos valores do Paraná e do Brasil são os municípios de Guaraniaçu, Laranjeiras do Sul e Virmond. Reserva do Iguaçu foi o município que apresentou uma melhora menos expressiva. Campo Bonito e Virmond foram os municípios que apresentaram uma melhora mais expressiva.

O gráfico 4 mostra os indicadores de longevidade para os anos de 2000 e 2010, este apresenta a evolução da longevidade para os períodos em questão.

Gráfico n° 4 – Apresenta a longevidade para os anos de 2000 e 2010.

Fonte: Atlas Brasil, 2016.

Através do gráfico 4 podemos observar que Catanduvas, Laranjeiras do Sul, Campo Bonito, Candói e Rio Bonito do Iguaçu foram os municípios que apresentaram melhores índices de longevidade. Espigão Alto do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Porto Barreiro e Diamante do Sul foram os municípios que apresentaram os índices mais baixos de longevidade. No geral todos os 20 municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu apresentaram melhora mesmo que em menor proporção. Em comparação com o Brasil e o Paraná podemos observar que a maioria dos municípios do território obteve melhora na longevidade praticamente na mesma proporção que o país e o Estado. Quanto à expectativa de vida da população dos municípios que compõe o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu nos anos de 2000 e 2010, pode ser visto na tabela 3.

Tabela 3 - Expectativa de vida média da população dos municípios que compõe o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu nos anos de 2000 e 2010.

Municípios	Expectativa de vida em 2000 em anos de idade.	Expectativa de vida em 2010 em anos de idade.
Campo Bonito (PR)	68,0	73,8
Candói (PR)	66,1	71,7
Cantagalo (PR)	66,0	71,1
Catanduvas (PR)	67,2	73,3
Diamante do Sul (PR)	67,4	71,6
Espigão Alto do Iguaçu (PR)	68,4	71,9
Foz do Jordão (PR)	69,2	74,7
Goioxim (PR)	68,6	73,8
Guaraniaçu (PR)	70,9	75,4

Ibema (PR)	68,0	72,2
Laranjeiras do Sul (PR)	69,2	75,1
Marquinho (PR)	68,4	73,8
Nova Laranjeiras (PR)	69,9	75,0
Pinhão (PR)	67,7	73,4
Porto Barreiro (PR)	70,2	74,3
Quedas do Iguaçu (PR)	69,2	72,7
Reserva do Iguaçu (PR)	69,3	74,2
Rio Bonito do Iguaçu (PR)	66,9	72,5
Três Barras do Paraná (PR)	71,0	74,9
Virmond (PR)	71,0	75,9

Fonte: ATLAS BRASIL, 2016.

Através da tabela 3 pode-se observar que os municípios que mais aumentaram os anos de expectativa de vida de 2000 para 2010 foram Catanduvas com aumento de 6,1 anos, Laranjeiras do Sul com aumento de 5,9 anos, Campo Bonito com aumento de 5,8 anos, Candói e Rio Bonito do Iguaçu ambos com aumento de 5,6 anos. Já os municípios que apresentaram os menores aumentos na expectativa de vida foram Espigão Alto do Iguaçu e Quedas do Iguaçu ambos com aumento de 3,5 anos, Três Barras do Paraná com aumento de 3,9 anos, Porto Barreiro com aumento de 4,1 anos e Diamante do Sul com aumento de 4,2 anos.

É importante observar que esses indicadores sociais mesmo mostrando melhoras para quase todos os municípios não são suficientes para mostrar como se comportou a distribuição de renda para os mesmos períodos de tempo. Para saber então como foi o seu comportamento é preciso utilizar outra forma de verificar essa distribuição, para tanto será utilizada a curva de Lorenz e o índice de Gini.

Na próxima seção é apresentada a metodologia utilizada neste estudo, como foram obtidos e tratados os dados para que os resultados sejam alcançados e as análises possam ser realizadas.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo foram os de pesquisa bibliográfica, descritiva e documental, pois a unidade de estudo trata-se do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu o qual foi descrito ao longo do texto. Os dados acessados e documentos utilizados foram do censo demográfico dos anos 2000 e 2010 da base de dados IBGE. Esses dados de renda e domicílios são de fontes secundárias e divididos em classes os quais através das planilhas do Excel formaram as curvas de Lorenz para os municípios que compõe o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, fornecendo assim os dados para a análise dos resultados.

Os dados utilizados foram aqueles que informavam o rendimento nominal mensal por domicílio, sendo que no ano de 2000 esta informação era fornecida para a pessoa responsável pelo domicílio e as faixas salariais eram aquelas informadas no Quadro 2. No ano de 2010 a informação fornecida era do rendimento nominal mensal domiciliar per capita e as faixas salariais apresentadas também constam no Quadro 2.

Quadro 2 – Faixas salariais apresentadas pelo IBGE nos censos demográficos de 2000 e 2010 e percentuais utilizados nesta pesquisa para elaborar Curvas de Lorenz e Índice de Gini.

2000		2010	
Faixas em salários mínimos Censo	Percentual utilizado nesta pesquisa	Faixas em salários mínimos Censo	Percentual utilizado nesta pesquisa
Sem rendimento	0	Sem rendimento	0
Até 1/4	0,25	Até 1/4	0,25
Mais de 1/4 a 1/2	0,5	Mais de 1/4 a 1/2	0,5
Mais de 1/2 a 3/4	0,75	Mais de 1/2 a 1	1
Mais de 3/4 a 1	1	Mais de 1 a 2	2
Mais de 1 a 1 1/4	1,25	Mais de 2 a 3	3
Mais de 1 1/4 a 1 1/2	1,5	Mais de 3 a 5	5
Mais de 1 1/2 a 2	2	Mais de 5	6
Mais de 2 a 3	3		
Mais de 3 a 5	5		
Mais de 5 a 10	10		
Mais de 10 a 15	15		
Mais de 15 a 20	20		

Mais de 20 a 30	30		
Mais de 30	31		

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Conforme pode ser visualizado no quadro 2 as informações secundárias dos censos para 2000 e 2010 trazem uma escala de valor para cada faixa salarial o que torna necessária a utilização de alguma aproximação para chegar a valores exatos. Para os dois anos, conforme é possível acompanhar pelo quadro 2 desde a primeira faixa salarial até a penúltima optou-se em utilizar o teto máximo da escala como sendo o valor de salários mínimos a utilizar nos cálculos. As colunas “percentual utilizado nesta pesquisa” indicam quanto do salário mínimo foi utilizado em cada estrato. Na última faixa salarial foi utilizado um salário mínimo acima da faixa como parâmetro. Assim, nesta última escala a perspectiva de cálculo foi pessimista enquanto em todas as demais foi otimista.

Para chegar ao valor financeiro, utilizado para elaborar as curvas de Lorenz e calcular o Índice de Gini, cada parte foi multiplicada pelo salário mínimo vigente em cada ano⁹, este montante multiplicado por 12 meses (para obter o valor anual) e o total dividido pela quantidade de domicílios, para apurar o valor per capita do domicílio.

Conforme é possível acompanhar pelo quadro 2 as faixas salariais apresentadas pelos censos em 2000 e 2010 são diferentes. Enquanto em 2000 a última faixa é acima a 30 salários mínimos, no ano de 2010 a última faixa é acima de 5 salários mínimos. Assim, cada ano foi analisado em separado utilizando as faixas fornecidas para o ano.

Para calcular a Curva de Lorenz, foram obtidos os dados da renda e dos domicílios do censo demográfico de 2000 e 2010 que formaram as tabelas 13 e 14 (localizadas no apêndice). Inicialmente foram verificadas as rendas anuais de cada faixa salarial, depois foram feitas as médias salariais para cada classe, após trabalhar esses dados chegou-se nas tabelas 9, 10, 11 e 12 (do capítulo de resultados) que contém as rendas acumuladas e os domicílios acumulados, dados necessários para formar as Curvas de Lorenz.

Após a formação da Curva de Lorenz foi realizado o cálculo do índice de Gini, para que o resultado deste fosse obtido foi dividido o total da renda acumulada pelo total acumulado dos domicílios de cada município para os anos de 2000 e 2010. Fica evidente que o índice de Gini calculado neste estudo através da Curva de Lorenz tem valor diferente do índice de Gini calculado pelo IBGE com base na PNAD, isso acontece porque a PNAD utiliza todos os

⁹ No ano de 2000 o salário mínimo nacional correspondia a R\$ 151,00 e em 2010 este era equivalente a R\$ 510,00.

trabalhos para realizar o cálculo do Gini. Nesta pesquisa, contudo, foi utilizada apenas a renda familiar, além de que foram utilizadas faixas salariais, desde os que ganhavam menos até os que ganhavam mais.

A linha de perfeita igualdade existente na Curva de Lorenz torna possível identificar a maior ou menor distribuição de renda, quanto mais próxima da reta a curva estiver melhor é a distribuição de renda e quanto mais distante da reta a curva se localizar pior é a distribuição de renda.

O coeficiente de correlação que aparece nas Curvas de Lorenz do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, indica se as variáveis utilizadas explicam satisfatoriamente os resultados. Quanto mais próximo de um (1) este coeficiente, mais confiáveis são os resultados.

Todos os procedimentos foram realizados para cada um dos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, permitindo assim calcular os dados para o Território como um todo. Para o Território também foi elaborada a curva de Lorenz para os anos de 2000 e 2010 e calculado o Índice de Gini. Através dos resultados obtidos foi possível verificar como se comportou a distribuição de renda no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu nos anos 2000 e 2010.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A unidade de estudo foi o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, o qual é composto por 20 municípios (conforme já mencionado na seção 2.4): Porto Barreiro, Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvás, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Virmond e Diamante do Sul. No Mapa 1 já foi apresentada a localização destes municípios dentro do Estado do Paraná.

Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizados métodos de pesquisa bibliográfica, documental e descritiva. Quanto aos fins esta pesquisa é considerada descritiva pelo fato de descrever a unidade de estudo que é o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. “A pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2012, p. 28).

Quanto aos meios esta pesquisa é considerada bibliográfica, pois:

É desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos bibliográficos. [...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2012 p. 50).

Quanto aos meios foi utilizada a pesquisa documental que para Fachin (2001, p. 152), “corresponde a toda informação de forma oral, escrita ou visualizada e consiste na coleta de dados, classificação e seleção”.

Este estudo tem caráter predominantemente quantitativo, pois foram analisados dados numéricos através de gráficos e tabelas. “Na pesquisa de caráter quantitativo, normalmente os dados coletados são submetidos a análise estatística, com a ajuda de computadores” (ROESCH, 2005, p. 149). Conforme já mencionado no início deste capítulo os dados secundários dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, levantados pelo IBGE, são subsídios para os cálculos das Curvas de Lorenz e dos Índices de Gini que auxiliam na indicação sobre a distribuição de renda nos municípios do Território em estudo.

3.2 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

O estudo bibliográfico foi realizado através de livros, dissertações, revistas eletrônicas e artigos científicos. A pesquisa documental foi realizada através de sites que contenham dados já publicados, principalmente do IBGE, dos quais foram utilizados as tabelas e dados pertinentes para a execução do trabalho.

Os dados de renda e domicílios utilizados são secundários recolhidos através de fontes como ATLAS BRASIL e IBGE. “A principal característica deste tipo de informação é que sua produção não é voltada às necessidades de qualquer tipo de pesquisador. [...] Sua origem associa-se a registros administrativos, contábeis, religiosos etc” (BÊRNI, 2002, p.149).

As fontes são os dados, conforme tabelas do apêndice A e do apêndice B retirados dos censos demográficos de 2000 e 2010. Sendo que a tabela do apêndice A do ano 2000 informa os seguintes dados; faixas salariais e quantidade de domicílios para cada município e a tabela do apêndice B do ano 2010 informa os seguintes dados; faixas salariais e quantidade de domicílios para cada município. Estes foram trabalhados para chegar à Curva de Lorenz e ao Índice de Gini de cada município que compõe o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Ambas as tabelas também informam a categoria dos domicílios sem rendimentos.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

Para realizar a análise dos dados foram coletadas as informações sobre renda e domicílios do censo demográfico que se encontram disponíveis na base de dados do IBGE, posteriormente foram utilizadas médias para as classes de renda e de domicílios. Esses dados foram processados com a utilização de planilhas do Excel no qual foram formadas tabelas (tabelas 9, 10, 11 e 12, que serão apresentadas no capítulo 4) com a porcentagem acumulada da renda e a porcentagem acumulada da população. Através desta foi gerada a curva de Lorenz e calculado o Índice de Gini para os municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, fornecendo assim os dados para a análise dos resultados. Através destes foi possível verificar como se comportou a distribuição de renda no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu nos anos 2000 e 2010.

O índice de Gini calculado neste estudo através da Curva de Lorenz utilizou apenas a renda familiar, além de que foram utilizadas faixas salariais, desde os que ganhavam menos até os que ganhavam mais (conforme informações do quadro 2). É importante também destacar que foi trabalhado com número de domicílios e não de pessoas com rendimentos em cada faixa salarial.

3.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Segundo Vergara (2004, p. 62) “todo método tem possibilidades e limitações”. No que tange às limitações que este estudo apresenta cabe destacar o fato de que os dados coletados pelos censos de 2000 e 2010 utilizam formas diferentes de medir o rendimento nos domicílios. Enquanto em 2000 a variável utilizada pelo IBGE é o rendimento do responsável pelo domicílio, em 2010 a variável é o rendimento per capita do domicílio.

Compreendemos que esta limitação nos dificulta efetuar análises comparativas entre os anos de 2000 e 2010, entretanto como para os municípios do território em estudo, estas são as únicas informações disponíveis, entendemos que elas são relevantes e não devem ser desconsideradas. O maior cuidado que se deve tomar diz respeito às conclusões comparativas entre os dois anos.

4 A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU NOS ANOS DE 2000 E 2010

“O Território da Cidadania é um programa lançado em 2008 pelo governo federal, com a intenção de propiciar crescimento econômico e desenvolvimento social e territorial, por meio da ação de integrada de políticas públicas” (KNOREK, 2015, p. 5). Dentre os fatores determinantes para que uma região seja incluída nos Programa Territórios estão baixo IDH, territórios com maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família; concentração de agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária; maior concentração de populações quilombolas e indígenas e territórios com maior número de municípios com baixo dinamismo econômico (MDA, 2012).

O Território da Cidadania Cantuquiriguaçu é um território com predomínio de características rurais (conforme já demonstrado na seção 2.4). Dentre os municípios que o compõem o que possui maior população é Laranjeiras do Sul, com aproximadamente 30 mil habitantes em 2000 aumentando para 30.777 mil habitantes em 2010. Já o município com menor número de habitantes é Diamante do Sul que em 2000 tinha 3.659 mil habitantes e em 2010 tinha 3.510 mil habitantes.

No Território da Cidadania Cantuquiriguaçu a população rural em 2000 era de 120.397 mil habitantes e em 2010 esse número diminuiu para 107.459 mil habitantes. Existem no Território três comunidades quilombolas, localizadas no município de Candói: Despraiado, Vila Tomé e Cavernoso. Também se encontra no Território a maior reserva indígena do Estado do Paraná, que é a de Rio das Cobras, no município de Nova Laranjeiras na qual estão as tribos Kaingang e Guarani.

Dentre os 20 municípios que compõem o Território, em 14 há assentamentos rurais, perfazendo um total de 49 assentamentos. O município que possui o maior número destes é Goioxim, com 11 assentamentos e 283 famílias assentadas, seguido por Candói com 6 assentamentos e 247 famílias assentadas, além de Cantagalo com 4 assentamentos e 194 famílias assentadas. O município de Rio Bonito se destaca com 1.576 famílias assentadas, possuindo 3 assentamentos e ocupando a maior área reformada do país que é de 27.982 hectares, mesmo não possuindo o maior número de assentamentos entre os municípios que compõem o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu (INCRA, 2015).

Em relação às características referentes à renda no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, a tabela 4 indica o percentual de domicílios em todos os municípios que tem

renda média de até 1(um) salário mínimo¹⁰ nos anos 2000 e 2010. Ressaltando que foi trabalhado com número de domicílios e não de pessoas com rendimentos em cada faixa salarial.

Tabela 4- Percentual de domicílios com renda média de até 1 salário mínimo nos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, nos anos de 2000 e 2010.

Município	Percentual de domicílios com renda média de até 1 salário mínimo no ano 2000	Percentual de domicílios com renda média de até 1 salário mínimo no ano 2010
Campo Bonito - PR	45,43%	72,71%
Candói - PR	40,89%	77,53%
Cantagalo - PR	49,01%	79,91%
Catanduvras - PR	38,85%	73,99%
Diamante do Sul - PR	51,36%	83,64%
Espigão Alto do Iguaçu - PR	52,01%	78,39%
Foz do Jordão - PR	44,49%	75,41%
Goioxim - PR	50,11%	87,09%
Guaraniaçu - PR	42,62%	69,49%
Ibema - PR	35,78%	71,50%
Laranjeiras do Sul - PR	36,92%	64,35%
Marquinho - PR	51,69%	81,38%
Nova Laranjeiras - PR	53,44%	79,81%
Pinhão - PR	48,77%	79,21%
Porto Barreiro - PR	38,79%	72,74%
Quedas do Iguaçu - PR	36,14%	71,09%
Reserva do Iguaçu - PR	36,14%	79,36%
Rio Bonito do Iguaçu - PR	49,86%	80,30%
Três Barras do Paraná - PR	40,67%	72,54%
Virmond - PR	44,00%	67,97%
Território da Cidadania Cantuquiriguaçu	43,19%	74,43%

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A tabela 4 mostra a evolução da porcentagem de domicílios que tinham renda média de até 1 salário mínimo do ano 2000 para 2010. No ano 2000 os municípios que possuíam menos domicílios com renda média de até 1 salário mínimo eram Quedas do Iguaçu e Reserva do Iguaçu, os dois com 36,14% dos domicílios. No mesmo ano o município que mais possuía domicílios ganhando até 1 salário mínimo era Nova Laranjeiras com 53,44%, seguido de Espigão Alto do Iguaçu com 52,01%.

¹⁰ Ratificando que o valor do salário mínimo utilizado no ano de 2000 foi de R\$ 151,00 e para o ano de 2010 foi de R\$ 510,00.

No ano de 2010, os municípios que menos possuíam domicílios ganhando até 1 salário mínimo eram Laranjeiras do Sul com 64,35%, seguido de Virmond com 67,97%. Neste mesmo ano os municípios com mais domicílios ganhando até 1 salário mínimo eram Goioxim com 87,09%, seguido de Diamante do Sul com 83,64%. Observando os municípios que tiveram aumento mais expressivo na porcentagem de domicílios ganhando até 1 salário mínimo de 2000 para 2010, constata-se que estes foram Reserva do Iguaçu, que passou de 36,14% para 79,36 % e Quedas do Iguaçu que aumentou de 36,14% para 71,09%. O que se pode observar entre 2000 e 2010 é de que mais domicílios tem rendimentos e que estes se concentram nas menores faixas salariais. Na Tabela 5 é possível constatar como foi a redução do número de domicílios sem nenhum tipo de rendimento entre os anos de 2000 e 2010 nos municípios do Território estudado.

Tabela 5 – Número de domicílios sem rendimento nos municípios do Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu nos anos de 2000 e 2010.

Município/Ano	2000	2010
Campo Bonito - PR	45	23
Candói - PR	312	128
Cantagalo - PR	306	84
Catanduvras - PR	164	75
Diamante do Sul - PR	100	64
Espigão Alto do Iguaçu - PR	5	87
Foz do Jordão - PR	259	65
Goioxim - PR	62	103
Guaraniaçu - PR	301	120
Ibema - PR	81	43
Laranjeiras do Sul - PR	622	301
Marquinho - PR	159	87
Nova Laranjeiras - PR	536	149
Pinhão - PR	1028	435
Porto Barreiro - PR	6	20
Quedas do Iguaçu - PR	707	346
Reserva do Iguaçu - PR	201	117
Rio Bonito do Iguaçu - PR	107	129
Três Barras do Paraná - PR	35	97
Virmond - PR	99	25
Total de domicílios	5135	2498

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A tabela 5 mostra que no ano de 2000 havia um número muito maior de domicílios recebendo apenas benefícios, sem uma renda proveniente de outras fontes, todos os municípios juntos possuíam 5.135 domicílios recebendo apenas benefícios.

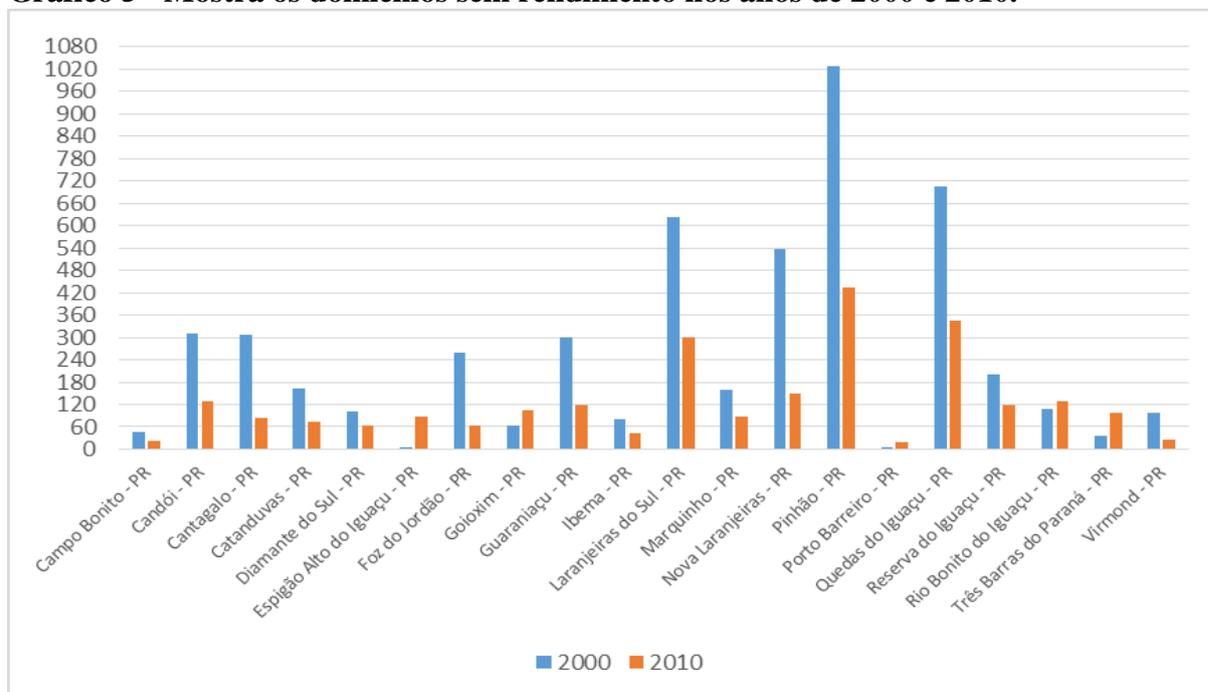
De 2000 para 2010 essa realidade muda e um menor número de domicílios na maioria dos municípios passam a ter renda proveniente de outras fontes como salários por exemplo. As exceções ficaram apenas com Espigão Alto do Iguaçu que aumentou o número de domicílios que recebiam apenas benefícios de 5 para 87, seguido de Três Barras do Paraná que aumentou de 35 para 97, Goioxim que aumentou de 62 para 103, Rio Bonito do Iguaçu que aumentou de 107 para 129 e Porto Barreiro que aumentou de 6 para 20.

Por outro lado, entre 2000 e 2010, o número de domicílios recebendo apenas benefícios em Pinhão diminuiu de 1.028 para 435 o número de domicílios. Em Nova Laranjeiras esta queda foi de 536 para 149, Quedas do Iguaçu diminuiu de 707 para 346, Laranjeiras do Sul reduziu de 622 para 301 e Cantagalo de 306 para 84.

A diminuição do total de domicílios sem rendimentos de todos os municípios que compõe o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu de 2000 para 2010 foi de 2.637 domicílios, resultado maior do que o total de domicílios sem rendimentos no ano de 2010. Quanto a evolução dos domicílios sem rendimentos de 2000 para 2010, esta pode ser vista também no gráfico 5.

O gráfico 5 mostra os domicílios sem rendimento nos anos de 2000 e 2010, essa categoria inclui os domicílios que nos dois anos recebiam apenas benefícios.

Gráfico 5 - Mostra os domicílios sem rendimento nos anos de 2000 e 2010.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A categoria dos domicílios sem rendimentos que inclui os domicílios com rendimento somente em benefícios mostra que em 2000 havia um número muito maior de domicílios recebendo apenas benefícios, sem uma renda proveniente de outras fontes. As Curvas de Lorenz dos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, mostram a existência dessa categoria, pois todas as curvas iniciam do ponto 0 (zero), ou seja, da existência de pessoas que não ganham salários até a primeira pessoa que obtém salários.

Por outro lado, quando utilizada a renda média total, ou seja, a renda total dividida pelo número de domicílios em cada município, chega-se a um valor bem mais elevado. Esta informação indica a existência de concentração de renda nos municípios. Na tabela 6 está demonstrada a renda média para os anos de 2000 e 2010, considerando os valores nominais da época e estes divididos em número de salários mínimos para cada ano.

Tabela 6 - Renda média (em valores nominais e em salários mínimos) nos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu nos anos de 2000 e 2010.

Município	Renda Média em 2000 (em valores nominais)	Renda média em 2000 (em salários mínimos)¹¹	Renda Média em 2010 (em valores nominais)	Renda média em 2010 (em salários mínimos)¹²
Campo Bonito	R\$ 5.026,56	33,29	R\$ 7.552,04	14,81
Candói	R\$ 6.473,77	42,87	R\$ 6.626,12	12,99
Cantagalo	R\$ 4.768,58	31,58	R\$ 6.328,15	12,41
Catanduvas	R\$ 6.509,25	43,11	R\$ 7.322,36	14,36
Diamante do Sul	R\$ 5.259,64	34,83	R\$ 5.516,58	10,82
Espigão Alto do Iguaçu	R\$ 4.164,23	27,58	R\$ 6.498,09	12,74
Foz do Jordão	R\$ 4.864,76	32,22	R\$ 6.753,47	13,24
Goioxim	R\$ 4.857,86	32,17	R\$ 4.956,65	9,72
Guaraniaçu	R\$ 6.228,65	41,25	R\$ 8.198,48	16,08
Ibema	R\$ 4.925,36	32,62	R\$ 7.601,36	14,90
Laranjeiras do Sul	R\$ 7.124,85	47,18	R\$ 8.924,15	17,50
Marquinho	R\$ 5.491,93	36,37	R\$ 5.767,91	11,31
Nova Laranjeiras	R\$ 5.297,80	35,08	R\$ 6.044,27	11,85
Pinhão	R\$ 4.609,18	30,52	R\$ 6.220,49	12,20
Porto Barreiro	R\$ 6.220,54	41,20	R\$ 7.256,65	14,23
Quedas do Iguaçu	R\$ 6.335,97	41,96	R\$ 7.482,36	14,67
Reserva do Iguaçu	R\$ 7.682,81	50,88	R\$ 6.409,75	12,57

¹¹ Renda média de 2000 foi dividida pelo valor do salário mínimo deste ano, R\$ 151,00 e assim obtido o valor em salários mínimos.

¹² Renda média de 2010 foi dividida pelo valor do salário mínimo deste ano, R\$ 510,00 e assim obtido o valor em salários mínimos.

Rio Bonito do Iguaçu	R\$ 5.375,94	35,60	R\$ 5.933,52	11,63
Três Barras do Paraná	R\$ 6.813,34	45,12	R\$ 7.413,67	14,54
Virmond	R\$ 5.371,03	35,57	R\$ 8.017,50	15,72
Território da Cidadania Cantuquiriguaçu	R\$ 5.858,19	38,80	R\$ 7.098,71	13,92

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A tabela 6 mostra que os cinco municípios que tinham as mais altas rendas médias em valores nominais para o ano de 2000 eram Reserva do Iguaçu com R\$ 7.682,81 com 50,88 salários mínimos; Laranjeiras do Sul com R\$ 7.124,85, equivalendo a 47,18 salários mínimos; Três Barras do Paraná com R\$ 6.813,34, correspondente a 45,12 salários mínimos; Catanduvas com R\$ 6.509,25, ou seja, 43,11 salários mínimos e Candói com R\$ 6.473,77, o que correspondia a 42,87 salários mínimos. Já os cinco municípios que tinham as mais baixas rendas médias em valores nominais, no ano de 2000, eram Foz do Jordão com R\$ 4.864,76, igual a 32,22 salários mínimos; Goioxim com R\$ 4.857,86, correspondendo a 32,17 salários mínimos; Cantagalo com R\$ 4.768,58, ou seja, 31,58 salários mínimos; Pinhão com R\$ 4.609,18, equivalentes a 30,52 salários mínimos e Espigão Alto do Iguaçu com R\$ 4.164,23, com 27,58 salários mínimos.

Em 2010 os cinco municípios que tinham as mais altas rendas médias em valores nominais eram Laranjeiras do Sul com R\$ 8.924,15, equivalendo a 17,50 salários mínimos; Guaraniaçu com R\$ 8.198,48, correspondente a 16,08 salários mínimos; Virmond com R\$ 8.017,50, ou seja, 15,72 salários mínimos; Ibema com R\$ 7.601,36, o que correspondia a 14,90 salários mínimos e Campo Bonito com R\$ 7.552,04, ou seja, 14,81 salários mínimos. Os cinco municípios que tinham as mais baixas rendas médias em valores nominais eram Nova Laranjeiras com R\$ 6.044,27, equivalendo a 11,85 salários mínimos; Rio Bonito do Iguaçu com R\$ 5.933,52, o que correspondia a 11,63 salários mínimos; Marquinho com R\$ 5.767,91, correspondente a 11,31 salários mínimos; Diamante do Sul com R\$ 5.516,58, ou seja, 10,82 salários mínimos e Goioxim com R\$ 4.956,65, ou seja, 9,72 salários mínimos.

Observa-se que em 2000 os municípios ganhavam um número maior de salários mínimos do que em 2010. Aqui temos uma média geral, o que pode indicar que no ano 2000 havia maior concentração de renda.

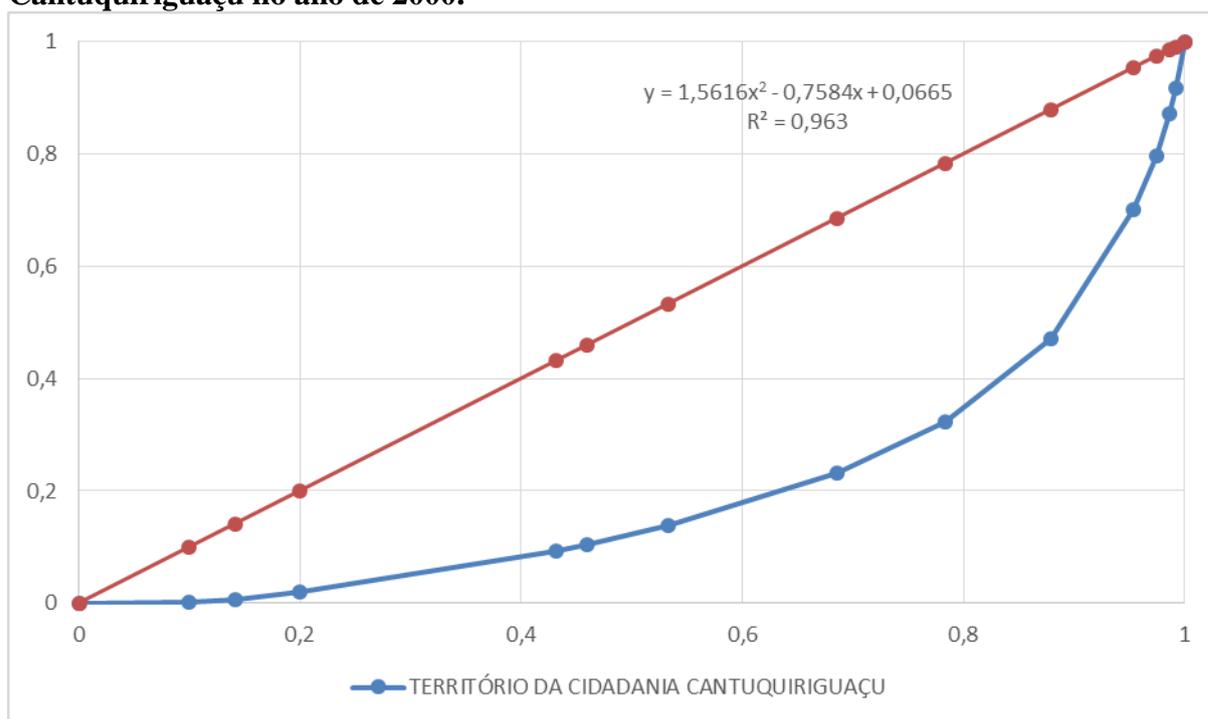
No ano de 2000 também foi alto o número de domicílios com rendimentos provenientes somente de benefícios. Segundo a Previdência social (2016, p. 1);

Benefícios consistem em prestações pecuniárias pagas pela Previdência Social aos segurados ou aos seus dependentes de forma a atender a cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; maternidade; salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; e pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

O gráfico 5 mostra os municípios com maior número de domicílios que recebiam somente benefícios, o que mais se destaca é Pinhão com 1.028, seguido de Quedas do Iguaçu com 707, Laranjeiras do Sul com 622 e Nova Laranjeiras com 536. Os municípios que tinham o menor número de domicílios recebendo somente benefícios são Espigão Alto do Iguaçu com 5, seguido de Porto Barreiro com 6, Três Barras do Paraná com 35 e Campo Bonito com 45.

Na continuidade são apresentadas as Curvas de Lorenz da distribuição de renda do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu para os anos de 2000 e 2010. No gráfico 6 está demonstrada a Curva de Lorenz para o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu no ano 2000.

Gráfico 6 - Curva de Lorenz da distribuição de renda para o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu no ano de 2000.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Para chegar aos dados do Território foram somadas as informações dos 20 (vinte) municípios que o compõe tanto em 2000 quanto em 2010. O gráfico 6 apresenta a Curva de Lorenz e o coeficiente de correlação¹³ o qual é de 0,963 indicando assim que as variáveis utilizadas têm bom nível de explicação para o resultado ao qual se chegou.

¹³ O qual varia de 0 (zero) a 1 (um), quanto mais elevado maior é a capacidade explicativa das variáveis utilizadas.

Pode-se observar que no ano de 2000 a curva esteve bastante distante da linha de perfeita igualdade, ou seja, a renda estava mais concentrada em todo o território. Esse resultado mostra a necessidade de políticas públicas com o intuito de melhor distribuir a renda. Nesse ano os 20 municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu apresentam IDHM inferior ao do Paraná que era 0,650 e ao do Brasil que era 0,612. Entre os 3(três) componentes do IDHM (educação o, longevidade e renda), a renda é o que mais compromete o desempenho da região o que faz com que os municípios fiquem em posições de intermediárias para finais no Ranking estadual. Mesmo todos os municípios tendo melhorado o IDHM na década, essa melhora aconteceu de uma forma mais lenta do que em outros municípios paranaenses.

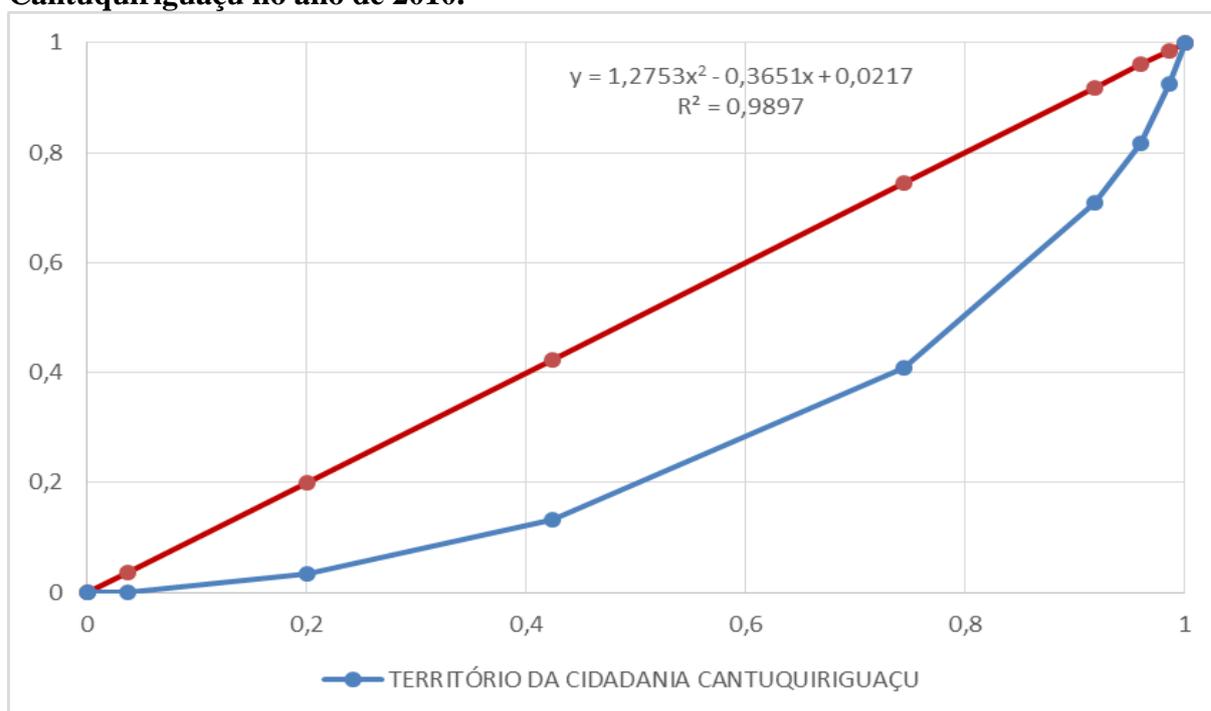
No ano de 2000 no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, a curva de Lorenz mostra que 23,26% do total dos domicílios tinham renda média de até 1 salário mínimo, estes detinham 7,19% da renda total do município; 15,21% do total dos domicílios tinham renda média de mais de 1 até 2 salários mínimos, estes detinham 9,41% da renda total; Outros, 4,61% do total dos domicílios detinham 29,84% da renda total e ganhavam renda média de mais de 10 até mais de 30 salários mínimos. Isso mostra que nesse ano a renda total esteve muito mais concentrada do que distribuída, o que explica a dificuldade de grande parte da população no acesso a saúde, educação, saneamento básico, lazer e etc.

Conforme dados da tabela 1 (seção 2.4), no ano 2000 a maior parte da população dos municípios que compõe o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu residiam na zona rural, apenas 6 (seis) destes possuíam população urbana maior do que o rural sendo Cantagalo, Foz do Jordão, Ibema, Laranjeiras do Sul, Quedas do Iguaçu e Reserva do Iguaçu.

No ano de 2000 o elevado índice de pobreza é uma marca da região. Segundo o Atlas Brasil (2016), do total de pobres da região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 35,98% são urbanos e 64,02% são rurais, enquanto que no estado se verifica o contrário, 64,89% urbana e 35,11% rural. Em Virmond encontra-se o menor índice de pobres (13,27%) e em Rio Bonito do Iguaçu o mais elevado da região (36,97%). São 55.508 pessoas do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu vivendo abaixo da linha da pobreza, ou seja, vivendo com menos de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo por mês (R\$ 60,00 em agosto de 2003). Em municípios como Ibema, Foz do Jordão e Laranjeiras do Sul, predomina a pobreza na zona urbana, em Quedas do Iguaçu, Cantagalo, Campo Bonito e Catanduvas a pobreza se encontra distribuída entre a zona urbana e a rural; nos demais ela é encontrada predominante na zona rural (IPARDES, 2016).

O gráfico 7 mostra a Curva de Lorenz da distribuição de renda para o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu no ano 2010.

Gráfico 7 - Curva de Lorenz da distribuição de renda para o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu no ano de 2010.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

O Gráfico 7 ilustra a curva de Lorenz do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu para o ano de 2010. Nos dois gráficos, de 2000 e 2010 foram utilizadas escalas iguais permitindo que se possa efetuar a comparação entre os dois anos. Observa-se então que no ano de 2010 a curva encontra-se mais próxima da linha de perfeita igualdade, ou seja, a distância da curva é menor em relação à reta de perfeita igualdade, podendo concluir que nesse ano a renda esteve mais distribuída do que em 2000, com isso é possível que maior número de pessoas tenha acesso a saúde, educação e saneamento básico além de outras melhorias.

A curva de Lorenz para o ano de 2010 mostra que 32,02% do total dos domicílios detinham 27,61% da renda total, estes ganhavam renda média de até 1 salário mínimo; 17,41% do total dos domicílios ganhavam renda média de mais de 1 até 2 salários mínimos e detinham 30,03% da renda total. Nesse ano apenas 3,97 % dos domicílios detinham 18,36% da renda total ganhando renda média de mais de 3 a mais de 5 salários mínimos. Com isso pode-se concluir que no ano de 2010 a renda total esteve mais bem distribuída, apesar da maior parte da população ganhar até 2 salários mínimos o número de domicílios recebendo essa renda aumentou consideravelmente, distribuindo melhor a renda total.

Apesar de ter crescido o número de domicílios em que a renda média está na faixa de até dois salários mínimos, cabe destacar para os ganhos em termos de poder aquisitivo que o salário mínimo alcançou. Para esta compreensão cabe observar a evolução das taxas de inflação

entre 2000 e 2010, bem como o valor do salário mínimo. Estas informações podem ser visualizadas na Tabela 7.

Tabela 7 - Evolução das taxas de inflação e do valor do salário mínimo (em valores absolutos e relativos) entre 2000 e 2010 no Brasil.

Ano	Evolução da inflação anual pelo IPCA¹⁴ (%)	Valores nominais do salário mínimo	Aumento do salário mínimo (%)
2000	5,97	R\$ 151,00	-
2001	7,67	R\$ 180,00	19,21 ¹⁵
2002	12,53	R\$ 200,00	11,11
2003	9,30	R\$ 240,00	20,00
2004	7,60	R\$ 260,00	8,33
2005	5,69	R\$ 300,00	15,38
2006	3,14	R\$ 350,00	16,67
2007	4,46	R\$ 380,00	8,57
2008	5,90	R\$ 415,00	9,21
2009	4,31	R\$ 465,00	12,05
2010	5,91	R\$ 510,00	9,68

Fonte: Banco Central, 2016.

Através da tabela 7, pode-se observar que a inflação nos primeiros anos da década 2000 aumentou e que a partir de 2003 começa a diminuir, se mantendo em patamares mais baixos até 2010. Com a inflação mais baixa o salário mínimo ganha poder aquisitivo. O salário mínimo nesse período apresentou alta em todos os anos, somente em 2002 a alta de 11,11% do salário mínimo foi menor que da inflação que foi de 12,53% e conseqüentemente nesse ano o salário mínimo perdeu poder aquisitivo. No ano de 2010 observa-se um aumento de 9,68% no salário mínimo enquanto que a inflação anual foi de 5,91%, isso constitui que houve ganho no poder aquisitivo da população que é assalariada. No geral, com exceção de 2002 todos os outros anos apresentam aumento do salário mínimo acima da inflação

Segundo dados da tabela 1 (seção 2.4) no ano de 2010 é maior o número de municípios em que a população urbana é superior a rural. Em 2000 eram apenas 6 (seis) municípios com esta característica, já em 2010 esse número aumenta para 11 (onze) municípios, sendo eles: Campo Bonito, Cantagalo, Catanduvras, Foz do Jordão, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Pinhão, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu e Três Barras do Paraná. Dos 20 (vinte) municípios apenas 3 (três) tiveram aumento na população rural do ano de 2000 para 2010 sendo

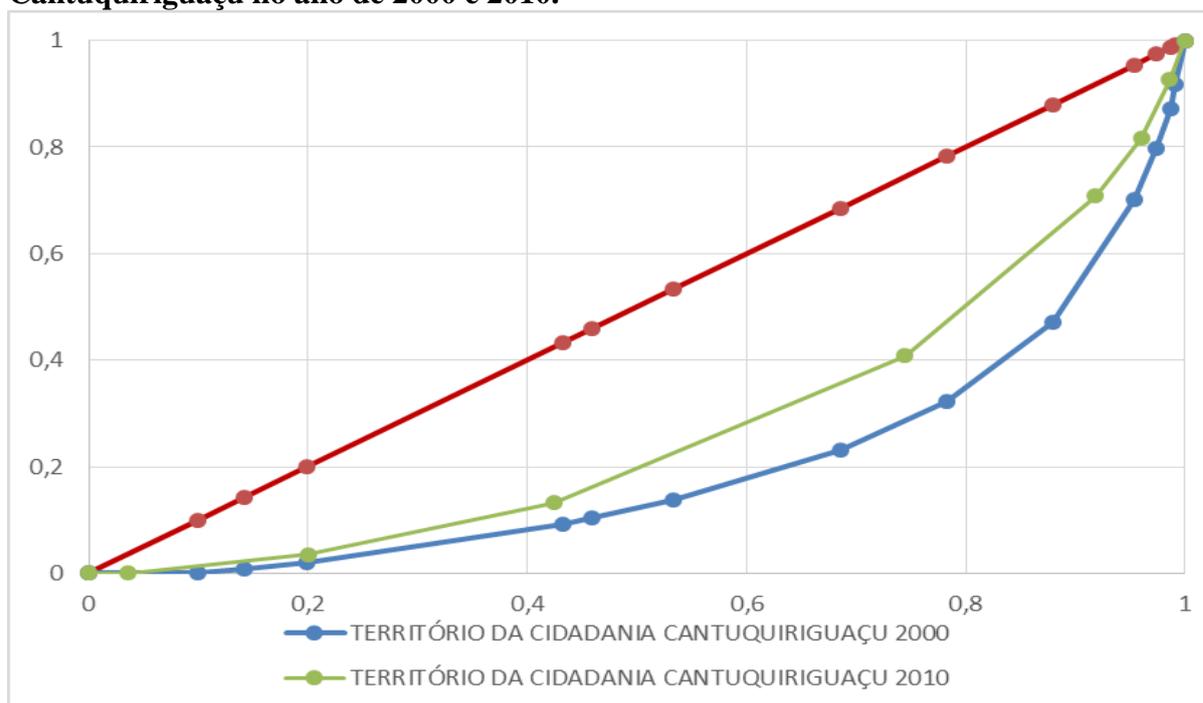
¹⁴ IPCA - Índice nacional de preços ao consumidor amplo, índice oficial de inflação no Brasil.

¹⁵ O percentual de aumento do salário mínimo da tabela leva em conta apenas o aumento percentual desta variável de um ano para outro. A evolução da inflação serve apenas para comparação, ou seja, apenas para observar se o aumento do salário mínimo foi maior ou menor do que a inflação no período.

Reserva do Iguaçu, Pinhão e Quedas do Iguaçu, sendo que este aumento é provavelmente decorrente dos assentamentos que foram constituídos. Ressalta-se também que esses municípios além de ter aumento na sua população rural tiveram aumento na sua população urbana e conseqüentemente na população total.

No gráfico 8 é apresentada a Curva de Lorenz da distribuição de renda do ano 2000 e 2010 do Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu.

Gráfico 8- Curva de Lorenz da distribuição de renda para o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu no ano de 2000 e 2010.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

O gráfico 8 apresenta as duas Curvas de Lorenz para o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, para os anos de 2000 e 2010. Ao serem apresentadas sobrepostas fica clara a distância que as duas curvas apresentam da linha de perfeita igualdade. A curva para o ano 2000 fica mais afastada que a curva do ano 2010, ou seja, no ano de 2010 a distribuição de renda foi melhor do que em 2000 no Território como um todo.

A tabela 8 apresenta o índice de Gini calculado através da Curva de Lorenz para todos os municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.

Tabela 8 - Índice de GINI para todos os municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.

MUNICÍPIOS	ÍNDICE DE GINI 2000	ÍNDICE DE GINI 2010
Campo Bonito - PR	0,388	0,266
Candói - PR	0,460	0,273
Cantagalo - PR	0,401	0,252
Catanduvas - PR	0,441	0,267
Diamante do Sul - PR	0,457	0,241
Espigão Alto do Iguaçu - PR	0,339	0,289
Foz do Jordão - PR	0,419	0,265
Goioxim - PR	0,374	0,221
Guaraniaçu - PR	0,435	0,304
Ibema - PR	0,297	0,239
Laranjeiras do Sul - PR	0,434	0,324
Marquinho - PR	0,458	0,270
Nova Laranjeiras - PR	0,498	0,296
Pinhão - PR	0,403	0,281
Porto Barreiro - PR	0,373	0,279
Quedas do Iguaçu - PR	0,418	0,291
Reserva do Iguaçu	0,487	0,301
Rio Bonito do Iguaçu	0,437	0,264
Três Barras do Paraná	0,444	0,285
Virmond	0,376	0,261
Território da Cidadania Cantuquiriguaçu	0,430	0,291

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A evolução da distribuição de renda nesses dois períodos pode ser descrita também através do índice de Gini. A tabela 8 mostra os índices de Gini calculados através da curva de Lorenz para cada município do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu nos anos de 2000 e 2010. Os resultados confirmam a melhor distribuição no ano de 2010 pois nesse ano os índices de Gini de todos os municípios se encontram mais próximos de 0 (zero). O Território da Cidadania Cantuquiriguaçu possui em 2010 índice de Gini de 0,291, sendo este menor do que em 2000 que era de 0,430 mostrando assim que houve uma melhora na distribuição de renda.

Os municípios que tem os índices de Gini mais próximo de 0 (zero), em 2000 são Ibema com 0,297, Espigão Alto do Iguaçu com 0,399, Porto Barreiro com 0,373, Goioxim com 0,374 e Virmond com 0,376. Em 2010 são Goioxim com 0,221, Ibema com 0,239, Diamante do Sul com 0,241, Cantagalo com 0,252 e Virmond com 0,261. Ou seja, o índice de Gini mostra que esses são os municípios com as melhores distribuições de renda nos respectivos anos. Os municípios que tem os mais altos índices de Gini e conseqüentemente as piores distribuições de renda em 2000 são Nova Laranjeiras com 0,498, Reserva do Iguaçu com 0,487, Candói com

0,460, Marquinho com 0,458 e Diamante do Sul com 0,457. Em 2010, são Laranjeiras do Sul com 0,324, Guaraniaçu com 0,304, Reserva do Iguaçu com 0,301, Nova Laranjeiras com 0,296 e Quedas do Iguaçu com 0,291.

Quanto ao índice de Gini do Paraná em 2000 este era 0,607 e em 2010 era 0,530. No caso do Brasil em 2000 o índice era de 0,592 caindo para 0,533 em 2010 (ATLAS BRASIL). Tanto o índice de Gini do Paraná quanto o do Brasil eram mais altos que o do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu que em 2000 era 0,430 caindo para 0,291 em 2010. Deve-se considerar que o índice de Gini do Paraná e do Brasil não foram calculados através da Curva de Lorenz, enquanto o do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu sim.

A tabela 9 apresenta as informações sobre as faixas salariais, renda e população dos cinco municípios com as piores distribuições de renda no ano 2000. Esta mostra as faixas salariais que foram utilizadas, até 1 salário mínimo; mais de 1 até 2 salários mínimos e assim sequentemente até a última faixa salarial. Para cada faixa há uma quantidade de domicílios. A partir destas calcula-se a porcentagem da renda acumulada e a porcentagem da população acumulada. A partir desses dados são geradas as Curvas de Lorenz, tornando possível identificar os municípios com as piores distribuições de renda no ano 2000.

Tabela 9 - Informações sobre renda e população a partir das quais foram identificados os cinco municípios, do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, com as piores distribuições de renda no ano 2000.

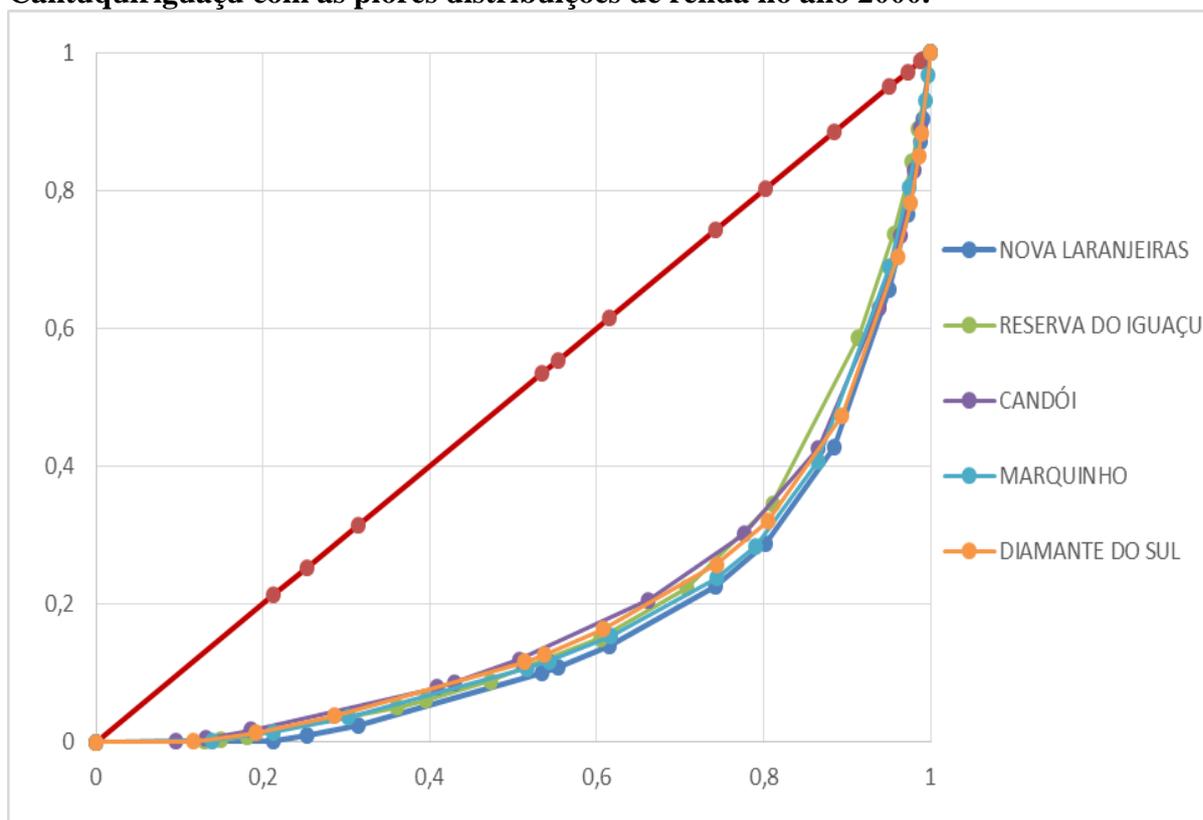
Faixas Salariais ¹⁶	Nova Laranjeiras			Reserva do Iguaçú			Candói			Marquinho			Diamante do Sul		
	%			%			%			%			%		
	acu_d	R.acum.	acu_d	acu_d	R.acum.	acu_d	acu_d	R.acum.	acu_d	acu_d	R.acum.	acu_d	acu_d	R.acum.	acu_d
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0,25	0,2127	0,0016	0,2127	0,1305	0,0003	0,1305	0,0962	0,0004	0,0962	0,1396	0,0015	0,1396	0,1167	0,0007	0,1167
0,5	0,2529	0,0085	0,2529	0,1493	0,0025	0,1493	0,1312	0,0053	0,1312	0,2132	0,0136	0,2132	0,1908	0,0134	0,1908
0,75	0,3149	0,0244	0,3149	0,1807	0,0080	0,1807	0,1857	0,0167	0,1857	0,3021	0,0356	0,3021	0,2857	0,0379	0,2857
1	0,5344	0,0994	0,5344	0,3614	0,0506	0,3614	0,4089	0,0792	0,4089	0,5169	0,1065	0,5169	0,5136	0,1165	0,5136
1,25	0,5533	0,1075	0,5533	0,3946	0,0604	0,3946	0,4302	0,0866	0,4302	0,5429	0,1172	0,5429	0,5365	0,1263	0,5365
1,5	0,6149	0,1391	0,6149	0,4724	0,0880	0,4724	0,5071	0,1189	0,5071	0,6166	0,1536	0,6166	0,6074	0,1630	0,6074
2	0,7420	0,2261	0,7420	0,6041	0,1501	0,6041	0,6622	0,2057	0,6622	0,7431	0,2371	0,7431	0,7437	0,2569	0,7437
3	0,8018	0,2874	0,8018	0,7077	0,2233	0,7077	0,7762	0,3014	0,7762	0,7906	0,2842	0,7906	0,8048	0,3200	0,8048
5	0,8844	0,4287	0,8844	0,8112	0,3454	0,8112	0,8653	0,4263	0,8653	0,8650	0,4069	0,8650	0,8942	0,4740	0,8942
10	0,9511	0,6567	0,9511	0,9134	0,5866	0,9134	0,9382	0,6302	0,9382	0,9509	0,6903	0,9509	0,9607	0,7032	0,9607
15	0,9725	0,7664	0,9725	0,9561	0,7375	0,9561	0,9633	0,7354	0,9633	0,9739	0,8042	0,9739	0,9760	0,7821	0,9760
20	0,9877	0,8705	0,9877	0,9780	0,8411	0,9780	0,9802	0,8301	0,9802	0,9931	0,9307	0,9931	0,9858	0,8497	0,9858
30	0,9909	0,9040	0,9909	0,9849	0,8899	0,9849	0,9875	0,8913	0,9875	0,9969	0,9686	0,9969	0,9891	0,8835	0,9891
31	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

¹⁶ Em salários mínimos nacionais no ano de 2000.

A partir da Tabela anterior foi elaborada a curva de Lorenz para os 5 (cinco) municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu que no ano de 2000 apresentam as maiores concentrações de renda. Estas informações estão disponíveis no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Curva de Lorenz para os cinco municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com as piores distribuições de renda no ano 2000.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

O gráfico 9 apresenta a Curva de Lorenz para os cinco municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com as piores distribuições de renda no ano 2000. Estes municípios são Nova Laranjeiras, Reserva do Iguaçu, Candói, Marquinho e Diamante do Sul. Na sequência segue a identificação e caracterização de cada município do primeiro até o quinto.

Nova Laranjeiras é o município que tem o mais alto índice de Gini que é de 0,498, sendo este o município dentre os 20 que apresenta a pior distribuição de renda no ano de 2000. O IDHM deste município era de 0,528, apresentando uma taxa de crescimento de 77,18% se comparado a década anterior. De 1991 a 2000, o índice que mais cresceu em termos absolutos foi educação com crescimento de 0,242, seguida por renda e por Longevidade (ATLAS BRASIL, 2016).

Em 2000 a população total era 11.699 habitantes, a população rural era de 9.886 habitantes e a população urbana era de 1.813 habitantes, uma taxa de variação média anual de

-0,99% se comparado a década anterior (tabela 1)¹⁷. A mortalidade infantil de crianças com menos de um ano de idade no município em 2000 era de 27,3 óbitos por mil nascidos vivos, na década anterior essa taxa era de 42,3. A esperança de vida ao nascer em 2000 era de 75,0 anos, maior do que a década anterior que era de 64,4 anos (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à educação, no ano de 2000 um total de 75,40% da população de 6 a 17 anos do município cursava o ensino básico. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 4,93% estavam cursando o ensino superior. A proporção de pessoas pobres em 2000 era de 48,91%, muito menor do que a década anterior que era de 81,60%, mas ainda uma porcentagem bastante alta (ATLAS BRASIL, 2016).

A curva de Lorenz para o ano de 2000 mostra que no município de Nova Laranjeiras, 21,96% do total dos domicílios detinham apenas 7,51% da renda total, estes ganhavam renda média de até 1 salário mínimo; 12,72% do total dos domicílios ganhavam renda média de mais de 1 até 2 salários mínimos e detinham 8,70% da renda total. Outros 11,56% do total dos domicílios detinham 57,13% da renda total e ganhavam renda média de mais de 10 até mais de 30 salários mínimos.

O município que em 2000 apresentou a segunda pior distribuição de renda foi Reserva do Iguaçu com índice de Gini de 0,487. O IDHM do município em 2000 era 0,554, uma taxa de crescimento de 13,06% se comparado a década anterior. Nesse período, o índice IDHM que mais cresceu em termos absolutos foi Longevidade, com crescimento de 0,081 seguida por educação e depois renda (ATLAS BRASIL, 2016).

A população total do município em 2000 era de 6.678 habitantes sendo, a população rural de 3.338 habitantes e a população urbana de 3.340 habitantes. Na comparação com a década anterior a população do município diminuiu a uma taxa média anual de 4,76%. A mortalidade infantil de crianças com menos de um ano de idade no município em 2000 era de 28,6 óbitos por mil nascidos vivos, muito menor do que a taxa da década anterior que era de 42,3. A esperança de vida ao nascer em 2000 era de 69,3 anos, maior que a década anterior que era de 64,4 anos (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à educação, no ano de 2000, 82,36% da população do município de 6 a 17 anos estavam cursando o ensino básico e 5,34% dos jovens adultos de 18 a 24 anos, estavam cursando o ensino superior. A proporção de pessoas pobres em Reserva do Iguaçu no mesmo ano era 36,75%, maior do que a proporção da década anterior que era de 31,87%, mostrando um aumento da pobreza no ano de 2000 (ATLAS BRASIL, 2016).

¹⁷ Seção 2.4

A curva de Lorenz mostra que para o ano de 2000, no município de Reserva do Iguaçu, 18,07% do total de domicílios tinham renda média de até 1 salário mínimo sendo que estes detinham 4,26% da renda total; 13,17% do total dos domicílios detinham 6,21% da renda total ganhando renda média de mais de 1 até 2 salários mínimos. Outros 18,88% do total dos domicílios detinham 65,46% da renda total e ganhavam renda média de mais de 10 até mais de 30 salários mínimos.

Em terceiro lugar como um dos municípios que tinham a pior distribuição de renda em 2000 encontra-se Candói com índice de Gini de 0,460. O IDHM do município em 2000 era de 0,509, uma taxa de crescimento de 64,72% se comparado a década anterior, nesse período, o índice que mais cresceu em termos absolutos foi educação, com crescimento de 0,223 seguida por renda e longevidade (ATLAS BRASIL, 2016).

A população do município cresceu a uma taxa média anual de 1,89% em relação à década de 1990, sendo que em 2000 Candói tinha uma população total de 14.185 habitantes sendo, população rural de 9.027 habitantes e população urbana de 5.158 habitantes (tabela 1)¹⁸.

A mortalidade infantil de crianças com menos de um ano de idade no município em 2000 era de 36,8 óbitos por mil nascidos vivos, muito menor do que a taxa da década anterior que era de 53,8 óbitos por mil nascidos vivos. A esperança de vida ao nascer em 2000 era de 71,7 anos, maior do que na década anterior que era de 61,6 anos. Quanto à educação em 2000, 83,76% da população de 6 a 17 anos do município estava cursando o ensino básico, dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 1,92% estavam cursando o ensino superior. A proporção de pessoas pobres em 2000 era 41,70%, menor do que a década anterior que era de 53,10% (ATLAS BRASIL, 2016).

A curva de Lorenz mostra que no município de Candói, 22,3% do total de domicílios tinha renda média de até 1 salário mínimo e detinham 6,25% da renda total; 15,51% do total dos domicílios detinham 8,68% da renda total ganhando renda média de mais de 1 até 2 salários mínimos. Outros 13,47% do total dos domicílios detinham 57,37% da renda total e ganhavam renda média de mais de 10 até mais de 30 salários mínimos.

O quarto município que em 2000 possui a pior distribuição de renda é Marquinho com índice de Gini de 0,458. O IDHM do município em 2000 era de 0,433, uma taxa de crescimento de 89,91% se comparado a década anterior (ATLAS BRASIL, 2016).

¹⁸ Seção 2.4

A população do município diminuiu a uma taxa média anual de 1,89% ficando com uma população total em 2000 de 5.659 habitantes sendo, população rural de 5.091 habitantes e população urbana de 568 habitantes (tabela 1).¹⁹

A mortalidade infantil de crianças com menos de um ano de idade no município em 2000 era de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos. Na área da educação, no ano de 2000, 65,14% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico, dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 0,90% estavam cursando o ensino superior. A proporção de pessoas pobres em 2000 no município era de 57,61%, muito abaixo do que era na década anterior que era de 84,47% (ATLAS BRASIL, 2016).

A curva de Lorenz mostra que no município de Marquinho, a maior parte dos domicílios tinham renda média de até 1 salário mínimo sendo que 21,47% do total de domicílios detinham 7,08% da renda total; 12,65% do total dos domicílios detinham 8,35% da renda total ganhando renda média de mais de 1 até 2 salários mínimos. Outros 13,50% do total dos domicílios detinham 59,31% da renda total e ganhavam renda média de mais de 10 até mais de 30 salários mínimos.

O quinto município que em 2000 apresenta a pior distribuição de renda é Diamante do Sul com índice de 0,457. O IDHM em 2000 era de 0,488, uma taxa de crescimento de 46,99% se comparado a década anterior, nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi renda, com crescimento de 0,183 seguida por educação e por Longevidade (ATLAS BRASIL, 2016).

A população do município diminuiu a uma taxa média anual de 2,31%, possuindo uma população total em 2000 de 3.659 habitantes sendo população rural de 2.544 habitantes e população urbana de 1.115 habitantes (tabela 1).

A mortalidade infantil de crianças com menos de um ano de idade no município em 2000 era de 33,2 óbitos por mil nascidos vivos, menor do que na década anterior que era de 46,9 óbitos por mil nascidos vivos. A esperança de vida ao nascer para Diamante do Sul em 2000 era de 67,4 anos, maior do que na década anterior que era de 63,2 anos. Em 2000, 78,98% da população de 6 a 17 anos do município estava cursando o ensino básico, dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 3,01% estavam cursando o ensino superior. A proporção de pessoas pobres em 2000 era de 53,67%, muito menor do que na da década anterior que era de 85,02% (ATLAS BRASIL, 2016).

¹⁹ Seção 2.4

A curva de Lorenz mostra que no município de Diamante do Sul, 22,79% do total de domicílios tinham renda média de até 1 salário mínimo sendo que estes detinham 7,85% da renda total; 13,63% do total dos domicílios detinham 9,39% da renda total ganhando renda média de mais de 1 até 2 salários mínimos. Outros 10,58% do total dos domicílios detinham 52,60% da renda total e ganhavam renda média de mais de 10 até mais de 30 salários mínimos.

Na tabela 10 constam informações sobre a faixa salarial, renda e população utilizados para a formação da Curva de Lorenz e identificação dos cinco municípios com as melhores distribuições de renda para o ano 2000.

Tabela 10- Informações sobre renda e população a partir das quais foram identificados os cinco municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com as melhores distribuições de renda no ano 2000.

Faixas Salariais ²⁰	Ibema			Espigão Alto do Iguaçu			Porto Barreiro			Goioxim			Virmond		
	%			%			%			%			%		
	acu_d	R.acum.	acu_d	acu_d	R.acum.	acu_d	acu_d	R.acum.	acu_d	acu_d	R.acum.	acu_d	acu_d	R.acum.	acu_d
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0,25	0,0600	0,0006	0,0600	0,0462	0,0046	0,0462	0,0209	0,0010	0,0209	0,0394	0,0005	0,0394	0,1005	0,0003	0,1005
0,5	0,0913	0,0063	0,0913	0,1342	0,0238	0,1342	0,0714	0,0084	0,0714	0,1275	0,0169	0,1275	0,1366	0,0064	0,1366
0,75	0,1406	0,0199	0,1406	0,2525	0,0624	0,2525	0,1571	0,0271	0,1571	0,2396	0,0483	0,2396	0,1785	0,0170	0,1785
1	0,3578	0,0998	0,3578	0,5201	0,1788	0,5201	0,3879	0,0944	0,3879	0,5011	0,1458	0,5011	0,4205	0,0987	0,4205
1,25	0,3971	0,1179	0,3971	0,5512	0,1957	0,5512	0,4088	0,1020	0,4088	0,5383	0,1632	0,5383	0,4400	0,1069	0,4400
1,5	0,4930	0,1708	0,4930	0,6361	0,2511	0,6361	0,5022	0,1428	0,5022	0,6204	0,2091	0,6204	0,5229	0,1489	0,5229
2	0,6869	0,3135	0,6869	0,8014	0,3950	0,8014	0,6769	0,2446	0,6769	0,7588	0,3124	0,7588	0,6673	0,2463	0,6673
3	0,8201	0,4605	0,8201	0,8764	0,4929	0,8764	0,7615	0,3185	0,7615	0,8266	0,3883	0,8266	0,7902	0,3707	0,7902
5	0,9174	0,6395	0,9174	0,9371	0,6249	0,9371	0,8571	0,4577	0,8571	0,9021	0,5291	0,9021	0,8985	0,5534	0,8985
10	0,9807	0,8723	0,9807	0,9780	0,8031	0,9780	0,9527	0,7362	0,9527	0,9721	0,7902	0,9721	0,9698	0,7936	0,9698
15	0,9927	0,9385	0,9927	0,9871	0,8624	0,9871	0,9791	0,8515	0,9791	0,9852	0,8637	0,9852	0,9844	0,8677	0,9844
20	0,9980	0,9777	0,9980	0,9947	0,9284	0,9947	0,9912	0,9219	0,9912	0,9934	0,9249	0,9934	0,9922	0,9203	0,9922
30	0,9993	0,9924	0,9993	0,9947	0,9284	0,9947	0,9956	0,9603	0,9956	0,9956	0,9494	0,9956	0,9980	0,9796	0,9980
31	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

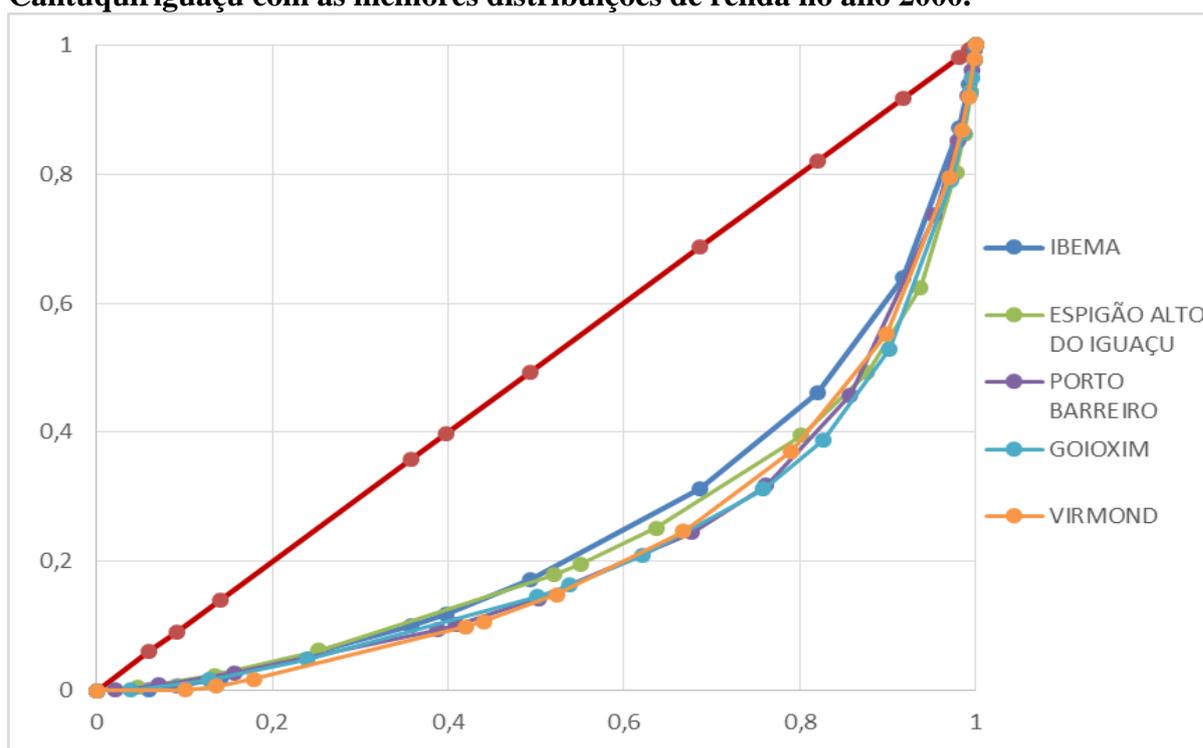
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

²⁰ Em salários mínimos nacionais no ano de 2000.

A tabela 10 apresenta as informações sobre as faixas salariais, renda e população dos cinco municípios com as melhores distribuições de renda no ano 2000. Esta mostra as faixas salariais que foram utilizadas, até 1 salário mínimo; mais de 1 até 2 salários mínimos e assim sequentemente até a última faixa salarial. Para cada faixa há uma quantidade de domicílios. A partir destas calcula-se a porcentagem da renda acumulada e a porcentagem da população acumulada. A partir desses dados são geradas as Curvas de Lorenz, tornando possível identificar os municípios com as melhores distribuições de renda no ano 2000.

A partir dos dados da Tabela 10 é elaborada a Curva de Lorenz dos 5 (cinco) municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu que apresentam as menores desigualdades de renda, ou seja, esses são os municípios que possuíam a renda mais bem distribuída e as menores concentrações de renda no ano 2000. Estas tabelas podem ser visualizadas no Gráfico 10.

Gráfico 10 - Curva de Lorenz para os cinco municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com as melhores distribuições de renda no ano 2000.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

O município que apresenta o índice de Gini mais baixo é Ibema sendo 0,297, este é o município que apresenta a melhor distribuição de renda no ano de 2000 no Território. O IDHM do município em 2000 era de 0,531, uma taxa de crescimento de 41,98%, se comparado a década anterior, nesse período o índice que mais cresceu em termos absolutos foi educação, com crescimento de 0,199 seguida por longevidade e por renda (ATLAS BRASIL, 2016).

A população do município diminuiu a uma taxa média anual de 0,43%, ficando com uma população total de 5.872 habitantes, população rural de 1.434 habitantes e população urbana de 4.438 habitantes (tabela 1).

A mortalidade infantil de crianças com menos de um ano de idade no município em 2000 era de 31,6 óbitos por mil nascidos vivos, menor do que na década anterior que era de 49,4 óbitos por mil nascidos vivos. A esperança de vida ao nascer em Ibema era de 68,0 anos em 2000 maior do que na década anterior que era de 62,6 anos. Em 2000, 86,44% da população de 6 a 17 anos do município estava cursando o ensino básico, dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 3,41% estavam cursando o ensino superior. A proporção de pessoas pobres em 2000 era de 38,11%, menor do que a década anterior que era de 52,50% (ATLAS BRASIL, 2016).

A curva de Lorenz mostra que no município de Ibema, 21,72% do total de domicílios tinham renda média de até 1 salário mínimo sendo que estes detinham 7,99% da renda total; 19,39% do total dos domicílios detinham 14,26% da renda total ganhando renda média de mais de 1 até 2 salários mínimos. Outros 8,26% do total dos domicílios detinham 36,05% da renda total e ganhavam renda média de mais de 10 até mais de 30 salários mínimos.

O segundo município que apresenta a melhor distribuição de renda em 2000 é Espigão Alto do Iguaçu com índice de Gini de 0,339. O IDHM do município em 2000 era 0,529, uma taxa de crescimento de 65,83%, se comparado a década anterior, nesse período, o índice que mais cresceu em termos absolutos foi educação, com crescimento de 0,230 seguida por renda e por longevidade (ATLAS BRASIL, 2016).

A população do município diminuiu a uma taxa média anual de 4,26% em relação a década anterior, apresentando no ano 2000 uma população total de 5.388 habitantes, sendo, população rural de 3.816 habitantes e população urbana de 1.572 habitantes (tabela 1).

Em 2000, a mortalidade infantil de crianças com menos de um ano de idade no município era de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos, quando comparado a década anterior este mostra melhora pois antes o número era de 36,2 óbitos por mil nascidos vivos. A esperança de vida ao nascer em Espigão Alto do Iguaçu era de 68,4 anos em 2000, anteriormente esta era 66,2 anos. A proporção de pessoas pobres em 2000 era de 48,61%, uma melhora expressiva se comparada à década anterior que era de 71,23% (ATLAS BRASIL, 2016).

Quanto a educação 75,11% da população de 6 a 17 anos do município estava cursando o ensino básico, melhor se comparado a década anterior que era de 73,61%. Quanto ao ensino superior não haviam jovens adultos de 18 a 24 anos cursando (ATLAS BRASIL, 2016). Chama a atenção o fato de que em 2000 ainda ninguém estivesse cursando o ensino superior, neste município.

A curva de Lorenz mostra que no município de Espigão Alto do Iguaçu, 26,76% do total de domicílios tinham renda média de até 1 salário mínimo sendo que estes detinham 11,65% da renda total; 16,53% do total dos domicílios detinham 14,38% da renda total ganhando renda média de mais de 1 até 2 salários mínimos. Outros 6,29% do total dos domicílios detinham 37,51% da renda total e ganhavam renda média de mais de 10 até mais de 30 salários mínimos.

O terceiro município que apresenta a melhor distribuição de renda no ano 2000 é Porto Barreiro com índice de Gini de 0,373. O IDHM do município era de 0,544 em 2000, se comparado a década anterior que era de 0,327 temos uma taxa de crescimento de 66,36%. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi educação, com crescimento de 0,237 seguida por renda e por longevidade (ATLAS BRASIL, 2016).

A população do município diminuiu a uma taxa média anual de 2,00%, apresentando em 2000 uma população total de 4.206 habitantes sendo, população rural de 3.794 habitantes e população urbana de 412 habitantes (tabela 1).

Em 2000 a mortalidade infantil de crianças com menos de um ano de idade no município era de 26,7 óbitos por mil nascidos vivos, uma evolução se comparado a década anterior que era de 39,9 óbitos por mil nascidos vivos. A esperança de vida ao nascer em 2000 era de 70,2 anos muito melhor que a anterior que era de 65,1 anos. Em relação a educação no município em 2000 82,72% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico, menor do que a taxa observada na década anterior que era de 86,26%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 1,70% da população estavam cursando o ensino superior em 2000, uma melhora expressiva já que a anterior era de 1,02%. A proporção de pessoas pobres em 2000 era de 45,94% bem abaixo da anterior que era de 75,16% (ATLAS BRASIL, 2016).

A curva de Lorenz mostra que no município de Porto Barreiro, 23,08% do total de domicílios tinham renda média de até 1 salário mínimo sendo que estes detinham 6,72% da renda total; 17,47% do total dos domicílios detinham 10,18% da renda total ganhando renda média de mais de 1 até 2 salários mínimos. Outros 14,29% do total dos domicílios detinham 54,23% da renda total e ganhavam renda média de mais de 10 até mais de 30 salários mínimos.

O quarto município do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com a renda mais bem distribuída é Goioxim com índice de Gini de 0,374. O IDHM municipal em 2000 era 0,446, o da década anterior era de 0,227, o que mostra uma taxa de crescimento de 96,48% (ATLAS BRASIL, 2016). A população do município cresceu a uma taxa média anual de 0,72%, ficando com uma população total de 8.086 habitantes sendo população rural de 6.254 habitantes e população urbana de 1.832 habitantes (tabela 1).

Em 2000 a mortalidade infantil de crianças com menos de um ano de idade no município era de 30,4 óbitos por mil nascidos vivos, melhora considerável já que anteriormente esta era de 49,5 óbitos por mil nascidos vivos. A esperança de vida ao nascer em 2000 era de 68,6 anos, maior que a anterior que era de 62,6 anos (ATLAS BRASIL, 2016).

Quanto a educação em 2000, 74,92% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico, apresentando aqui uma piora, pois na década anterior esta porcentagem era de 80,47%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos no ensino superior em 2000 eram 0,33%, melhora significativa, visto que anteriormente esse valor era de 0,00%. A proporção de pessoas pobres no município em 2000 era de 58,47%, melhora considerável se comparada a década anterior que era de 89,98%, entretanto o percentual de pessoas pobres é ainda muito elevado (ATLAS BRASIL, 2016).

A curva de Lorenz mostra que no município de Goioxim, 26,15% do total de domicílios tinham renda média de até 1 salário mínimo sendo que estes detinham 9,75% da renda total; 13,84% do total dos domicílios detinham 10,32% da renda total ganhando renda média de mais de 1 até 2 salários mínimos. Outros 9,79% do total dos domicílios detinham 47,09% da renda total e ganhavam renda média de mais de 10 até mais de 30 salários mínimos.

O quinto município que em 2000 apresenta a melhor distribuição de renda é Virmond com índice de Gini de 0,376. Em 2000 o IDHM do município era de 0,572, anteriormente este era de 0,380, o índice que mais cresceu em termos absolutos foi educação, com crescimento de 0,246 seguida por renda e por longevidade (ATLAS BRASIL, 2016). A população do município cresceu a uma taxa média anual de 1,12%, um total de 3.949 habitantes sendo população rural de 2.550 habitantes e população urbana de 1.399 habitantes (tabela 1).

A mortalidade infantil de crianças com menos de um ano de idade no município em 2000 era de 24,7 óbitos por mil nascidos vivos, melhora expressiva já que anteriormente era de 35,3 óbitos por mil nascidos vivos. A esperança de vida ao nascer em 2000 era de 71,0 anos, melhor que na década anterior que era de 66,4 anos. Na educação em 2000, 89,52% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico e 4,41% dos jovens adultos de 18 a 24 anos estavam cursando o ensino superior. A proporção de pessoas pobres em 2000 era de 32,17%, melhor do que na década anterior que era de 49,41% (ATLAS BRASIL, 2016).

A curva de Lorenz mostra que no município de Virmond, 24,20% do total de domicílios tinham renda média de até 1 salário mínimo sendo que estes detinham 8,16% da renda total; 14,44% do total dos domicílios detinham 9,74% da renda total ganhando renda média de mais

1 até 2 salários mínimos. Outros 10,15% do total dos domicílios detinham 44,66% da renda total e ganhavam renda média de mais de 10 até mais de 30 salários mínimos.

No ano de 2000, o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu possui um índice de Gini de 0,430, ainda bastante alto apesar de todos os municípios que o compõe apresentar melhoras significativas principalmente em educação e renda. Nesse ano a grande maioria da população residente nesses municípios residiam no meio rural o que tornava mais difícil o acesso a todos os serviços principalmente a saúde e educação. Nesse ano era baixo o percentual de jovens que estavam cursando o ensino superior, o que pode ser decorrente da baixa renda e da distância em relação aos locais que ofereciam ensino superior.

Em 2000 a taxa de mortalidade infantil, que mede o número de crianças que não sobreviveram ao primeiro ano de vida, em cada mil nascidas vivas, em todos os municípios é maior do que a taxa estadual que era de 20,3, além de que a estrutura hospitalar é restrita. A taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos de idade é de 14,4% também maior que a média do Paraná que é de 9,0% (ATLAS BRASIL, 2016). Esses números mostram a necessidade de que essa questão seja enfrentada, é preciso investir na educação e intervir nas condições adversas para que patamares maiores de anos de estudos e de pessoas estudando sejam alcançados.

Ainda em 2000, a pobreza ganha visibilidade através dos indicadores de desenvolvimento humano, da taxa de pobreza e da inadequação habitacional. Observando essa realidade socioeconômica, a porta de entrada da inclusão deve ser o acesso às políticas públicas, além disso deve-se levar em consideração que parcelas da população precisam de políticas compensatórias, que passam tanto pelo acesso diferenciado às políticas setoriais quanto pela garantia de renda mínima.

A tabela 11 traz as informações das faixas salariais, renda e população a partir dos quais foram formados as Curvas de Lorenz tornando possível a identificação dos cinco municípios com as piores distribuições de renda no ano de 2010 no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.

Tabela 11 - Informações sobre renda e população a partir das quais foram identificados os cinco municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com as piores distribuições de renda no ano de 2010.

Faixas Salariais ²¹	Laranjeiras do Sul			Guaraniaçu			Reserva do Iguazu			Nova Laranjeiras			Quedas do Iguazu		
	%			%			%			%			%		
	acu_d	R.acum.	acu_d	acu_d	R.acum.	acu_d	acu_d	R.acum.	acu_d	acu_d	R.acum.	acu_d	acu_d	R.acum.	acu_d
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0,25	0,0313	0,0000	0,0313	0,0250	0,0000	0,0250	0,0378	0,0000	0,0378	0,0482	0,0000	0,0482	0,0378	0,0000	0,0378
0,5	0,1326	0,0174	0,1326	0,1376	0,0210	0,1376	0,1899	0,0311	0,1899	0,3002	0,0638	0,3002	0,1899	0,0311	0,1899
1	0,3228	0,0826	0,3228	0,3479	0,0995	0,3479	0,3918	0,1137	0,3918	0,5176	0,1739	0,5176	0,3918	0,1137	0,3918
2	0,6435	0,3025	0,6435	0,6949	0,3585	0,6949	0,7109	0,3746	0,7109	0,7981	0,4579	0,7981	0,7109	0,3746	0,7109
3	0,8669	0,6089	0,8669	0,8887	0,6479	0,8887	0,9125	0,7045	0,9125	0,9389	0,7429	0,9389	0,9125	0,7045	0,9125
5	0,9280	0,7346	0,9280	0,9431	0,7697	0,9431	0,9579	0,8158	0,9579	0,9702	0,8382	0,9702	0,9579	0,8158	0,9579
6	0,9730	0,8891	0,9730	0,9760	0,8926	0,9760	0,9853	0,9281	0,9853	0,9890	0,9332	0,9890	0,9853	0,9281	0,9853
	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

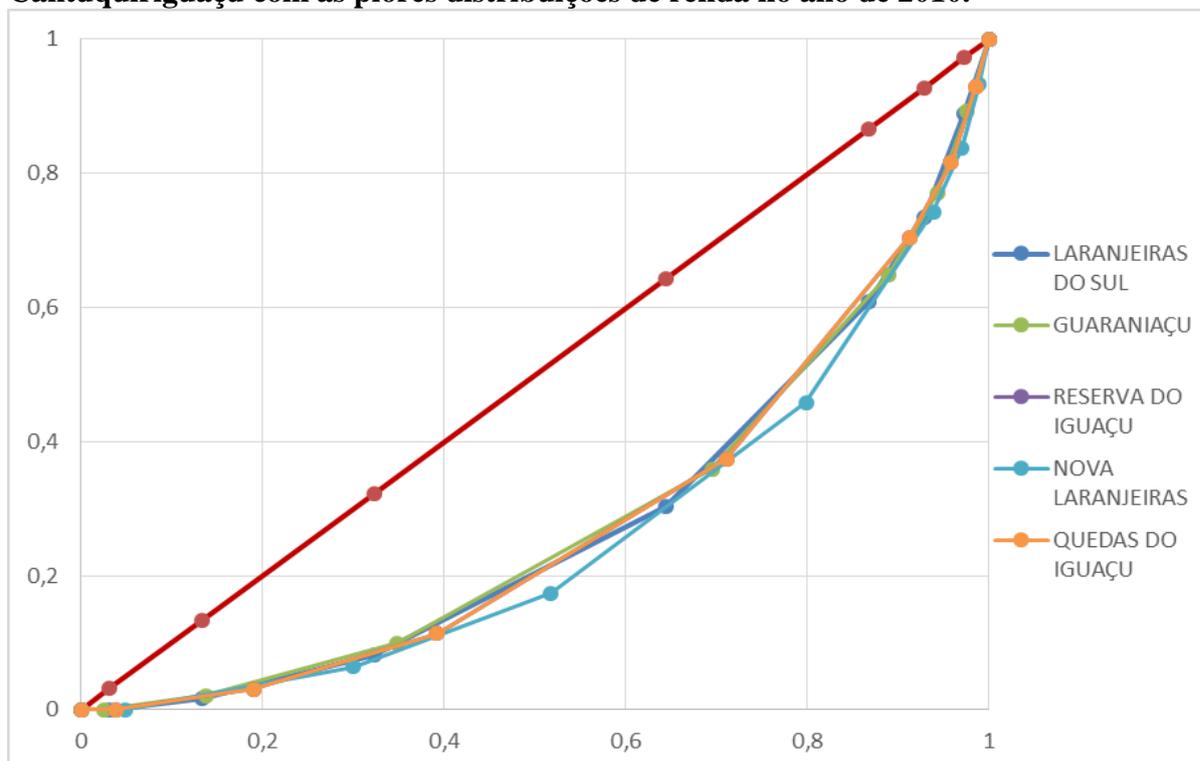
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

²¹ Em salários mínimos nacionais no ano de 2010.

A tabela 11 apresenta as informações sobre as faixas salariais, renda e população dos cinco municípios com as piores distribuições de renda no ano de 2010. Esta mostra as faixas salariais que foram utilizadas, até 1 salário mínimo; mais de 1 até 2 salários mínimos e assim sequentemente até a última faixa salarial. Para cada faixa há uma quantidade de domicílios. A partir destas calcula-se a porcentagem da renda acumulada e a porcentagem da população acumulada. A partir desses dados são geradas as Curvas de Lorenz, tornando possível identificar os municípios com as piores distribuições de renda no ano 2010.²²

A partir dos dados da Tabela 11 é elaborada a Curva de Lorenz dos 5 (cinco) municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, com as piores distribuições de renda no ano de 2010. Estas informações estão disponíveis no gráfico 11.

Gráfico 11- Curva de Lorenz para os cinco municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com as piores distribuições de renda no ano de 2010.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

O município que possui o mais alto índice de Gini no ano de 2010 é Laranjeiras do Sul que é de 0,324, isso significa a pior distribuição de renda, pois os outros municípios apresentam índice de Gini mais baixo e quanto mais próximo de 0(zero) mais distribuída é a renda no município. O IDHM do município passou de 0,598 em 2000 para 0,706 em 2010, apresentando

²² No ano de 2010, os dados dos municípios são comparados com o ano 2000, enquanto o ano de 2000 foi comparado a década anterior.

uma taxa de crescimento de 18,06%, nesse período, a educação teve um crescimento de 0,145 sendo a grandeza cujo índice mais cresceu em termos absolutos, seguida por longevidade e por renda (ATLAS BRASIL, 2016).

A população de Laranjeiras do Sul cresceu a uma taxa média anual de 0,25%, passando de 30,025 habitantes em 2000 para 30,777 habitantes em 2010, a população rural diminuiu nesse período passando de 6.463 habitantes em 2000 para 5.746 habitantes em 2010 enquanto a população urbana aumentou de 23.562 habitantes em 2000 para 25.031 habitantes em 2010 (tabela 1). Esses dados mostram que em 2010 uma das possíveis causas de a distribuição de renda ter piorado (e consequentemente a renda estar mais concentrada) se deve a saída de parte da população do meio rural e ao aumento da população urbana.

A população economicamente ativa de 18 anos ou mais passou de 64,33% em 2000 para 68,80% em 2010. Ao mesmo tempo a taxa da população economicamente ativa que estava desocupada passou de 12,04% em 2000 para 4,02% em 2010. Segundo o Atlas Brasil (2016) em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 22,12% trabalhavam no setor agropecuário, 0,22% na indústria extrativa, 7,27% na indústria de transformação, 8,75% no setor de construção, 1,47% nos setores de utilidade pública, 14,60% no comércio e 41,38% no setor de serviços.

Quanto a educação no município vemos que essa apresenta melhora, em 2010, uma vez que 86,24% da população de 6 a 17 anos estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série, em 2000 eram 82,81%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 15,81% estavam cursando o ensino superior, já em 2000 eram 5,96%, considerando-se a população de 25 anos ou mais de idade, 10,82% eram analfabetos, 38,18% tinham o ensino fundamental completo, 25,14% possuíam o ensino médio completo e 10,02%, o superior completo (ATLAS BRASIL, 2016). Em relação ao ranking o IDH Laranjeiras do Sul ocupava em 2010 a 1720ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros, e a 199ª posição em relação no Estado do Paraná, de um total de 399 municípios.

A curva de Lorenz mostra que no município de Laranjeiras do Sul, 32,07% do total de domicílios tinham renda média de até 1 salário mínimo sendo que estes detinham 21,99% da renda total; 22,34% do total dos domicílios detinham 30,64% da renda total ganhando renda média de mais de 1 até 2 salários mínimos. Outros 7,20% dos domicílios detinham 26,54% da renda total ganhando renda média de mais de 3 a mais de 5 salários mínimos.

O segundo município que apresenta a renda pior distribuída no ano de 2010 é Guaraniaçu que tem um índice de Gini de 0,304, O Índice de Desenvolvimento Humano de Guaraniaçu em 2010 é 0,677, situando esse município na faixa de Desenvolvimento Humano

Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). Aqui o que mais contribui para o IDHM do município é longevidade, com índice de 0,841, seguida de renda, com índice de 0,698, e de Educação, com índice de 0,528 (ATLAS BRASIL, 2016).

Guaraniaçu ocupa a 2.503ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM, entre 2000 e 2010, a população de Guaraniaçu diminuiu a uma taxa média anual de 1,64%, a população total passou de 17.201 habitantes em 2000 para 14.582 habitantes em 2010, a população rural passou de 9.075 habitantes em 2000 para 6.778 habitantes em 2010 e a população urbana passou de 8.126 habitantes em 2000 para 7.804 habitantes em 2010 (tabela 1).

A educação apresenta melhora em 2010, sendo que 87,47% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular enquanto em 2000 eram 80,30%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 9,65% estavam cursando o ensino superior em 2010, em 2000 eram 5,09%. Considerando-se a população de 25 anos ou mais de idade, 13,44% eram analfabetos, 29,18% tinham o ensino fundamental completo, 18,63% possuíam o ensino médio completo e 7,20%, o superior completo (ATLAS BRASIL, 2016).

A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, passou de 36,23%, em 2000 para 16,23% em 2010. Entre 2000 e 2010, a taxa da população de 18 anos ou mais que era economicamente ativa passou de 69,16% em 2000 para 74,79% em 2010. Ao mesmo tempo, a taxa da população economicamente ativa que estava desocupada passou de 7,76% em 2000 para 2,00% em 2010. Em 2010 das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 42,80% trabalhavam no setor agropecuário, 0,00% na indústria extrativa, 4,46% na indústria de transformação, 5,58% no setor de construção, 0,78% nos setores de utilidade pública, 8,44% no comércio e 30,33% no setor de serviços (ATLAS BRASIL, 2016).

A curva de Lorenz mostra que no município de Guaraniaçu, 34,70% do total de domicílios tinham renda média de até 1 salário mínimo sendo que estes detinham 25,90% da renda total; 19,38% do total dos domicílios detinham 28,94% da renda total ganhando renda média de mais de 1 até 2 salários mínimos. Outros 5,69% dos domicílios detinham 23,03% da renda total ganhando renda média de mais de 3 a mais de 5 salários mínimos.

O terceiro município com a pior distribuição de renda em 2010 é Reserva do Iguaçu com índice de Gini de 0,301, O IDHM passou de 0,554 em 2000 para 0,648 em 2010, uma taxa de crescimento de 16,97%. Reserva do Iguaçu ocupa a 3.156ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM (ATLAS BRASIL, 2016).

A população de Reserva do Iguaçu cresceu a uma taxa média anual de 0,90%, a população total passou de 6.678 habitantes em 2000 para 7.307 habitantes em 2010, a população rural aumentou de 3.338 habitantes em 2000 para 3.402 habitantes em 2010, a população urbana aumentou de 3.340 habitantes em 2000 para 3.905 habitantes em 2010 (tabela 1²³).

Entre 2000 e 2010 a educação foi a variável que mais cresceu apresentando um crescimento de 0,156, seguida por longevidade e por renda. Em 2010 considerando a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 15,87% eram analfabetos, 29,31% tinham o ensino fundamental completo, 15,41% possuíam o ensino médio completo e 7,00%, o superior completo. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, passou de 36,75%, em 2000 para 27,81%, em 2010 (ATLAS BRASIL, 2016).

A curva de Lorenz mostra que no município de Reserva do Iguaçu, 31,21% do total de domicílios tinham renda média de até 1 salário mínimo sendo que estes detinham 29,80% da renda total; 13,28% do total dos domicílios detinham 25,35% da renda total ganhando renda média de mais de 1 até 2 salários mínimos. Outros 3,61% dos domicílios detinham 18,37% da renda total ganhando renda média de mais de 3 a mais de 5 salários mínimos.

O quarto município que está entre os que possuem uma pior distribuição de renda em 2010 é Nova Laranjeiras com um índice de Gini de 0,296. O IDHM passou de 0,528 em 2000 para 0,642 em 2010, uma taxa de crescimento de 21,59%. Nesse período, a educação teve um crescimento de 0,181, seguida por longevidade e por renda. Nova Laranjeiras ocupa a 3.254ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM (ATLAS BRASIL, 2016).

Entre 2000 e 2010, a população de Nova Laranjeiras declinou a uma taxa média anual de 0,40%, passando de 11.699 habitantes em 2000 para 11.241 habitantes em 2010, a população rural diminuiu de 9.886 habitantes em 2000 para 8.869 habitantes em 2010, a população urbana passa de 1.813 habitantes em 2000 para 2.372 habitantes em 2010 (tabela 1).

Em 2010, o percentual de 87,28% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular em 2000 eram 75,40%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 13,19% estavam cursando o ensino superior em 2010 e em 2000 eram 4,93%. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 15,98% eram analfabetos, 24,53% tinham o ensino fundamental completo, 14,61% possuíam o ensino médio completo e 4,29%, o superior completo (ATLAS BRASIL, 2016).

A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, passou de 48,91%, em 2000, para 36,01%, em 2010. Entre 2000 e 2010, a taxa da

²³ Seção 2.4.

população que era economicamente ativa passou de 60,73% em 2000 para 71,46% em 2010. Ao mesmo tempo, a taxa da população economicamente ativa que estava desocupada passou de 11,14% em 2000 para 1,32% em 2010. Em 2010 das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 59,85% trabalhavam no setor agropecuário, 0,00% na indústria extrativa, 6,34% na indústria de transformação, 4,00% no setor de construção, 0,34% nos setores de utilidade pública, 4,15% no comércio e 18,31% no setor de serviços (ATLAS BRASIL, 2016).

A curva de Lorenz mostra que no município de Nova Laranjeiras, 28,05% do total de domicílios tinham renda média de até 1 salário mínimo sendo que estes detinham 28,40% da renda total; 14,07% do total dos domicílios detinham 28,50% da renda total ganhando renda média de mais de 1 até 2 salários mínimos. Outros 2,98% dos domicílios detinham 16,18% da renda total ganhando renda média de mais de 3 a mais de 5 salários mínimos.

O quinto município que apresenta a pior distribuição de renda no ano de 2010 é Quedas do Iguaçu, este apresenta o índice de Gini de 0,291. Em 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), de Quedas do Iguaçu era 0,681, o índice que mais contribuiu para a melhora do IDHM foi a longevidade, com índice de 0,794, seguida de renda, com índice de 0,690, e de educação, com índice de 0,576 (ATLAS BRASIL, 2016). Quedas do Iguaçu ocupa a 2.412ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM.

Em relação a educação em 2010 considerando a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 14,13% eram analfabetos, 35,96% tinham o ensino fundamental completo, 21,25% possuíam o ensino médio completo e 6,09%, o superior completo. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, passou de 33,38%, em 2000, para 20,83%, em 2010 (ATLAS BRAIL, 2016).

Entre 2000 e 2010, a população de Quedas do Iguaçu cresceu a uma taxa média anual de 1,13%, tendo a população total passado de 27.364 habitantes em 2000 para 30.605 habitantes em 2010. A população rural passou de 7.738 habitantes em 2000 para 9.618 habitantes em 2010 enquanto a população urbana passou de 19.626 habitantes em 2000 para 20.987 habitantes em 2010 (tabela 1).

A curva de Lorenz mostra que no município de Quedas do Iguaçu, 31,91% do total de domicílios tinham renda média de até 1 salário mínimo sendo que estes detinham 26,10% da renda total; 20,16% do total dos domicílios detinham 32,99% da renda total ganhando renda média de mais de 1 até 2 salários mínimos. Outros 4,21% dos domicílios detinham 18,42% da renda total ganhando renda média de mais de 3 a mais de 5 salários mínimos.

A tabela 12 apresenta as informações sobre as faixas salariais, renda e população dos cinco municípios com as melhores distribuições de renda no ano 2010. As faixas salariais que foram utilizadas, até 1 salário mínimo; mais de 1 até 2 salários mínimos e assim sequentemente até a última faixa salarial. Para cada faixa há uma quantidade de domicílios. A partir destas calcula-se a porcentagem da renda acumulada e a porcentagem da população acumulada. A partir desses dados são geradas as Curvas de Lorenz, tornando possível identificar os cinco municípios com as melhores distribuições de renda no ano 2010.

Tabela 12 - Informações sobre renda e população a partir das quais foram identificados os cinco municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com as melhores distribuições de renda no ano de 2010.

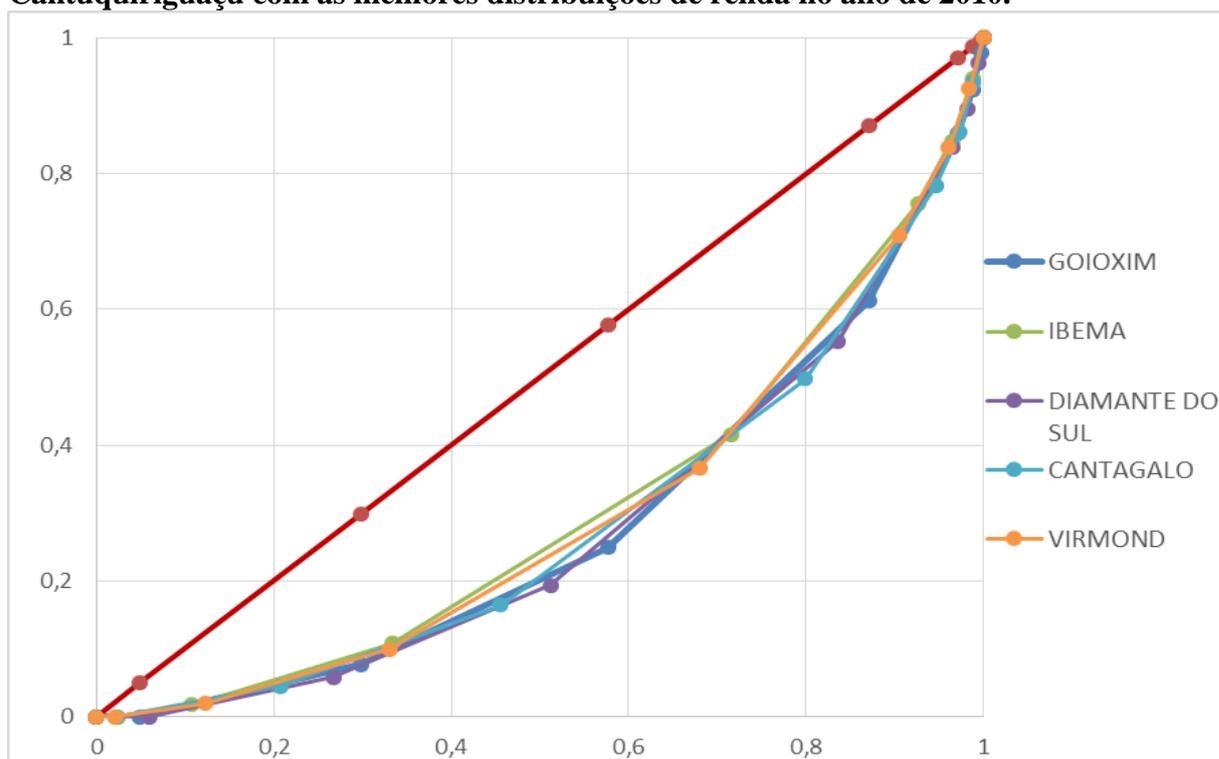
Faixas Salariais ²⁴	Goioxim			Ibema			Diamante do Sul			Cantagalo			Virmond		
	acu_d	R.acum.	acu_d	acu_d	R.acum.	acu_d	acu_d	R.acum.	acu_d	acu_d	R.acum.	acu_d	acu_d	R.acum.	acu_d
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0,25	0,0491	0,0000	0,0491	0,0232	0,0000	0,0232	0,0598	0,0000	0,0598	0,0225	0,0000	0,0225	0,0204	0,0000	0,0204
0,5	0,2978	0,0768	0,2978	0,1078	0,0170	0,1078	0,2673	0,0575	0,2673	0,2067	0,0445	0,2067	0,1217	0,0193	0,1217
1	0,5765	0,2488	0,5765	0,3330	0,1077	0,3330	0,5121	0,1934	0,5121	0,4553	0,1647	0,4553	0,3301	0,0988	0,3301
2	0,8709	0,6124	0,8709	0,7150	0,4152	0,7150	0,8364	0,5531	0,8364	0,7991	0,4973	0,7991	0,6797	0,3658	0,6797
3	0,9709	0,8594	0,9709	0,9262	0,7553	0,9262	0,9654	0,8393	0,9654	0,9462	0,7817	0,9462	0,9044	0,7088	0,9044
5	0,9881	0,9229	0,9881	0,9650	0,8490	0,9650	0,9822	0,8953	0,9822	0,9735	0,8609	0,9735	0,9608	0,8379	0,9608
6	0,9971	0,9788	0,9971	0,9876	0,9401	0,9876	0,9944	0,9627	0,9944	0,9888	0,9347	0,9888	0,9837	0,9252	0,9837
	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

²⁴ Em salários mínimos nacionais no ano de 2010.

A partir dos dados da Tabela 12 são elaboradas as curvas de Lorenz dos 5 (cinco) municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu que apresentam as menores desigualdades de renda. Estes são os municípios que possuíam a renda mais bem distribuída e as menores concentrações de renda no ano 2010, sendo possível visualizá-los no Gráfico 12.

Gráfico 12 - Curva de Lorenz para os cinco municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com as melhores distribuições de renda no ano de 2010.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

O município que em 2010 apresenta a melhor distribuição de renda e o mais baixo índice de Gini é Goioxim sendo 0,221. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) deste município em 2010 era 0,641 com uma taxa de crescimento de 43,72% desde 2000 quando o índice era 0,446. A variável que mais contribui para o IDHM do município foi longevidade, com índice de 0,813, seguida de renda, com índice de 0,593, e de educação, com índice de 0,547 (ATLAS BRAIL, 2016). Goioxim ocupa a 3.275ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM.

Entre 2000 e 2010, a população de Goioxim diminuiu a uma taxa média anual de 0,75%, a população total passou de 8.086 habitantes em 2000 para 7.503 habitantes em 2010. A população rural passou de 6.254 habitantes em 2000 para 5.747 habitantes em 2010, a população urbana passou de 1.832 habitantes em 2000 para 1.756 habitantes em 2010 (tabela 1).

Em relação a educação em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 16,45% eram analfabetos, 24,24% tinham o ensino fundamental completo, 11,14% possuíam o ensino médio completo e 3,11%, o superior completo. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, passou de 89,98%, em 1991, para 58,47%, em 2000, e para 33,13% em 2010 (ATLAS BRASIL, 2016).

A curva de Lorenz mostra que no município de Goioxim, 29,44% do total de domicílios tinham renda média de até 1 salário mínimo sendo que estes detinham 36,35% da renda total; 10,00% do total dos domicílios detinham 24,71% da renda total ganhando renda média de mais de 1 até 2 salários mínimos. Outros 1,19% dos domicílios detinham 7,71% da renda total ganhando renda média de mais de 3 a mais de 5 salários mínimos.

Em segundo lugar ficou Ibema que apresenta em 2010 um índice de Gini de 0,239. Deve-se observar que este é o município que apresentava em 2000 o menor índice de Gini de 0,297, mostrando que houve queda na distribuição de renda neste município. O IDHM passou de 0,531 em 2000 para 0,685 em 2010, uma taxa de crescimento de 29,00%, ocupando a 2.309ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM (ATLAS BRASIL, 2016).

Quanto a educação segundo o Atlas Brasil (2016), no município a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 95,44%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 92,57%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 67,97%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 43,67%. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 15,59% eram analfabetos, 34,20% tinham o ensino fundamental completo, 19,51% possuíam o ensino médio completo e 5,11%, o superior completo.

Entre 2000 e 2010, a população de Ibema cresceu a uma taxa média anual de 0,33%, a população total passou de 5.872 habitantes em 2000 para 6.066 habitantes em 2010. A população rural passou de 1.434 habitantes em 2000 para 1.125 habitantes em 2010 enquanto a população urbana passou de 4.438 habitantes em 2000 para 4.941 habitantes em 2010 (tabela 1). A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, passou de 38,11%, em 2000, para 11,07%, em 2010.

A curva de Lorenz mostra que no município de Ibema, 38,20% do total de domicílios tinham renda média de até 1 salário mínimo sendo que estes detinham 30,76% da renda total; 21,12% do total dos domicílios detinham 34,01% da renda total ganhando renda média de mais de 1 até 2 salários mínimos. Outros 3,50% dos domicílios detinham 15,10% da renda total ganhando renda média de mais de 3 a mais de 5 salários mínimos.

Em terceiro lugar como município com a melhor distribuição de renda em 2010 está Diamante do Sul com um índice de Gini de 0,241. O IDHM passou de 0,488 em 2000 para 0,608 em 2010, uma taxa de crescimento de 24,59%. Nesse período, a variável cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi educação, um crescimento de 0,186, seguida por longevidade e por renda (ATLAS BRASIL, 2016). Diamante do Sul ocupava a 3.957ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM no ano de 2010.

Entre 1991 e 2000, a população do município diminuiu a uma taxa média anual de 2,31%, tendo a população total passado de 3.659 habitantes em 2000 para 3.510 habitantes em 2010. A população rural passou de 2.544 habitantes em 2000 para 2.105 habitantes em 2010, a população urbana passou de 1.115 habitantes em 2000 para 1.405 habitantes em 2010 (tabela 1). A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, passou de 53,67%, em 2000, para 27,14%, em 2010.

Quanto a educação, segundo o Atlas Brasil (2016), em 2010 no município de Diamante do Sul a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 93,46%. No mesmo ano a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 89,64%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 49,21%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 26,17%. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 24,40% eram analfabetos, 21,07% tinham o ensino fundamental completo, 12,84% possuíam o ensino médio completo e 4,02%, o superior completo.

A curva de Lorenz mostra que no município de Diamante do Sul, 32,43% do total de domicílios tinham renda média de até 1 salário mínimo sendo que estes detinham 35,98% da renda total; 12,90% do total dos domicílios detinham 28,62% da renda total ganhando renda média de mais de 1 até 2 salários mínimos. Outros 1,78% dos domicílios detinham 10,47% da renda total ganhando renda média de mais de 3 a mais de 5 salários mínimos.

Em quarto lugar em 2010 o município que possui a melhor distribuição de renda é Cantagalo com um índice de Gini de 0,252. O IDHM de Cantagalo passou de 0,516 em 2000 para 0,635 em 2010, uma taxa de crescimento de 23,06% (ATLAS BRASIL, 2016). Cantagalo ocupou a 3.393ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM em 2010.

Entre 2000 e 2010, a população de Cantagalo cresceu a uma taxa média anual de 0,11% tendo a população total passado de 12.810 habitantes em 2000 para 12.952 habitantes em 2010. A população rural passou de 5.498 habitantes em 2000 para 4.443 habitantes em 2010, a população urbana passou de 7.312 habitantes em 2000 para 8.509 habitantes em 2010 (tabela

1). A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, passou de 45,57%, em 2000, para 23,91%, em 2010.

Em relação a educação em 2010 no município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 95,31%. Nesse mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 87,15%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 50,03%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 28,32%. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 10,86% eram analfabetos, 28,16% tinham o ensino fundamental completo, 14,88% possuíam o ensino médio completo e 4,42%, o superior completo (ATLAS BRASIL, 2016).

A curva de Lorenz mostra que no município de Cantagalo, 34,39% do total de domicílios tinham renda média de até 1 salário mínimo sendo que estes detinham 33,26% da renda total; 14,70% do total dos domicílios detinham 28,44% da renda total ganhando renda média de mais de 1 até 2 salários mínimos. Outros 2,65% dos domicílios detinham 13,91% da renda total ganhando renda média de mais de 3 a mais de 5 salários mínimos.

Em quinto lugar o município que em 2010 possui a melhor distribuição de renda é Virmond com índice de Gini de 0,261. O IDHM do município de Virmond passou de 0,572 em 2000 para 0,722 em 2010, uma taxa de crescimento de 26,22%. Virmond ocupa a 1.244ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação a educação no município a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 98,79%. Nesse mesmo ano a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 91,99%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 70,29%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 53,02%. Em 2010 considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 8,70% eram analfabetos, 32,65% tinham o ensino fundamental completo, 17,58% possuíam o ensino médio completo e 5,20%, o superior completo (ATLAS BRASIL, 2016).

A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, passou 32,17%, em 2000, para 14,58%, em 2010. Entre 2000 e 2010, a população de Virmond cresceu a uma taxa média anual de 0,00%, a população total passou de 3.949 habitantes em 2000 para 3.950 habitantes em 2010, a população rural passou de 2.550 habitantes em 2000 para 2.070 habitantes em 2010, a população urbana passou de 1.399 habitantes em 2000 para 1.880 habitantes em 2010 (tabela 1).

A curva de Lorenz mostra que no município de Virmond, 34,97% do total de domicílios tinham renda média de até 1 salário mínimo sendo que estes detinham 26,69% da renda total;

22,47% do total dos domicílios detinham 34,30% da renda total ganhando renda média de mais de 1 até 2 salários mínimos. Outros 3,92% dos domicílios detinham 16,21% da renda total ganhando renda média de mais de 3 a mais de 5 salários mínimos.

A partir das informações das Tabelas 10 e 12, as quais subsidiam a constatação de quais são os cinco municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com as melhores distribuições de renda em 2000 e 2010, foi elaborado o Quadro 3. Nesta ilustração é apresentada uma lista comparativa dos cinco municípios do Território cuja Curva de Lorenz apontou serem os cinco com as melhores distribuições de renda em 2000 e em 2010.

Quadro 3 - Lista comparativa dos cinco municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com as melhores distribuições de renda em 2000 e em 2010.

Os cinco municípios com as melhores distribuições de renda nos anos de:	
2000	2010
Ibema	Goioxim
Espigão Alto do Iguaçu	Ibema
Porto Barreiro	Diamante do Sul
Goioxim	Cantagalo
Virmond	Virmond

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A partir do Quadro 3 pode-se observar que Ibema, Goioxim e Virmond são os municípios que ocupam respectivamente o primeiro, quarto e quinto lugar com as melhores distribuições de renda no ano 2000. Em 2010 Goioxim passa a ocupar o primeiro lugar dentre os cinco municípios com as melhores distribuições de renda, seguido de Ibema que passa para o segundo lugar e Virmond que continua ocupando o quinto lugar. Já Diamante do Sul que era o município com a pior distribuição de renda em 2000 passa em 2010 a ocupar o terceiro lugar com a melhor distribuição de renda, juntamente com Cantagalo.

Em 2000, o gráfico 1 (seção 2.4), mostra o IDHM²⁵ dos municípios com as melhores distribuições de renda, sendo, Ibema com IDHM de 0,531, Espigão Alto do Iguaçu com IDHM de 0,529, Porto Barreiro com IDHM de 0,544, Goioxim com IDHM de 0,446 e Virmond com IDHM de 0,572. Estes municípios apesar de serem os municípios com as melhores distribuições de renda e de apresentarem índices altos de IDHM não são os que apresentam os melhores índices. De todos os municípios que compõe o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu os cinco que apresentam os melhores IDHM são; Laranjeiras do Sul com IDHM de 0,598, Quedas do Iguaçu com IDHM de 0,593, Guaraniaçu com IDHM de 0,575, Virmond com IDHM de 0,572 e Catanduvás com IDHM de 0,569. As Curvas de Lorenz mostram que com exceção de

²⁵ O IDHM varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1 maior é o desenvolvimento.

Virmond que é o quinto município com a melhor distribuição de renda os outros quatro municípios não estão nem entre os cinco municípios com as melhores distribuições de renda nem entre os cinco com as piores distribuições de renda, ocupando espaços intermediários entre estes.

Pode-se observar também no gráfico 1 (seção 2.4) que Goioxim é o município que apresenta melhora mais expressiva na evolução do IDHM de 2000 para 2010, sendo esta de 43,72%, a evolução deste município também é mostrada na Curva de Lorenz, segundo a qual Goioxim passou do quarto lugar como município com a melhor distribuição de renda em 2000 para o primeiro lugar em 2010. Quanto aos outros municípios, no ano de 2010, Ibema possui IDHM de 0,685, a Curva de Lorenz mostra que este passou do município com a melhor distribuição de renda em 2000 para o segundo lugar em 2010. Diamante do Sul também teve uma melhora considerável, com IDHM de 0,608, a Curva de Lorenz mostra que este saiu da posição de quinto município com a pior distribuição de renda em 2000 para o terceiro município com a melhor distribuição de renda em 2010. Cantagalo possui IDHM de 0,635 lembrando que este município em 2000 não estava nem entre os cinco municípios com as melhores distribuições de renda nem entre os cinco municípios com as piores distribuições de renda, pode-se observar na Curva de Lorenz que em 2010 ele já aparece como o quarto município com a melhor distribuição de renda; e Virmond que possui IDHM de 0,722, segundo a Curva de Lorenz mantém a sua colocação em 2010 de quinto município com a melhor distribuição de renda.

A partir das informações das Tabelas 9 e 11, as quais subsidiam a constatação de quais são os cinco municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com as piores distribuições de renda em 2000 e 2010, foi elaborado o Quadro 4. Na ilustração é apresentada uma lista comparativa dos cinco municípios do Território cuja Curva de Lorenz apontou serem os cinco com as piores distribuições de renda em 2000 e em 2010.

Quadro 4 - Lista comparativa dos cinco municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com as piores distribuições de renda em 2000 e em 2010.

Os cinco municípios com as piores distribuições de renda nos anos de:	
2000	2010
Nova Laranjeiras	Laranjeiras do Sul
Reserva do Iguaçu	Guaraniaçu
Candói	Reserva do Iguaçu
Marquinho	Nova Laranjeiras
Diamante do Sul	Quedas do Iguaçu

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

No Quadro 4 pode-se observar que Nova Laranjeiras e Reserva do Iguaçu em 2000 ocupavam o primeiro e segundo lugar como os municípios com as piores distribuições de renda, em 2010 estes passam a ocupar o terceiro e quarto lugar continuando dentro do grupo de cinco municípios com as piores distribuições de renda, juntamente com Laranjeiras do Sul, Guaraniaçu e Quedas do Iguaçu.

Em 2000, o gráfico 1 (seção 2.4), apresenta o IDHM dos municípios com as piores distribuições de renda, sendo Nova Laranjeiras com IDHM de 0,528, Reserva do Iguaçu com 0,554, Candói com IDHM de 0,509, Marquinho com IDHM de 0,433 e Diamante do Sul com IDHM de 0,488.

Os municípios que compõe o Território da Cidadania com os piores IDHM em 2000 são; Marquinho com IDHM de 0,433, o qual pode-se observar na Curva de Lorenz que ocupa a quarta posição dos municípios com as piores distribuições de renda; Goioxim com IDHM de 0,446, sendo que a Curva de Lorenz mostra que este ocupa a quarta posição dos municípios com as melhores distribuições de renda; Rio Bonito do Iguaçu com IDHM de 0,466, município que não está nem entre os cinco municípios com as melhores distribuições de renda nem entre os cinco municípios com as piores distribuições de renda segundo a Curva de Lorenz; Diamante do Sul com IDHM de 0,488, a Curva de Lorenz mostra que este encontra-se como o município com a pior distribuição de renda; e Candói com IDHM de 0,509, município que ocupa a terceira posição dos municípios com as piores distribuições de renda segundo a Curva de Lorenz.

A Curva de Lorenz mostra que destes municípios apenas Candói e Diamante do Sul estão entre os municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu com os piores IDHM, Goioxim, ocupa a quarta posição dos municípios com as melhores distribuições de renda e quanto a Marquinho e Rio Bonito do Iguaçu, estes ocupam posições intermediárias, ou seja, não possuem nem os melhores nem os piores IDHM.

Ainda com base no gráfico 1 (seção 1), pode-se observar o IDHM dos cinco municípios com as piores distribuições de renda em 2010. Laranjeiras do Sul é o segundo município que apresenta IDHM mais alto que é de 0,706, mas mesmo com esse indicador apresentando melhor desenvolvimento humano, a Curva de Lorenz mostra que é o município que tem a pior distribuição de renda, seguido de Guaraniaçu que possui IDHM de 0,677, Reserva do Iguaçu com IDHM de 0,648, Nova Laranjeiras com IDHM de 0,642 e Quedas do Iguaçu com IDHM de 0,681.

Os municípios que em 2010 apresentavam os piores IDHM são; Diamante do Sul com IDHM de 0,608, mesmo apresentando o pior IDHM pode-se observar na Curva de Lorenz que este ocupa a terceira posição dos municípios com as melhores distribuições de renda;

Marquinho com IDHM de 0,614, através da Curva de Lorenz vê-se que este saiu dos municípios com as piores distribuições de renda em 2000; Rio Bonito do Iguçu com IDHM de 0,629, município que não está nem entre os cinco municípios com as melhores distribuições de renda nem entre os cinco municípios com as piores distribuições de renda, mas que em 2000 também estava entre os municípios com os piores IDHM; Candói e Cantagalo ambos com IDHM de 0,635, a Curva de Lorenz mostra que destes Candói saiu dos municípios com as piores distribuições de renda em 2000 e Cantagalo entrou na quarta posição dos municípios com as melhores distribuições de renda.

5 CONCLUSÃO

Através desse estudo foi possível comparar a distribuição de renda entre os municípios que compõe o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, e o próprio território como um todo.

No ano de 2000 no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, a curva de Lorenz mostra que 23,26% do total dos domicílios tinham renda média de até 1 salário mínimo, estes detinham 7,19% da renda total do município; 15,21% do total dos domicílios tinham renda média de mais de 1 até 2 salários mínimos, estes detinham 9,41% da renda total; Outros 4,61% do total dos domicílios detinham 29,84% da renda total e ganhavam renda média de mais de 10 até mais de 30 salários mínimos. Isso mostra que nesse ano a renda total esteve muito mais concentrada do que distribuída, o que explica a dificuldade de grande parte da população no acesso a saúde, educação, saneamento básico, lazer e etc.

A curva de Lorenz para o ano de 2010 mostra que 32,02% do total dos domicílios detinham 27,61% da renda total, estes ganhavam renda média de até 1 salário mínimo; 17,41% do total dos domicílios ganhavam renda média de mais de 1 até 2 salários mínimos e detinham 30,03% da renda total. Nesse ano apenas 3,97 % dos domicílios detinham 18,36% da renda total ganhando renda média de mais de 3 a mais de 5 salários mínimos.

Em 2000, os cinco municípios com as melhores distribuições de renda foram Ibema, Espigão Alto do Iguaçu, Porto Barreiro, Goioxim e Virmond. Os cinco municípios com as piores distribuições de renda foram Nova Laranjeiras, Reserva do Iguaçu, Candói, Marquinho e Diamante do Sul.

Em 2010, os cinco municípios com as melhores distribuições de renda foram Goioxim, Ibema, Diamante do Sul, Cantagalo e Virmond. Os cinco municípios com as piores distribuições de renda foram Laranjeiras do Sul, Guaraniaçu, Reserva do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Quedas do Iguaçu.

As Curvas de Lorenz dos municípios mostram que Ibema, Goioxim e Virmond são os municípios que ocupam respectivamente o primeiro, quarto e quinto lugar com as melhores distribuições de renda no ano 2000. Em 2010 Goioxim, passa a ocupar o primeiro lugar dentre os cinco municípios com as melhores distribuições de renda, seguido de Ibema que passa para o segundo lugar e Virmond que continua ocupando o quinto lugar. Já Diamante do Sul que era o município com a pior distribuição de renda em 2000 passa em 2010 a ocupar o terceiro lugar com a melhor distribuição de renda, juntamente com Cantagalo.

Através das Curvas de Lorenz também foi possível verificar que Nova Laranjeiras e Reserva do Iguaçu em 2000 ocupavam o primeiro e segundo lugar como os municípios com as

piores distribuições de renda, em 2010 estes passam a ocupar o terceiro e quarto lugar continuando com as piores distribuições de renda, juntamente com Laranjeiras do Sul, Guaraniaçu e Quedas do Iguaçu.

O índice de Gini calculado através da Curva de Lorenz, considerando as faixas salariais mostra que os municípios que tem os índices de Gini mais próximo de 0 (zero), em 2000 são Ibema com 0,297, Espigão Alto do Iguaçu com 0,399 e Porto Barreiro com 0,373. Em 2010 são Goioxim com 0,221, Ibema com 0,239 e Diamante do Sul com 0,241. Ou seja, o índice de Gini mostra que esses são os municípios com as melhores distribuições de renda nos respectivos anos. Os municípios que tem os mais altos índices de Gini e conseqüentemente as piores distribuições de renda em 2000 são Nova Laranjeiras com 0,498, Reserva do Iguaçu com 0,487 e Candói com 0,460. Em 2010, são Laranjeiras do Sul com 0,324, Guaraniaçu com 0,304 e Reserva do Iguaçu com 0,301.

Tanto a Curva de Lorenz quanto o índice de Gini apresentam os mesmos municípios para os dois anos com as melhores e as piores distribuições de renda, isso porque, o índice de Gini foi calculado através das Curvas de Lorenz, então conseqüentemente o índice de Gini neste estudo seguiu a mesma seqüência da Curva de Lorenz.

As Curvas de Lorenz iniciam no ponto 0 (zero), ou seja, quando nenhum domicílio ainda possui renda, nesse caso os que não possuíam renda proveniente de outras fontes que não fossem benefícios. No ano 2000, dentre os municípios que possuíam maior número de domicílios recebendo apenas benefícios Nova Laranjeiras aparece como o município com a pior distribuição de renda. Mas dentre os municípios com o menor número de domicílios recebendo apenas benefícios, a Curva de Lorenz mostra que Espigão Alto do Iguaçu e Porto Barreiro aparecem respectivamente como o segundo e o terceiro município com a melhor distribuição de renda.

Em 2010, a Curva de Lorenz mostra que dentre os municípios que tiveram aumento nos domicílios recebendo apenas benefícios, Goioxim aparece como o município com a melhor distribuição de renda. Já dentre os municípios que tiveram queda no número de domicílios recebendo apenas benefícios, Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras e Quedas do Iguaçu aparecem respectivamente como o primeiro, o quarto e o quinto município com as piores distribuições de renda.

Através das análises foi possível chegar à conclusão de que no ano 2000 a distribuição de renda foi pior do que no ano 2010 para todos os municípios que compõe o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, inclusive para o Território como um todo.

O Programa Território da Cidadania colaborou para a Transformação da realidade local mas poderia trazer mais benefícios se a burocracia dos órgãos públicos não fosse grande e também se houvesse maior relação entre os diversos órgãos públicos envolvidos.

Enfim, o desenvolvimento do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, em seu significado mais amplo passa pelo enfrentamento da pobreza e da distribuição de renda, sendo que a geração de postos de trabalho e renda, a garantia de acesso as políticas de garantia de renda e de acesso aos benefícios da previdência deve se destacar entre as ações prioritárias das políticas públicas. Novos estudos acerca da distribuição de renda devem ser realizados, pois só assim a realidade pode ser conhecida e novas formas de melhora-la podem ser estabelecidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARBIX, Glauco. **A queda recente da desigualdade no Brasil**. Revista NUEVA SOCIEDAD especial em português. Outubro de 2007. Disponível em: http://nuso.org/media/articles/downloads/p8-8_1.pdf. Acessado em 15/11/2016 às 15:23.
- ATLAS BRASIL. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta>. Acessado em 24/02/16 às 14:56.
- AZZONI, Carlos Roberto. **Distribuição pessoal de renda nos estados e desigualdade de renda entre estados no Brasil – 1960, 1970, 1980 e 1991**. Pesq. Plan. Econ. V. 27. n. 2. Ago. 1997.
- BACHA, Edmar Lisboa; TAYLOR, Lance. **“Brazilian Income Distribution in the 1960s: facts, model, results and the controversy”**. Journal of Development Studies, n.3, 1978
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatórios (publicação completa)**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?id=RI&ano=2000>. Acessado em 05/11/2016 às 16:30.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores**. São Paulo: Ed. Outras expressões, 2012.
- BARBOSA, Larissa Maria de Lima Horta. **A evolução recente da distribuição de renda brasileira sob a ótica das estruturas sócio ocupacionais**. Rio de Janeiro, 2012.
- BARROS, Ricardo Paes; Mendonça, Rosane. **A Evolução do Bem-estar e da Desigualdade no Brasil desde 1960**. Instituto de Pesquisa Económica Aplicada – IPEA, 1992.
- BÊRNI, Duilio de Avila. **Técnicas de pesquisa em economia: Transformando curiosidade em conhecimento**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2002.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2006. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>. Acessado em 13/05/16 às 21:20.
- CANTUQUIRIGUAÇU. Disponível em: <http://www.cantuquiriguacu.com.br>. Acessado em 11/06/16 às 15:45.
- CARVALHO JR, Pedro Humberto Bruno de. **Análise do gasto da união em ações assistenciais ou focalizado na população pobre e em benefícios previdenciários de fortes impactos sociais: 1995-2004**. 2006.
- CONDETEC. **Território Cantuquiriguaçu Paraná: Estratégia para o desenvolvimento II**. Laranjeiras do Sul, 2009
- D’AGUIAR, Rosa Freire. **Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento**. 1º ed. Rio de Janeiro: Ed. E-papers: Centro internacional Celso Furtado, 2013.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3. Ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2001.

FERREIRA, Francisco H.G. **Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional?** Rio de Janeiro, 2000.

FISHLOW, Albert. **“Brazilian Size Distribution of Income”**. American Economic Review, v. 62, n.2, 1972.

FISHLOW, Albert. **Desenvolvimento no Brasil e na América latina. Uma perspectiva histórica**. São Paulo: Ed. Paz e terra, 2004.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimento econômico e distribuição de renda**. Disponível em: http://professor.ufrgs.br/sites/default/files/pedrofonseca/files/desenvolvimento_economico_e_distribuicao_de_renda.pdf. Acessado em 10/05/2016 às 21:00.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo: Reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo. Ed. Paz e terra, 2002.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1983.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2012

HELENE, Otaviano. **Concentração de renda no Brasil: Educação e desigualdade**. 2015. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=3098>>. Acessado em 15/02/2016 às 17:30.

HOFFMANN, Rodolfo. **Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979-90***. Rio de Janeiro. 1995. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/641/7990.Hoffmann. Acessado em 15/11/2016 as 16:13.

HOFFMAN, Rodolfo; DUARTE, João Carlos. **A distribuição de renda no Brasil**. Revista de administração de empresas. vol.12 n. 2. São Paulo abril/junho, 1972. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003475901972000200005&script=sci_arttext&tlng=e>.

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de renda e crescimento econômico**. Estudos avançados 15 (41), 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a07.pdf>. Acessado em 13/11/2016 as 20:51.

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de Renda, Medidas de Desigualdade e Pobreza**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo. 1998, Capítulo 3.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para Economistas**. 4. Ed. São Paulo: Ed. Cengage Learning, 2011.

HOFFMANN, Rodolfo. **Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004**. Revista Econômica, v. 8, n. 1, 2006.

INCRA. **Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. 2015. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acessado em 26/11/16 às 16:00.

IPARDES. **Diagnostico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu Estado do Paraná**. 2007. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/territorio_cantuquiriguacu.pdf. Acessado em 26/02/2016 às 14:20.

IPEA. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Vol. 02. Brasília, 2010. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3246/1/livrobolsafamilia2003-2010_vol2.pdf. Acessado em 12/11/2016 às 23:50.

KNOREK, Telma. **Território da cidadania cantuquiriguaçu/pr: a intervenção do estado com ações de transferência voluntária objetivando o desenvolvimento territorial**. 53º congresso da sober, 2015. Disponível em: <http://www.unc.br/mestrado/docs/KNOREK-TELMA%20TERRITORIO.pdf>. Acessado em 24/02/2016 às 15:00.

LANGONI, C. G. **Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1973.

LAVINAS, Lena; VARSANO, Ricardo. **Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza**. 1997.

MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de Economia Política e considerações sobre sua aplicação prática: Ensaio sobre a população**. Tradução de Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo e Antonio Alves Cury. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

MARCONI, M & LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Livro 1, vol. I e II. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 14ª edição. 1994.

MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro**. São Paulo: Ed. Edipro, 1865.

MILL, John Stuart. **Princípios de Economia Política: com algumas de suas aplicações à filosofia social**. Vol. I. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

MILL, John Stuart. **Princípios de Economia Política: com algumas de suas aplicações à filosofia social**. Vol. II. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1988.

MOROZINI, João Francisco; SILVA, Ernesto José. **Fundamentos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Ed. All Print Editora, 2005.

NERI, Marcelo Cortes. **A nova classe média**. Rio de Janeiro. FGV/IBRE, cps, 2008. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31918706/NovaClasseMedia.pdf?> Acessado em 15/11/2016 as 11:27.

NETO, João Hallak; SABOIA, João. **Distribuição funcional da renda no Brasil: análise dos resultados recentes e estimação da conta da renda**. Econ. Apl. vol.18 n.3. Ribeirão Preto July/Sept. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502014000300005. Acessado em 13/06/2016 às 00:15.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. 6. ed. Ver. São Paulo: Ed. Cengage Learning, 2012.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de introdução à economia**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro .Ed. Intrinseca Ltda, 2013.

RAUEN, Fábio José. **Elementos de iniciação a pesquisa**. Rio do Sul. Nova Aurora, 1999.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1989.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: Guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2005.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução á economia**. 20. Ed – 8. Reimpr. São Paulo: Ed. Atlas, 2011.

SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de Economia Política**. Tradução de Balthazar Barbosa Filho. 2. ed. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1986.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**; tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Ed. Companhia das letras, 2010.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=obterDadosBas&m=4113304>. Acessado em: 15/02/2016, às 10:28.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996. Vol. I.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo. Ed. Atlas, 2012.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia micro e macro**. 5. ed. São Paulo. Ed. Atlas, 2011.

VELOSO, A. Fernando; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica**. Rev. Bras. Econ. vol.62 n.2 Rio de Janeiro Apr./June 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo. Ed. Atlas, 2004.

APÊNDICES

Apêndice A - Domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio e tipo do domicílio, ano 2000, salário mínimo de R\$ 151,00.

Faixas salariais	0	0,25	0,5	0,75	1	1,25	1,5	2	3	5	10	15	20	30	31
Município	Sem rendimento	Até 1/4 de salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 3/4 de salário mínimo	Mais de 3/4 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 1 1/4 salários mínimos	Mais de 1 1/4 a 1 1/2 salários mínimos	Mais de 1 1/2 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 15 salários mínimos	Mais de 15 a 20 salários mínimos	Mais de 20 a 30 salários mínimos	Mais de 30 salários mínimos
Campo Bonito - PR	45	26	70	78	362	30	117	201	102	125	82	26	12	3	0
Candói - PR	312	18	120	187	766	73	264	532	391	306	250	86	58	25	43
Cantagalo - PR	306	48	168	202	856	112	222	488	287	268	187	22	23	14	21
Catanduvas - PR	164	16	72	116	578	79	219	393	229	225	212	49	36	15	32
Diamante do Sul - PR	100	7	68	87	209	21	65	125	56	82	61	14	9	3	10
Espigão Alto do Iguaçu - PR	5	56	116	156	353	41	112	218	99	80	54	12	10	0	7
Foz do Jordão - PR	259	6	24	70	328	57	130	224	169	154	79	16	12	6	10
Goioxim - PR	62	10	161	205	478	68	150	253	124	138	128	24	15	4	8
Guaraniaçu - PR	301	61	175	230	1214	138	345	726	398	436	371	109	74	23	47
Ibema - PR	81	9	47	74	326	59	144	291	200	146	95	18	8	2	1
Laranjeiras do Sul - PR	622	19	142	237	1912	161	511	1212	857	1002	773	240	96	58	100
Marquinho - PR	159	23	96	116	280	34	96	165	62	97	112	30	25	5	4
Nova Laranjeiras - PR	536	51	111	171	606	52	170	351	165	228	184	59	42	9	25
Pinhão - PR	1028	59	317	364	1672	220	504	1091	641	568	403	84	56	18	29
Porto Barreiro - PR	6	13	46	78	210	19	85	159	77	87	87	24	11	4	4
Quedas do Iguaçu - PR	707	40	191	200	1250	144	383	1124	969	744	546	135	82	37	56
Reserva do Iguaçu - PR	201	7	30	50	288	53	124	210	165	165	163	68	35	11	24
Rio Bonito do Iguaçu - PR	107	35	201	401	670	100	260	340	226	205	158	50	41	16	26
Três Barras do Paraná - PR	35	43	212	257	709	79	262	458	251	332	251	89	42	21	47
Virmond - PR	99	4	37	43	248	20	85	148	126	111	73	15	8	6	2
Total	5135	551	2404	3322	13315	1560	4248	8709	5594	5499	4269	1170	695	280	496

Fonte: IBGE, 2016.

Apêndice B - Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita, ano 2010, salário mínimo RS 510,00.

Faixas salariais	0	0,25	0,5	1	2	3	5	6
Município	Sem rendimento	Até 1/4 de sal. mín.	Mais de 1/4 a 1/2 sal. mín.	Mais de 1/2 a 1 sal. mín.	Mais de 1 a 2 sal. mín.	Mais de 2 a 3 sal. mín.	Mais de 3 a 5 sal. mín.	Mais de 5 sal. mín.
Campo Bonito - PR	23	158	309	464	236	68	39	15
Candói - PR	128	810	1022	1401	669	163	100	42
Cantagalo - PR	84	688	928	1284	549	102	57	42
Catanduvas - PR	75	353	717	1042	531	122	76	40
Diamante do Sul - PR	64	222	262	347	138	18	13	6
Espigão Alto do Iguaçu - PR	87	243	286	472	210	46	24	20
Foz do Jordão - PR	65	235	386	507	284	64	19	22
Goioxim - PR	103	522	585	618	210	36	19	6
Guaraniaçu - PR	120	540	1009	1665	930	261	158	115
Ibema - PR	43	157	418	709	392	72	42	23
Laranjeiras do Sul - PR	301	973	1828	3082	2147	587	433	259
Marquinho - PR	87	310	350	420	195	42	17	13
Nova Laranjeiras - PR	149	779	672	867	435	97	58	34
Pinhão - PR	435	1708	2071	2564	1234	303	158	84
Porto Barreiro - PR	20	182	259	334	203	54	27	14
Quedas do Iguaçu - PR	346	1391	1846	2918	1844	415	251	134
Reserva do Iguaçu - PR	117	374	470	623	265	75	48	24
Rio Bonito do Iguaçu - PR	129	918	909	1101	551	109	63	27
Três Barras do Paraná - PR	97	555	863	1190	686	174	121	43
Virmond - PR	25	124	255	428	275	69	28	20
Total	2498	11242	15445	22036	11984	2877	1751	983

Fonte: IBGE, 2016.